

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO “GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO”

**LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: a trajetória
dos movimentos e organizações sociais na construção do território**

NATÁLYA DAYRELL DE CARVALHO

UBERLÂNDIA/MG
2011

NATÁLYA DAYRELL DE CARVALHO

**LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: a trajetória
dos movimentos e organizações sociais na construção do território**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial a obtenção do
título de mestre em Geografia

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

Uberlândia/MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C331L Carvalho, Natália Dayrell de, 1985-
 Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba [manuscrito]: a
 trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do
 território / Natália Dayrell de Carvalho. - 2011.
 140 f.: il.

 Orientador: João Cleps Júnior.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia rural - Teses. 2. Reforma agrária - Teses. 3.
 Assentamentos rurais – Teses. I. Cleps Júnior, João. II. Universidade
 Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
 Título.

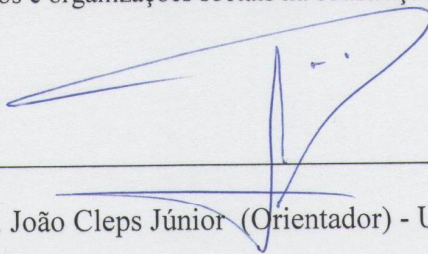
CDU: 911.373

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

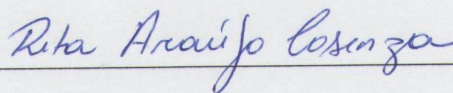
Programa de Pós-Graduação em Geografia

NATÁLYA DAYRELL DE CARVALHO

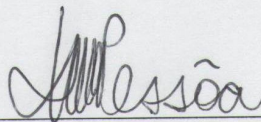
LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: a trajetória dos
movimentos e organizações sociais na construção do território



Prof. Dr. João Cleps Júnior (Orientador) - UFU



Prof. Dra. Rita de Cássia Araujo Cosenza - UFTM



Prof. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Data: 27 / 04 de 2011

Resultado: Aprovada

AGRADECIMENTOS

De início gostaria de agradecer aqueles que fazem parte do meu primeiro contato com a temática da Geografia Agrária ainda na graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP em Presidente Prudente. Agradeço as honrosas dicas para enfrentar o cotidiano escolar dadas pelo corpo escolar da EMEIF Educador Paulo Freire em Presidente Bernardes/SP e pela colaboração dos assentados do Assentamento Rodeio nos trabalhos executados pela parceria com o Instituto BioMA/Pontal do Paranapanema no ano de 2006. Obrigada Cidinha, Valdecir, Margarete, Palomar, Aiêska, Cátia por serem tão maravilhosos.

Concomitante a essa trajetória de educadora do campo em Presidente Bernardes, agradeço também aos professores da UNESP – Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente por ampliarem minhas visões do horizonte geográfico. Aos professores inesquecíveis Bernardo Mançano, João Osvaldo, Carminha, Godoy, Rosângela, Antonio Thomaz agradeço pelo ótimo papel que desempenham como educadores.

Não poderia ter sido uma graduação em Geografia tão boa sem a presença desses professores acima e dos maravilhosos amigos conhecidos em território prudentino. Aos companheiros dessa trajetória acadêmica Isis, Adriano (Pamonha), Ivanildo, Rafael Lorencini, Edson, Daniel, Alessandra (Mãe), Flávia, Wagner, Rodrigo (Let's), Bruno, Renata, Gleison (Negão), Carlos, Diego, Amanda meu fraterno abraço.

No percurso Uberaba/Uberlândia os professores Rita de Cássia, Cesar Ortega, Rosselvelt, Marcelo Mendonça fizeram a diferença. Agradeço também a

equipe do LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária em especial Lucimeire, Murilo Mendonça, Ricardo, Natalia, Eduardo, Luciana, Geraldo e aos amigos residentes em Uberlândia: Marco Túlio, Débora, Equador, Roberta (Pica-Pau), Arley, Pedro, Antônio, Fabinho, Lorena, Cássio Alexandre.

No trajeto Uberaba/Presidente Prudente, Uberaba/Uberlândia, agradeço os estimados companheiros de Uberaba que jamais foram esquecidos: Bárbara, Herval, Heitor, Edilson, Leonardo (Pajé), Vlamir, Renata Reis, William, Mary, Leonardo José, Jussara (Patrocínio), Leonardo (Pinguim), Thiago Mauad, Darley.

Agradeço aos professores Vera Lúcia Salazar Pessoa e Marcelo Cervo Chelotti por me acompanharem na qualificação e passarem tantos conhecimentos para mim. Agradeço os ensinamentos proporcionados. Meu muito obrigada.

Aos grandes familiares de sangue e coração que estiveram sempre juntos de mim, apoiando e ajudando essa travessia: Tia Diany, João Victor, Ana Luiza, Fefuxo, Tia Sandra, Tia Lúcia, Marcos (Golê), Neto.

Com certeza as pessoas mais responsáveis por mais essa vitória em minha vida são meus pais. Eles lutaram juntamente comigo todos os dias para o vencimento dessa etapa de minha vida. Todo meu amor e gratidão aos melhores pais do mundo: José Roberto e Dóris. Ao meu irmão Diego e irmã Nayara um enorme agradecimento pelos momentos compartilhados juntos em nossa família.

Agradeço ao orientador João Cleps pela excelente orientação e colaboração para que esse trabalho chegasse ao seu estado de arte final. Aqui agradeço pela paciência de ler as dúzias de e-mails trocados, de artigos discutidos e compartilhar sua experiência.

Por fim, agradeço as lideranças dos movimentos e organizações sociais que participaram e colaboraram nessa pesquisa concedendo entrevistas.

“Os indivíduos graças a determinadas particularidades de seu caráter, podem influir nos destinos da sociedade. Por vezes a sua influência pode ser considerável, mas, tanto a própria possibilidade desta influência como suas proporções, são determinadas pela organização da sociedade, pela correlação de forças que nela atuam”.

(PLEKHANOV, G. V., 2000, p.138)

RESUMO

A dissertação é resultado de pesquisa realizada com os movimentos e organizações sociais de luta pela terra atuantes na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. No primeiro capítulo, propomos um resgate histórico sobre a reforma agrária, sobre como se deu a discussão dos problemas agrários no cenário nacional e na região. Realizamos um levantamento das principais políticas agrícolas para compreendermos as vias de desenvolvimento no campo brasileiro. No segundo capítulo, apresentamos algumas reflexões teóricas acerca dos envolvidos no processo de luta pela terra na região e buscamos também compreender a atuação do Movimento Sindical Rural e o papel da Animação Pastoral Rural – APR, que são as organizações mais atuantes na luta pela terra na região. No terceiro capítulo, exploramos os antecedentes da luta pela terra na região, a conquista dos Projetos de Assentamento Iturama e Santo Inácio Ranchinho, a organização sindical da FETAEMG e os movimentos sociais propriamente ditos e sua difícil trajetória de territorialização: MTL, MLST e MST. Analisamos os principais tipos de envolvidos no processo de Luta pela Terra: Os “movimentos sociais de luta pela terra propriamente ditos”; as “organizações” que possuem uma estrutura equivalente a de ONG’s - como a APR – Animação Pastoral e Social no Meio Rural; e o “movimento sindical”, representado principalmente pela FETAEMG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais e STR’s – Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A metodologia foi composta de levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros e de entrevistas dirigidas às lideranças dos movimentos e organizações de luta pela terra. Destacamos discussões e contribuições a partir dos resultados das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo nos anos de 2009 e 2010, as quais foram fundamentais metodologicamente à riqueza empírica do trabalho. Foram entrevistados diretores e coordenadores dos movimentos e organizações de luta pela terra que foram identificados como lideranças do respectivo movimento ou organização que representam. Entendemos que hoje os movimentos já estão mais consolidados na região e começam a organizar pautas conjuntas de luta em um Fórum de Luta pela Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Palavras-chave: Políticas públicas. Reforma agrária. Movimentos de luta pela terra. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Organização sindical.

ABSTRACT

This dissertation is result of a research made with the movements and organizations who seek land reform that are active in the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba mesoregion of the State of Minas Gerais. In the first chapter, we propose a historical recollection about land reform and how were the discussions of the agrarian policies in the national scenario and in the region.

We make a survey of the main agricultural policies to understand the paths of development in the Brazilian countryside. In the second chapter, we present some theoretical reflections about the ones involved in the land struggle process in the region and also seek to understand the role of the "Movimento Sindical Rural" (Rural Labor Movement) and also of "Animação Pastoral Rural", APR, which are the most active movements for land reform in the region. In the third chapter, we explore the history of land struggle in the region, the conquest of Settlement Projects "Iturama" and "Santo Inácio Ranchinho", the trade union FETAEMG and social movements themselves and their difficult history of territorialization: MTL, MLST and MST. We analyze the main types involved in the struggle for land: "The social movements fighting for the land" themselves; "organizations" which have a structure equivalent to NGO's - such as the APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural; and the "union movement", mainly represented by FETAEMG - Federation of Agricultural Workers of the State of Minas Gerais and STR's - Rural Workers Union. The methodology comprised a literature review of theses, dissertations, books and interviews aimed at leaders of movements and organizations fighting for land. We emphasize discussions and contributions from the results of interviews conducted during the field work performed during the years 2009 and 2010, which were methodologically fundamental to the wealth of empirical work. We interviewed directors and coordinators of the movements and organizations fighting for land that were identified as leaders of their movement or organization they represent. We understand that today's movements have become more consolidated in the region and begin to organize joint agendas of struggle in a Forum of Struggle for Agrarian Reform in the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba.

Keywords: Public policies. Land Reform. Land Reform Movements. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Union organization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Movimento Sindical Rural.....	62
Quadro 2 – Trajetória da luta pela terra do PA Santo Inácio Ranchinho.....	71
Quadro 3 – Esquema explicativo do processo de formação do MTL.....	78
Quadro 4 – Número de Assentamentos conquistados pelo MTL (2002-2010).....	81
Quadro 5 - <i>Ranking</i> dos movimentos e organizações sociais mais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2000-2006).....	101

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

Mapa 1: Localização da Área de Estudo: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.....	5
Mapa 2: Municípios onde foi implementado o PADAP.....	20
Gráfico 1: Número de Ocupações por Movimentos Socioterritoriais em Minas Gerais (Acumulado 1998-2010).....	74
Gráfico 2: Número de Ocupações por Movimentos Socioterritoriais no Triângulo Mineiro (Acumulado 1998-2010).....	75
Mapa 3: Espacialização municipal do MST, MLST e MTL em Minas Gerais (2000-2006).....	76
Mapa 4: Número de Ocupações realizadas pelo MLST em Minas Gerais (1998-2009).....	87
Mapa 5: Espacialização do MLST – Número de famílias em ocupações.....	89
Mapa 6: Número de Ocupações Realizadas pelo MST em Minas Gerais (1998-2009).....	95
Mapa 7: Espacialização do MST - Número de famílias em ocupações (2000-2007).....	96
Mapa 8: Espacialização Municipal dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (1986 a 2005).....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFES – Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
AGF – Aquisição do Governo Federal
APR – Animação Pastoral e Social do Meio Rural
BRASAGRO – Cia. Brasileira de Participação Agrícola
BM – Banco Mundial
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CMDR's - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CLST – Caminho de Libertação dos Sem - Terra
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CR – Complexo Rural
CAI's – Complexos Agroindustriais
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CEASA – Central de Abastecimento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
LOC – Liga Operária e Camponesa
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JADECO – Japan Brasil Agricultural Development Corporation
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MCM – Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MPRA – Movimento Popular para a Reforma Agrária
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MLSTL – Movimento de Libertação dos sem Terra de Luta
MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais
MLST – Movimento de Libertação dos Sem - Terra
MLST de Luta – Movimento de Libertação dos Sem - Terra de Luta
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
NMS – Novos Movimentos Sociais
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG's – Organizações Não Governamentais
PA – Projeto de Assentamento
PC – Partido Comunista
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria
PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
POLAMAZÔNIA – Programas de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PCI – Programa de Crédito Integrado
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PIN – Programa de Integração Nacional
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores

RAM – Reforma Agrária de Mercado

SNC – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

STR's – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TDA – Título da Dívida Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL (1960-1980)	06
1.1. Questão agrária e atuação do Estado no período de modernização agrícola brasileira	06
1.2. Os programas de desenvolvimento agrícola no cerrado mineiro	17
1.3. O contexto da Reforma Agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA (1986)	22
1.4. A Reforma Agrária neoliberal no final da década de 1990 e início do século XXI	31
2. OS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO: o papel político dos movimentos sociais e as leituras geográficas sobre o processo de territorialização	44
2.1. Leituras geográficas sobre a territorialização dos movimentos sociais no campo	44
2.2. Os movimentos sociais de luta pela terra: protagonistas na luta política pela Reforma Agrária no Brasil	51
2.3 O papel da organização sindical e da Igreja Católica na organização dos movimentos sociais e processo de luta pela terra	59
3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ ALTO PARANAÍBA: histórico, territorialização e conquistas	64
3.1. Antecedentes e histórico da luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: o papel da Igreja Católica e da CPT/APR nas lutas sociais e conquistas de terra	64
3.2. A conquista dos PAs Iturama e Santo Inácio Ranchinho: marcos na luta pela terra	67
3.3. A Organização Sindical: a FETAEMG	71
3.4. Os movimentos sociais e a difícil trajetória da territorialização	76
3.4.1. O Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL	77
3.4.2. O Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST	86
3.4.3. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	93
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
5. REFERÊNCIAS	107
6. APÊNDICE	113
6.1 Roteiro de Entrevista 1	113
6.2 Roteiro de Entrevista 2	115
6.3 Roteiro de Entrevista 3	118
6.4 Roteiro de Entrevista 4	120
6.5 Roteiro de Entrevista 5	123

INTRODUÇÃO

A mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba está localizada no extremo oeste de Minas Gerais. Essa região passou por mudanças no seu desenvolvimento histórico, econômico e político e é atualmente um dos principais polos do agronegócio do país.

Durante a década de 1970, a região recebeu grandes investimentos de programas do governo, período da modernização conservadora, cujos efeitos são vistos até a atualidade. Por meio desses programas, a região consolidou-se como centro importante do complexo agroindustrial do país, o que favoreceu a concentração de propriedades de médio e grande porte em detrimento das pequenas unidades de produção.

Esse modelo de “desenvolvimento” adotado ocorreu com a expropriação dos trabalhadores do campo e de seu meio de produção - a terra. Em reflexo, essa população se manteve no campo vendendo sua mão de obra a proprietários de terra ou migrou para os centros urbanos.

Nesse contexto, surge o interesse em pesquisar como os trabalhadores rurais excluídos do processo de modernização da região, organizam-se em movimentos sociais de luta pela terra e buscam alternativas de renda e a terra para melhoria das suas condições de vida.

Por entender e acreditar que a luta pela terra dos movimentos sociais é justa e digna, buscamos compreender a realidade vivida pelos movimentos organizados da sociedade. Observamos que os movimentos e organizações sociais de luta pela terra têm feito acontecer no Brasil não só a Reforma Agrária, mas também um grande trabalho social nas periferias e nos morros desse Brasil.

No processo de reforma agrária brasileira, os movimentos e organizações de luta pela terra foram essenciais para a Reforma Agrária sair do papel. Isso só aconteceu pela existência e insistência deles que há décadas levantam suas bandeiras e se organizam para lutar. Hoje, as massas que constituem esses movimentos e organizações são os trabalhadores rurais expulsos do campo pela mecanização e/ou modernização.

A luta pela Reforma Agrária e a questão agrária apresentam-se, na região, como um desafio aos movimentos e organizações de luta pela terra devido à organização dos latifundiários que detêm grande influência política e econômica. Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo estudar os principais movimentos sociais de luta pela terra atuantes na região - MLST, MST e MTL - a partir da análise geográfica. Apresentamos as principais contribuições sobre o debate acerca da questão agrária, essencialmente no que compete à Reforma Agrária e à luta pela terra.

Como caminho metodológico, utilizamos na pesquisa bibliográfica de temas básicos com a leitura e análise de livros, teses, dissertações, jornais, boletins e informes sobre os movimentos sociais. Foram realizadas cinco entrevistas com as lideranças dos movimentos e organizações de luta pela terra na região¹.

Orientamos nas bases da pesquisa qualitativa, procurando centralizar nas entrevistas, o reconhecimento dos entrevistados como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, e que buscam a transformação de realidades.

Nessa perspectiva, acreditamos que a abordagem qualitativa é importante, pois ela acaba por fazer com que em um primeiro momento obtenhamos dados

¹ Os roteiros de entrevistas utilizados nas pesquisas de campo estão no apêndice deste trabalho.

primários que, por conseguinte, conduzem informações que levam a uma nova busca de dados.

As observações de campo, aliadas as entrevistas resultaram em uma riqueza de informações que conduziram a pesquisa. A primeira observação de campo foi realizada durante um evento realizado na UFU. O Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Popular reuniu, em maio de 2008, grande parte dos movimentos sociais de luta pela terra, para discutirem problemas vividos nos assentamentos da região. Naquele momento foram identificadas as lideranças dos movimentos e os problemas discutidos por eles no evento durante quatro dias.

Em outro momento, participamos de reuniões dos assentados com as instituições ligadas à Reforma Agrária no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberlândia, em maio de 2010. Na ocasião, pudemos discutir e conversar com as lideranças e outros envolvidos que se faziam presente no Sindicato.

Assim a presente dissertação foi estruturada em três capítulos. No **primeiro** capítulo, propomos um resgate histórico das discussões sobre os problemas agrários no cenário nacional e na região, cujo tema da Reforma Agrária (RA) esteve sempre presente no cenário político nacional. Realizamos um levantamento das principais políticas agrícolas de modernização, para entendermos as vias de desenvolvimento no campo brasileiro e mineiro. Para isso, intercalou-se às discussões com outros fatores como os programas de Reforma Agrária e o histórico de atuação dos movimentos e organizações de luta pela terra, com destaque da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (TM/AP).

No **segundo** capítulo, apresentamos algumas reflexões teóricas acerca do processo de luta pela terra em Minas Gerais e na região. Buscamos também compreender a atuação do Movimento Sindical Rural na região e o papel da Pastoral

da Terra (Animação Pastoral Rural – APR) e das organizações sociais ligadas à luta pela terra.

No **terceiro** capítulo, estudamos os principais movimentos sociais atuantes no Triângulo Mineiro. Expomos os antecedentes e as primeiras lutas por terra ocorridas na região na década de oitenta do século XX. Em seguida, analisamos os principais tipos de envolvidos no processo de Luta pela Terra: Os “movimentos sociais de luta pela terra, propriamente ditos”; as “organizações” que possuem uma estrutura equivalente a de ONG’s - como a APR – Animação Pastoral e Social no Meio Rural; e o “movimento sindical”, representado principalmente pela FETAEMG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais e STR’s – Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Trazemos, nestas discussões, os resultados das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo realizados nos anos de 2009 e 2010, as quais foram fundamentais metodologicamente à riqueza empírica do trabalho. Foram entrevistados diretores e coordenadores dos movimentos e organizações de luta pela terra que serão identificados como lideranças do respectivo movimento ou organização que representam.

Após a exposição dos principais atores envolvidos no processo de luta pela terra e da Reforma Agrária na região (Mapa 1), apresentamos os principais dilemas e avanços políticos alcançados ao longo de sua atuação regional e nacional.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL (1960-1980)

Neste capítulo, buscamos entender as políticas públicas para o campo no período de modernização agrícola. O Cerrado passa a ser visto como fronteira de expansão para a agricultura, desempenhando papel importante para a economia agrícola nacional. Nesse contexto o homem vai sendo expulso do campo e seu lugar passa a ser ocupado por máquinas.

1.1. Questão agrária e atuação do Estado no período de modernização agrícola brasileira

A fim de entender a Reforma Agrária, no Brasil, e sua relação com a questão agrária analisamos alguns aspectos da região mineira. Enfocamos as políticas implementadas após a década de 1970, pois, a partir desse período, temos maior clareza das propostas governamentais para contextualizar o processo ocorrido na região que se reflete em sua dinâmica atual.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta muitas especificidades em seu desenvolvimento histórico e econômico e é um dos principais polos do complexo agroindustrial do país.

Alguns fatos históricos são importantes para situar a região, pois demonstram como se deu temporalmente a discussão dos problemas agrários e agrícolas no cenário nacional e regional.

A questão foi interpretada de duas formas pelos esquerdistas, como uma estratégia evolucionista ou revolucionária. Naquele período (1970), a questão agrária era reivindicada pelos movimentos e organizações sociais que a tomaram

como principal bandeira de luta, simbolizando a solução para a pobreza e para a desorganização das áreas rurais.

A questão agrária durante a década de 1950 e início da década de 1960 toma lugar central na política, principalmente, devido à crise de abastecimento, em especial nos grandes centros do país. Os conservadores consideravam desnecessária a Reforma Agrária, pois a estrutura fundiária não era problema para o capitalismo. A burguesia industrial defendia que a agricultura era um obstáculo ao pleno desenvolvimento capitalista, já que era incapaz de absorver novas tecnologias e sua produtividade era baixa (NOMURA, 2001).

O latifúndio também representava um grande problema, pois não contribuía para a oferta de alimentos em quantidades suficientes para baixar o custo da produção e da força de trabalho; não liberava mão de obra; não contribuía para a criação do mercado consumidor; não ofertava matéria primas de qualidade e quantidade determinadas pela agroindústria (NOMURA, 2001).

A proposta do Plano Trienal de João Goulart (1963-1965) diagnosticava a estrutura agrária muito concentrada como barreira à modernização do setor agrícola brasileiro. Em consonância com esse fato, dever-se-ia realizar uma Reforma Agrária no país para modificar a estrutura fundiária, pois se diagnosticava que os problemas no campo teriam raízes no latifúndio.

A Reforma Agrária também é interpretada e articulada pelos movimentos sociais com base em quatro grandes linhas: do PC – Partido Comunista, com uma proposta moderada que buscava atrair os setores da burguesia e defendia a proposta de um limite máximo de 500 hectares por propriedade; das Ligas Camponesas, que eram radicais e revolucionárias e propunham uma reforma agrária “na lei ou na marra”; dos setores moderados da Igreja Católica, que propunham uma

reforma agrária por meio da desapropriação das terras abandonadas e inexploradas e sua venda aos legítimos camponeses; e dos setores radicais da Igreja Católica, que não tinham programa definido, mas acreditavam que pela participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos, eles iriam desenvolver sua consciência de classe e agir como classe (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

No início dos anos 1960, as diversas orientações políticas intensificavam as lutas e ao mesmo tempo dificultavam por não permitir uma unificação. Em 1963 ocorreu um fato importante: a constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG que representava, no cenário nacional, o sindicalismo rural e historicamente encaminhava as questões levantadas pela população rural às autoridades competentes.

Por conseguinte, essa mobilização social foi respondida pelo governo com a criação, em 1962, da Superintendência de Política Agrária – SUPRA, que tinha como objetivo promover e executar a Reforma Agrária no país. Outro fator importante no que compete ao campo, anterior ao golpe militar de 1964, foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que veio para amparar legalmente os trabalhadores que estavam no campo.

Com o Golpe Militar de 1964, os militares reprimiram violentamente os movimentos sociais e propuseram efetivar as reformas no campo por meio do Estatuto da Terra², com o objetivo de manter intacta a propriedade da terra e assim consolidar o latifúndio, pois consideravam que a Reforma Agrária não era condição indispensável para o desenvolvimento econômico. Naquele momento, ocorreu a militarização da questão agrária (MARTINS, 1987).

² O Estatuto da Terra definia o que era propriedade da terra no Brasil e suas modalidades, impunha a desapropriação por interesse social, nos casos considerados necessários, bem como a compra de terras pela União para efeito de Reforma Agrária.

Criou-se em 1964 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA (em substituição à SUPRA), que seria responsável por efetuar a Reforma Agrária nas áreas pré-definidas e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, para executar a política de desenvolvimento rural. Segundo Graziano da Silva, reformas parciais poderiam existir, mas desde que a iniciativa delas não partisse de um movimento social organizado (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura queria dialogar com o Estado na condução do processo de Reforma Agrária. Nesse sentido, surgem debates no seu interior que fazem aflorar posições sindicais da CUT e da CPT que entendiam ser a pressão direta o melhor caminho para obter as demandas. Nesse contexto, assalariados rurais, posseiros e meeiros começaram a articular-se em diferentes estados com o objetivo comum de conquistar a terra.

A burguesia agrária colocava-se contra o Estatuto da Terra, que foi elaborado no primeiro ano do regime militar, porém reconheciam que o Estatuto seria eficiente para aliviar os conflitos fundiários e que também poderia, por meio de outra interpretação em sua leitura, criar a oportunidade de estimular a modernização da agricultura.

Já houve um tempo em que pensávamos que, como a agricultura tinha a particularidade de depender totalmente de forças naturais e se assentar na forma mais primitiva de conversão energética - a fotossíntese -, ela não seria apropriada pelas forças do capital, por ter um tempo lento o qual ao capitalismo não caberia esperar (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Posteriormente, a tecnologia provou que ela poderia acelerar os processos na agricultura e avançar principalmente nas esferas em que o tempo de produção e o tempo de trabalho podiam ser reduzidos com sucesso (ABRAMOVAY, 1992).

O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura, a manufatura e a transformação. Assim, o que ocorre na agricultura no modo capitalista de produção é um aprofundamento da divisão social do trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Contudo, vamos aqui lembrar que, durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970), foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo (VEIGA, 1991).

Os programas do governo, desde os anos 1950, visavam resolver o problema da agricultura com seus baixos índices de produtividade e volume de produção e, ao mesmo tempo, sua desconexão com a indústria. O Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (1968 a 1970), pensava resolver os problemas da agricultura principalmente pela modernização do latifúndio e assim eliminar a barreira à acumulação capitalista. Esse programa apresentava o avanço tecnológico como principal vetor de modernização. Isso aconteceria por mudanças no sistema produtivo, maior uso de insumos agrícolas, sementes melhoradas geneticamente, máquinas e implementos.

Neste momento, é notório um esforço de integração da indústria e da agricultura que pode ser entendida por dois processos:

[...] um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra “harmonia” – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e controle cada vez mais da Natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.3).

A estratégia articulada pelo Estado contém fatores de modernização e conservadorismo. Essa lógica é considerada moderna por ser um impulso à expansão capitalista no campo e conservadora porque passa por uma mediação

necessária da esfera estatal de regulação econômica. Essa política de modernização da agricultura baseou-se em quatro pontos principais: (1) maior abertura ao comércio internacional; (2) uma dramática expansão dos programas de crédito subsidiado; (3) elevação dos gastos em extensão rural, e (4) um especial tratamento ao setor de insumos.

Ao lado dos processos modernizantes, patrocinados pelo Estado para a chamada agricultura capitalista, há também uma organização de interesses oligárquicos rurais, não necessariamente modernizantes, mas que dão uma base política de sustentação ao projeto de modernização conservadora. Essas organizações de caráter não modernizante podem ser interpretadas em nossa visão como, por exemplo, na atuação da União Democrática Ruralista – UDR que se caracteriza como uma organização ruralista do setor patronal organizada na década de 1980, para defender seus interesses (DELGADO, 1985).

Nesse contexto da modernização conservadora ocorrida no Brasil, a região do Cerrado Mineiro torna-se reconhecida pelas autoridades como desabitada e perfeita para a expansão da fronteira agrícola. Assim, o governo objetiva implantar, no Cerrado Mineiro, vários programas de caráter excludente, monopolista e conservador.

Com os incentivos recebidos pelo Estado na década de 1970, por meio das políticas públicas da modernização conservadora, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba recebeu programas que objetivavam implementar o pacote da Revolução Verde.

O pacote da Revolução Verde se difundia em todo o Brasil e era estruturado na mudança da base técnica de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola para amenizar o problema da fome. Porém, isso era realizado

com o objetivo implícito de garantir a expansão capitalista no campo por meio das seguintes ações: uso de sementes melhoradas, utilização de máquinas e insumos químicos (ORTEGA, 1997).

As bases técnicas da modernização da agricultura foram apoiadas nas inovações da Revolução Verde. A ideologia preconizava que com as técnicas e equipamentos modernos os produtores dependeriam menos da natureza e poderiam adaptar-se de acordo com os interesses.

A modernização, porém, mostrou-se seletiva e signatária e acabou por ficar subordinada à indústria que passou a ditar as regras da produção agrícola. Segundo Brum (1985), as razões da modernização da agricultura são a elevação da produtividade do trabalho visando ao aumento do lucro; à redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; à necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra e possibilitou a implantação do complexo agroindustrial no país.

Em 1970, extinguiram-se o IBRA e o INDA, substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A partir de então, assistimos à criação de programas de colonização ou programas especiais de desenvolvimento regional que se apresentam como substitutivos da Reforma Agrária.

Um dos primeiros programas orientados nessa lógica foi o Programa Metas e Bases (1970 e 1971). O Estado assumia o papel de promotor desse processo, mediante um amplo sistema de incentivos financeiros e fiscais tais como a isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICMS para insumos modernos até a constituição de fundos especiais de incentivo e apoio às exportações de produtos agrícolas, e uma política de crédito rural com taxas

menores. O programa de Metas e Bases se preocupava principalmente com as regiões atrasadas e regiões de fronteira (AGUIAR, 1986).

Alguns programas da época como o PIN – Programa de Integração Nacional (1970) tinham objetivo de gerar ocupação ao longo da Rodovia Transamazônica, buscando dar aos homens sem terra do Nordeste, as terras “sem homem” da Amazônia (OLIVEIRA, 1977). Já o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971) voltava-se principalmente ao desenvolvimento do Nordeste. Esses foram os mais significativos e demandaram grande quantidade de verba. Os outros programas foram criados para as outras regiões do país tais como: Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974).

Um dos instrumentos utilizados pelo Estado para modernizar a agricultura foi a política de crédito rural por meio da criação do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, que objetivava criar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos e insumos. O governo disponibilizou recursos para o financiamento, a curto prazo, para o custeio e comercialização da safra, para financiar investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e para a construção de silos e armazéns (AGUIAR, 1986).

Em 1971, o Estado criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, para acelerar o processo de modernização por meio de pesquisa de novas variedades, adaptadas ao clima brasileiro e sementes melhoradas geneticamente. Como resultado, a soja seria adaptada às condições dos cerrados.

Também, na década de 1970, foi estruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER vinculada ao Ministério da Agricultura. O sistema se completa, estendendo-se aos diversos Estados da nação, cada um deles com sua respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (BRUM, 1985, p. 68).

Outra política no processo de modernização foi a PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos. Ela se baseava em mecanismos financeiros, pelas execuções da EGF – Empréstimo do Governo Federal, que financiavam a estocagem pelo produtor, que aguardava melhores preços, e também por meio de operações de AGF – Aquisição do Governo Federal, que executava a compra do produto pelo governo para a formação de estoques oficiais (NOMURA, 2001).

Analizando as transformações que ocorreram na dinâmica da agricultura brasileira, no decorrer da modernização conservadora dos anos 1970, com relação à passagem do CR - Complexo Rural para os CAI's - Complexos Agroindustriais, entendemos que a lógica do complexo rural era determinada por flutuações no comércio exterior, pois o mercado interno praticamente inexistia. A produção de exportação ocupava apenas parte dos meios de produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de consumo utilizados nas fazendas. Desse modo, a divisão social do trabalho era muito incipiente, as entidades agrícolas e manufatureiras encontravam-se ligadas e grande parte dos bens produzidos na fazenda só tinha valor de uso, não se destinava ao mercado. Portanto, aos poucos, o complexo rural foi sendo substituído pelo processo de industrialização, o que se traduz em formação de mercado interno de bens industriais voltados para a

agricultura e ao desenvolvimento da divisão do trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-1974) e o II PND (1975-1979) foram Planos Nacionais de Desenvolvimento que possibilitaram alcançar maiores índices de crescimento econômico, antes da crise de 1980. Durante a elaboração dos projetos ocorreu centralismo na elaboração e falta de participação da sociedade e seus agentes, sendo que não houve discussão ou definição dos rumos do desenvolvimento. Considera-se que apesar de os planos de desenvolvimento terem sido concebidos, desenvolvidos e implementados de forma fragmentada, com investimentos e setores prioritários, os ganhos econômicos para a sociedade foram significativos.

Por sua vez, o II PND (1975-1979) apresentou um vigoroso aporte de investimentos das empresas estatais de economia mista nos ramos de bens de capital – eletricidade, mineração, transporte ferroviário e química pesada – o que deu um dinamismo maior ao setor de bens de produção de duráveis a partir de 1973 (DELGADO, 1985). Objetivava também expandir a fronteira agrícola em direção a regiões pioneiras a fim de incorporar o Cerrado brasileiro em geral e o mineiro em específico. Nesse momento, o governo constatou a necessidade de apoio creditício, estímulo à especialização da produção, infraestrutura básica e estímulo aos instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico para resolver os fatores relacionados à produtividade e à produção.

Observa-se que o Estado fomentou as mudanças de padrão de crescimento brasileiro, sustentando o modelo agrário exportador, posteriormente voltando para o modelo de substituição de importações de setores leves e depois para os setores pesados e com o II PND, para setores mais pesados ainda (MOLLO, 1996).

Entendemos que a assistência fiscal e financeira à grande propriedade e ao capital comercial, nessa região considerada frente de expansão ou fronteira agrícola, pode ser interpretada por esse viés:

[...] a articulação financeira com a indústria a montante e a jusante é muito fraca ou inexistente. Nesse sentido a mediação estatal não conduz a uma lógica compulsiva no sentido de generalizar a modernização. Ao contrário, há uma aliança de matrizes claramente políticas, onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado, sem que necessariamente realize a reprodução do capital passando pelo aprofundamento de relações interindustriais do CAI. Ainda é pelo monopólio das grandes propriedades territoriais nessas regiões que se dá à reprodução do capital, com todas as relações peculiares de processo de produção e processo de valorização do capital vinculadas a esse monopólio. (DELGADO, 1985, p.60).

Este processo de reestruturação produtiva da agricultura brasileira foi impulsionado por um aparato científico e financeiro incentivado pelo Estado para garantir a redução de custos na produção e na comercialização. Dessa forma, ocorreu uma integração produtiva que resultou na verticalização da produção com o intuito de centralizar e concentrar esforços, ações e decisões em vários territórios mundiais - nacionais. Essa mobilidade mercadológica assegura eficiência e produtividade (MENDONÇA; THOMAZ JÚNIOR, 2003).

Concordamos, portanto, com as reflexões de Veiga³ (1998) que afirma que, sem dúvida, qualquer discussão sobre o fenômeno da pobreza rural brasileira deve obrigatoriamente considerar as próprias características do setor agropecuário no país. O referido autor (1998a) considera que uma das mais marcantes é seu contraste com a estrutura ocupacional desse setor em todos os países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano. Em todos esses países, a agropecuária é

³Veiga está considerando o conceito de desenvolvimento humano com entendimento não de seu enfoque tradicional e estritamente econômico, mas interpretando no seu sentido amplo e integral, que pode ser entendido como ampliação da gama de opções e oportunidade das pessoas (VEIGA, 1998a).

uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal (VEIGA, 1998a).

De fato, em relação às políticas públicas da modernização conservadora, observamos é que elas, como muitas outras políticas criadas no Brasil, não trouxeram desenvolvimento, apenas crescimento, que, de fato é o que interessa à lógica de operação do mercado. A ela pouco interessa se há desenvolvimento paralelo ao crescimento econômico.

Quando se considera apenas o crescimento quantitativo, muitas vezes, desconsideram-se os seres humanos rurais, principalmente quando se implementam modelos que fecham as possibilidades de criação e recriação desse sujeito do/no campo.

As áreas de Cerrado conciliam os interesses de ramos industriais como destacamos adiante e, por consequência, os interesses manifestos do governo em integrar a agricultura ao circuito de desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, cada vez mais famílias de trabalhadores vão sendo expulsos do campo o que suscita a organização dos trabalhadores em busca de seus direitos, melhores condições de vida e acesso à terra. A questão agrária vai ganhando dimensão e, em contrapartida, o Estado cria programas de desenvolvimento agrícola que alcançam o Cerrado Mineiro.

1.2. Os programas de desenvolvimento agrícola no Cerrado Mineiro

O Cerrado Mineiro, dotado de rede viária em comunicação, no período da modernização conservadora, com os principais centros industrializados do país, surgiu como ótima alternativa para ser incorporado à economia nacional. Era

necessário aumentar a produção e a produtividade e para isso a grande saída seria a incorporação de novas áreas para a agricultura. A modernização empreendida na agricultura impõe novas e profundas transformações no campo.

Com início do processo de redemocratização do país, no fim dos anos 1970, essa região obteve incentivos fiscais com o fortalecimento da agricultura empresarial moderna que incorporou as áreas de cerrado ao processo produtivo em andamento no país. Assim, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba passou a ser vista oficialmente e pelos grandes capitais como grande fronteira agrícola a ser (re)ocupada.

Dentre os programas para o desenvolvimento dos cerrados, o primeiro foi o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972-1975). O PCI foi criado pelo BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e contou também com empréstimos de recursos externos provenientes do Banco Mundial. Tinha como objetivo estimular a expansão da agricultura no Cerrado, promovendo a soja e o café e foi concebido para integrar-se ao Programa Federal “Corredores de Exportação”. Atendeu grandes e médios proprietários e almejava desenvolver uma agricultura de mercado, baseada em princípios de administração empresarial e racionalidade técnica na exploração da propriedade rural.

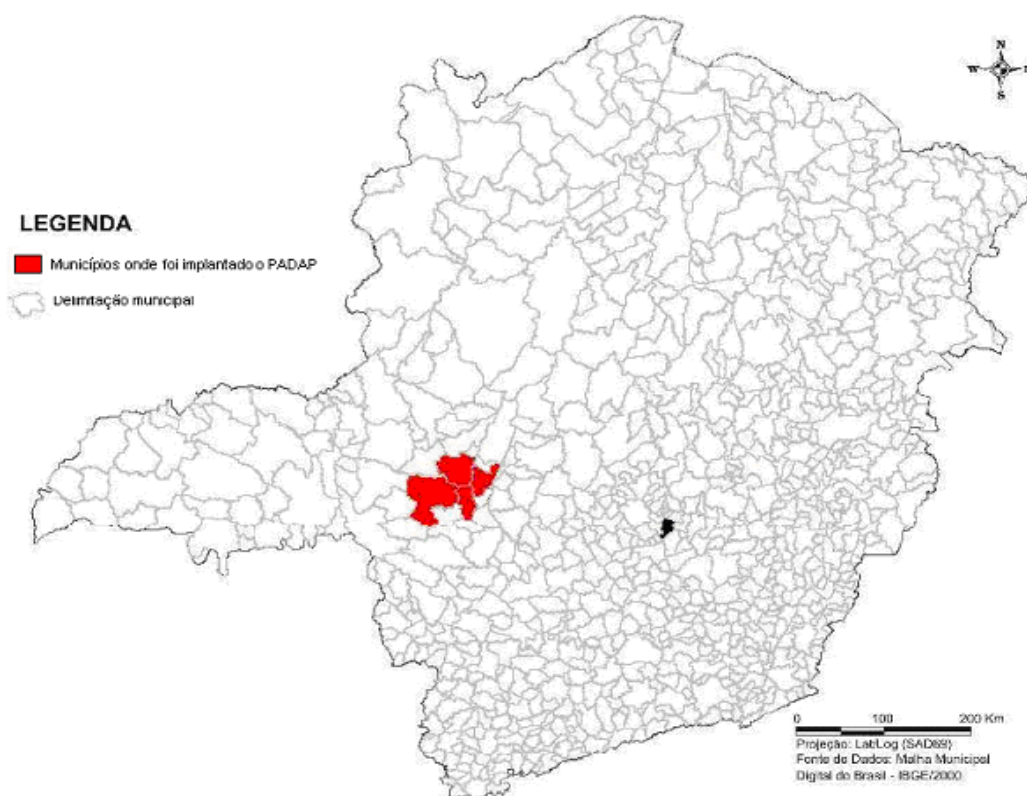
O PCI objetivava assegurar ao empresário rural maiores níveis de produtividade e maiores lucros ao empresário rural. Uma das técnicas utilizadas para o alcance dos objetivos do programa foi a demarcação e o planejamento das glebas por meio de fotografias aéreas, que propiciavam o mapeamento sistemático e maior conhecimento dos cerrados. Esse Programa buscava, entre o período de 1972 a 1974, explorar uma área de 292.798 hectares no Cerrado Mineiro, porém atingiu

somente 111.025 hectares, ou seja, menos da metade da área prevista (PESSÔA, 1988, p.101).

O PCI não promoveu a autêntica Revolução Verde preconizada pelo presidente do Banco Mundial, porém trouxe como resultados o aumento do consumo de insumos modernos e máquinas agrícolas, numa região outrora com baixa capacidade técnica. Veio também a incorporar vasta quantidade de terras ao setor agropecuário e recuperar solos com esgotamento da fertilidade natural. O sucesso do PCI fez ampliar os projetos referentes ao Cerrado, expandindo-os ao Centro Oeste. Para isso, criou-se o POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que se diferencia mais do PCI no que tange às condições de financiamento sobre ele, falamos mais adiante.

O PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (1972 - 1974) visava assentar agricultores descendentes de imigrantes japoneses em terras desapropriadas pelo Estado, o que era resultado de uma articulação entre governo mineiro e a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC-SP) com ligações com o governo japonês. Esse programa desapropriou uma área de 60.000 hectares e tinha por objetivo expandir soja, café e trigo. Foi o primeiro plano de colonização dirigida para o Cerrado Mineiro e foi também eleito programa modelo e, contraditoriamente, marginalizou a população da área em relação ao processo produtivo, (CLEPS JR., 1998). A seguir apresentamos o mapa 2 que sinaliza os municípios onde foram implantados o PADAP.

Municípios onde foi implantado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP



Mapa 2: Municípios onde foi implementado o PADAP.
Fonte: SANTOS, M. A. et al., 2010, p. 11.

O POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975 - 1980) sustentava-se no II PND, que considerava a região dos cerrados como a mais promissora para efetivar a expansão agrícola. Seu principal objetivo, explicitado pelo governo, era a ocupação racional e ordenada dos cerrados. A metodologia baseava-se na seleção de polos de desenvolvimento agropecuário em áreas estratégicas que apresentassem infraestrutura e potencial agrícola favorável, com o intuito de estimular os produtores a adotar inovações tecnológicas.

O programa abrangia o estado de Minas Gerais (regiões fisiográficas do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu a Alto Médio São Francisco), Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Objetivava incorporar 3,7 milhões de hectares do Cerrado ao processo produtivo, sendo 1,8 milhão com lavouras, 1,2 milhão com

pecuária e 700 mil hectares com reflorestamento, mobilizando, assim, tanto recursos reversíveis em linhas de crédito rural como não reversíveis a fundo perdido no setor de transportes, pesquisa agropecuária, armazenamento, energia e assistência técnica. Esse programa produziu uma nova configuração no espaço agrário regional, introduzindo novas culturas e proporcionando valorização das terras, em razão da infraestrutura implantada na região (PESSÔA, 1988, p.104).

O POLOCENTRO realizou uma intensa valorização das terras dos cerrados nas décadas de 1970 e 1980. O lançamento do programa provocou um elevado aumento no preço das terras, sendo em alguns casos, de até 30%, em três meses, em 1978, sobre o valor da terra nua. Semelhante ao PCI, o ponto primordial desse programa foram os créditos concebidos que resultaram as transformações das áreas abrangidas sem alterar a estrutura fundiária da região, pelo contrário, acabou favoreceram a concentração da terra e da renda.

A base do POLOCENTRO e as infraestruturas criadas serviram posteriormente para a implantação do PRODECER – Programa de Cooperação Nipobrasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados e, nesse sentido, os investimentos no programa começaram a declinar para principalmente diminuir os preços da terra e facilitar a aquisição da terra pela empresa gerenciadora do PRODECER (GUANZIROLI; FIGUEIRA, 1986).

O PRODECER foi implantado em 1980 como uma estratégia de aproveitamento econômico dos Cerrados, superando a limitação dos seus solos mediante intensa mecanização das suas áreas planas e alta densidade de aplicação de corretivos (correção de PH) e fertilizantes fosfatados (DELGADO, 1985, p.109). O setor de insumos (Fosfertil, Arafertil, Valefertil) incentivados pelo Estado adentraram

a região e consolidaram-se na década de 1980. Nesse momento, as culturas de exportação e a pecuária extensiva receberam incentivos.

Também vislumbra-se nesse programa o objetivo de incentivar e apoiar a ocupação de áreas de cerrado. Para coordenar o programa, foi criada a empresa binacional CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola, constituída de 51% de capital pertencente a BRASAGRO – Cia. Brasileira de Participação Agroindustrial e 49% da JADECO – Japan Brasil Agricultural Development Corporation.

As condições de empréstimos foram excepcionais e se assemelharam às do POLOCENTRO, cobrindo investimentos fixos, semifixos e o custeio agrícola. O PRODECER difere-se do POLOCENTRO por apresentar linha de crédito fundiário, destinado à aquisição de terras.

Observa-se que o POLOCENTRO e o PRODECER buscaram selecionar pessoas com aptidão para adotar tecnologias, elas deviam possuir nível educacional alto e faixa etária baixa; portanto aqueles que seriam mais suscetíveis ao bom desempenho empresarial e à alta capacidade técnica da gestão da terra.

Queremos reforçar os efeitos da modernização agrícola nos cerrados e seu papel na criação e consolidação do agronegócio e da pequena propriedade. Especificamente nessa região, a modernização agrícola ocasionou o acirramento das contradições socioeconômicas, pois os programas privilegiaram os grandes latifundiários e os imigrantes vindos de outras regiões do país.

1.3. O contexto da Reforma Agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (1986)

No início da década de oitenta, o debate político sobre a Reforma Agrária foi retomado e o cenário era diferente, pois se passaram 20 anos de Regime Militar.

Assim, a questão agrária inseriu-se em outra lógica. A Reforma Agrária não seria mais uma proposta da burguesia, pois ela já não considerava que a temática fosse necessária para o processo de desenvolvimento capitalista, devendo ser tratada pelo Estado como uma política social.

Diferentemente do aspecto agrícola que progredia rapidamente com a instalação de diversos complexos agroindustriais, a crise agrária dos anos 1980 produziu impactos significantes no setor urbano, ou seja, a liberação de mão-de-obra do meio rural devido à modernização conservadora dos anos 1970 inchou as cidades e gerou, em 1983, uma grave crise econômica e uma grande tensão popular. Não havia como desviar da questão agrária que deveria ser tratada como o principal resultado da modernização.

A discussão ficava dividida entre os que consideram irrelevante a realização da Reforma Agrária, pois não teria sentido econômico, restando a ela o papel de política social (aqui se tenta tirar a ligação entre pobreza rural e modelo de desenvolvimento agrícola adotado). A Reforma Agrária é fundada numa forte crença de que o crescimento nada tem a ver com a desigualdade. E por outro lado, há os que defendem que a Reforma Agrária produz efeitos agregados, sustentando o próprio crescimento econômico, sendo muito eficaz no combate à pobreza rural.

O governo pagou o que ele investiu na modernização, gerando a desordem no campo. O governo teria também que gastar em reforma agrária não só como assistência político-social compensatória, mas como dever. Os desgastes da modernização ultrapassaram o aspecto antes estritamente econômico, e, posteriormente, também o ambiental.

O primeiro ato importante da Nova República foi a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, por José Sarney após o

falecimento de Tancredo Neves. A criação do Ministério gerou uma intensa mobilização dos movimentos e organizações sociais no campo. Outro ato importante foi a nomeação de José Gomes Silva para presidente do INCRA.

A Nova República surgiu com o PNRA prometendo cumprir o que estava revisto no Estatuto da Terra, comprometendo-se com a desapropriação por interesse social das propriedades que não cumprissem sua função social⁴, e também com a indenização do valor dessas terras em Títulos da Dívida Agrária – TDA, pagando em dinheiro somente benfeitorias.

A desapropriação por interesse social era o grande diferencial dos planos nacionais de reformas agrárias anteriores. O PNRA de 1966, no governo Castelo Branco, cuidou dos Cadastros⁵ previstos no Estatuto da Terra e não fez a Reforma Agrária afirmando que antes era preciso um diagnóstico dos imóveis rurais do país. O PNRA de 1968 deu ênfase à tributação e à colonização (feitas em terras devolutas) e também não fez reforma agrária (terras que já tinham dono particular ou o Estado).

Em 1972, realizou-se novo cadastro e o INCRA passou a fazer apenas colonização mudando o nome do PNRA para PIN - Plano de Integração Nacional, que dava-se ênfase à Amazônia. Apenas em 1980, o INCRA voltou a fazer tributação e regularização fundiária de terras públicas (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

⁴ Por “função social” entende-se aquela que favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como a de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação de recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que possuem e a cultivam (BRASIL, 1985, p.13).

⁵ O Cadastro, segundo Graziano da Silva, é uma declaração semelhante aos formulários de Imposto de Renda, no qual os proprietários discriminam a área da propriedade que possuem, o que plantam nela, o gado que têm, número de empregados, etc. O objetivo é dar ao governo um conhecimento detalhado da realidade agrária do país. Com base nessas informações, o INCRA cobra o ITR- Imposto Territorial Rural, previsto pelo Estatuto da Terra (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

É importante compreender este momento histórico com as palavras de José de Souza Martins que afirma:

o fim do regime militar e o advento de um regime civil e democrático não alterou substancialmente a orientação da política agrária herdada. O novo regime herdou também o temor de que o conflito fundiário se desdobrasse numa conflitividade mais ampla, capaz de comprometer as próprias bases do pacto de transição democrática [...] De fato, a conflitividade se acentuou. De um lado, porque os trabalhadores e, sobretudo as agências de mediação que vinham fazendo a ponte entre o pequeno diagnóstico e o grande diagnóstico, isto é, o grande projeto de transformação política, de fato tinha expectativas de ampliar os ganhos sociais derivados da mudança de regime que tivessem como eixo a luta pela terra. De outro, porque os setores latifundistas mais envolvidos, sobretudo, em ações ilegais de ocupação das novas terras da fronteira, também se sentiram liberados das pressões que de algum modo o regime militar fizera para conter a conflitividade no âmbito do controle político. (MARTINS, 2003, p.6).

No cenário nacional, ocorreu uma forte reação do setor agrícola organizado, com a criação da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, da SRB - Sociedade Rural Brasileira e da UDR. Na década de 1990, houve uma redução do emprego urbano. Segundo Rangel (2000), a crise agrária perdeu, em grande parte, seu caráter agrícola ou rural à medida que o Complexo Rural⁶ lançou, sobre a cidade, a mão de obra que retinha.

O I PNRA lançado na Nova República era dividido em Programas Complementares (regularização fundiária, colonização e tributação da terra); Programas de Apoio (cadastro rural, estudos e pesquisas, apoio jurídico, desenvolvimento de recursos humanos e Programa Básico (assentamento dos trabalhadores rurais).

O objetivo principal do I PNRA era mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio, assegurando um regime de posse e uso (da terra) que atendesse

⁶ Complexo Rural que, segundo Rangel (2000), se caracteriza pelo conjunto de atividades desenvolvidas no interior das fazendas, assentadas em uma economia natural, com uma incipiente divisão do trabalho. Essas fazendas, para produzir a mercadoria de exportação, tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários.

princípios de justiça social e aumento da produtividade, de modo a garantir a realização socioeconômica e o direito de cidadania do trabalhador rural (BRASIL, 1985).

Uma das críticas mais bem formuladas sobre o PNRA de 1985 é a de Graziano da Silva:

Em primeiro lugar, há um erro primário de formulação: fala-se aqui de 7,1 milhões de *trabalhadores rurais* e depois no restante da proposta em *famílias* [...] Em segundo lugar – e esse parece ser o erro fundamental – a proposta faz um cálculo simplista “distribuindo” o assentamento desses 7,1 milhões de trabalhadores (ou famílias) ao longo dos próximos 15 anos, numa projeção estática da estimativa do ano de 1984. Ora, é obvio que nesses próximos 15 anos que se estima vá durar a reforma, outros milhões de trabalhadores rurais serão expulsos do campo pela própria dinâmica capitalista da agricultura brasileira. A proposta do MIRAD/INCRA dá assim a falsa ilusão de que no ano 2000 os trabalhadores rurais “sem terra” terão atingido o paraíso, com o seu pedaço de chão garantido [...] Em terceiro lugar, vem a “inocência” de se fazer uma proposta para 15 anos, período que extrapola em muito o horizonte do atual governo. (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.79-80).

Graziano da Silva (1985a) explica que não se poderia fazer um cálculo simplista para a distribuição dos assentamentos para os trabalhadores, pois esta projeção não seria estática. O autor indica também que nesse momento a Igreja se compromete a apoiar os homens do campo por uma autentica reforma agrária respaldando os trabalhos dos bispos e padres na CPT – Comissão Pastoral da Terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1985a).

Os militares não realizaram a Reforma Agrária prevista no Estatuto da Terra, mas a sociedade passou a contar com o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que fortaleceram a luta que a CPT já fazia desde a década de 1970 (OLIVEIRA, 2006).

Com a oitava Constituição de 1988, passa, mais uma vez, a chance histórica de desapropriar terras produtivas concedidas pelo Estatuto da Terra de 1964. Na

eleição de 1989, o PT afastou-se de seu fio condutor e assim perdemos o partido que poderia revolucionar a sociedade brasileira. Diante disso, entendemos que houve possibilidade de um partido transformar o país, mas surgiu uma nova alternativa que seria a organização crescente dos movimentos de luta pela terra (OLIVEIRA, 2006).

Os parlamentares da bancada ruralista faziam pressão para supostamente resguardar a ordem que já não existia no campo. Os grandes proprietários conseguiram amenizar as imposições do Estatuto da Terra na nova Constituição. O Estatuto mostrava-se inicialmente rígido e colocava normas aos regimes de propriedade; foi um documento redigido em um momento de muita repressão no país, sendo elaborado e instituído no primeiro governo militar (1964) e modificado no primeiro governo democrático pós-período militar (1985) para favorecer alguns políticos proprietários de terras como Sérgio Cardoso de Almeida, que era deputado e grande proprietário de terras em Ribeirão Preto (área onde já havia conflitos entre boias-frias e usineiros) e na Amazônia.

Gomes (2004) analisou, em seu trabalho, os principais programas implementados no Cerrado Mineiro. Observou que esse processo gerou principalmente a exclusão do homem do campo o que resultou em uma intensa proletarianização após a integração da região nos projetos do governo.

Observando a lógica dos projetos, podemos notar que os participantes não foram os proprietários tradicionais residentes nos municípios da região, mas colonos tidos como predispostos a adotarem as tecnologias propostas, bem como os grandes proprietários da região – também em “condições” de adotar o modelo empresarial de produção (GOMES, 2004).

Assim, de acordo com a própria lógica do desenvolvimento capitalista no campo, modernizou-se a agricultura, ocorreram mudanças estruturais no mercado, aumentaram-se a área produtiva e a produção, concentraram-se terra e riqueza. Em consequência disso, ocorreu progressiva descapitalização dos pequenos produtores e desterritorialização do homem do campo, com destruição das formas tradicionais de produção.

O papel do crédito rural, desde os anos 1960, era incentivar o consumo de insumos modernos e mecanização, criando condições à especulação imobiliária, pois o crédito era facilitado de acordo com a proporção de terras. Esse modelo de modernização gerou uma sociedade insustentável e destruiu o que temos de melhor, nossa riqueza sociocultural e biológica.

A Reforma Agrária proposta pelos governantes atuam no sentido de compensar as mazelas sociais geradas pela Modernização Conservadora no agrário brasileiro. Isso foi o grande causador da expropriação do trabalhador rural da terra, pois, mesmo os que não eram donos da terra foram expulsos e ficaram sem os meios de produção para subsistência.

Guimarães (1979) observa que, a partir da década de 1950, na economia pós-guerra, o desenvolvimento de técnicas que possibilitaram maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos resultou na adoção de um novo sistema agrícola que privilegiava a padronização da produção alimentar, a motorização e mecanização dos cultivos, a utilização de produtos químicos nas atividades agrárias. Enfim, iniciava-se o processo de industrialização da agricultura. Esse modelo ficou conhecido como “Revolução Verde” (GUIMARÃES, 1979, p.222).

A Revolução Verde foi o fator que norteou os rumos da modernização agrícola, alterando significativamente as bases econômicas e sociotécnicas da

agricultura. Por fim, esse pacote tornou-nos dependentes tecnologicamente de outros, aumentamos as desigualdades e acentuamos a desterritorialização do ambiente (GOMES, 2004).

Guimarães (1979) defendeu a tese de que o problema mais grave da agricultura não era a questão da produtividade, que vinha aumentando com a inserção de novas técnicas de cultivo, mas os impedimentos ao acesso à terra e aos meios de produção modernos à maioria da população rural.

Poderiam “conviver” Reforma Agrária e inserção de novas tecnologias no campo, desde que houvesse a “busca de uma tecnologia menos complexa, menos dispendiosa e mais eficaz, não causadora de desemprego e não estimuladora do êxodo rural”. (GUIMARÃES, 1979, p.344). No entanto, houve muitas críticas sobre a forma como a modernização se processou. Por não ter havido uma reforma agrária prévia à Revolução Verde, ocorreu a crise agrária (concentração da propriedade, aumento da desigualdade de rendas entre pequenas e grandes propriedades).

Portanto, esse cenário de crise agrária vai ganhando grande proporção com o aumento das tecnologias em concomitância ao aumento do êxodo rural. O Cerrado mineiro vai sofrendo esse processo de expulsão dos trabalhadores do campo e entrada de tratores e maquinários. Paralelamente, vão surgindo os grandes programas orientados para a exploração agrícola da região Centro-Sul do país para cultivos de exportação.

Nesse processo de transformação agrária do Cerrado Mineiro, vemos uma transformação gradual da “terra-matéria” em “terra-capital”. A terra do Cerrado, antes considerada pobre e de baixa fertilidade, torna-se meio de produção em virtude da incorporação do capital. A territorialização do capital no Cerrado foi concebida graças à aliança com as grandes indústrias do ramo de fertilizantes para correção,

adubação, irrigação e ao incentivo governamental para aliar, cada vez mais, indústria e agricultura, gerando a inserção da região no circuito de reprodução do capital (SALIM, 1986).

No governo de João Figueiredo (1979-1984), final do período ditatorial, houve controvérsia sobre os números da reforma. Foi anunciada no final de 1984, a emissão do milionésimo documento de titulação de terra. O governo alarmava esse fato como evidência de que estava em curso, no Brasil, o maior programa de reforma agrária do mundo. Contudo, o milhão de títulos anunciados referia-se a uma série de documentos, entre os quais havia títulos de propriedade definitivos para agricultores sem terra, títulos para posseiros que já ocupavam a terra e títulos com direito à ocupação provisória. Evidentemente, a maior Reforma Agrária do mundo não ocorreu, era um processo de regularização fundiária (OLIVEIRA, 2006; ALENTEJANO, 2000).

Já os primeiros meses de 1985 foram extremamente férteis em relação à Reforma Agrária. A população acompanhava pela imprensa, radio e televisão as cenas de violência praticadas pela polícia contra os cortadores de cana grevistas no interior de São Paulo. A televisão mostrava para todo o país a convivência da miséria e da opulência numa das regiões mais desenvolvidas da agricultura. As usinas monocultoras e seus ricos proprietários eram beneficiados por incentivos governamentais, enquanto trabalhadores ficaram sem terra e sem emprego, devido ao miserável modelo econômico implantado pós 1964 (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

Em seu discurso de posse, o presidente Tancredo Neves afirmava que a Reforma Agrária era uma das metas prioritárias em seu governo e que ele levaria a efeito a Reforma Agrária que estava sendo reclamada pelo Papa, pela ONU –

Organização das Nações Unidas, pelo BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e pelo episcopado brasileiro. Tancredo Neves dizia que a Reforma Agrária estava sendo um problema que estava encharcando de sangue o território brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1985) (MARTINS, 2003).

Portanto, vemos que se constituiu uma infraestrutura para as produções agrícolas altamente tecnificadas e, na contramão desse processo, expropriou-se o homem do campo que passou, então, a residir nas periferias das cidades maiores ou em cidades menores onde tivessem vínculo de amizade e/ou parentesco.

1.4 A Reforma Agrária neoliberal do final da década de 1990 e início do século XXI

A década de 1990 inicia-se com uma difícil capacidade financeira no governo. A primeira metade da década caracterizou-se pela continuidade de um processo de financiamento seletivo de alguns complexos agroindustriais, enquanto que o crédito subsidiado e os preços mínimos cambalearam até sua quase completa extinção. Nesse momento, também houve uma redução do emprego urbano e a crise agrária perdeu grande parte seu caráter agrícola ou rural à medida que o Complexo Rural se desfez, lançando sobre a cidade a mão-de-obra que retinha.

Desde os anos 1980, o Banco Mundial – BM atuava principalmente no suporte financeiro às políticas. Já na década de 1990, ele procura desenhar as bases teóricas que visavam superar as deficiências das políticas analisadas. As recomendações eram, por exemplo, para que os subsídios permanecessem apenas para erradicar a pobreza aguda, para assegurar os estoques alimentares de segurança e/ou suprir as falhas do mercado (BANCO MUNDIAL, 1993).

Também foi recomendado que a comercialização e os serviços agrícolas fossem privatizados e as agências públicas fechadas ou diminuídas. O documento também ressalta a importância de se envolver as comunidades locais no desenho e na implementação dos gastos públicos nas áreas rurais (BANCO MUNDIAL, 1993).

No Relatório do Banco Mundial de 1993, denominado *“Brasil: O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais”*, coloca-se que os impostos e os subsídios tiveram um papel importante no crescimento agrícola do Brasil e as distorções importantes em favor do capital foram dadas pelas leis do imposto de renda e por meio de maciços créditos subsidiados para compensar a tributação indireta. Este documento relata que as distorções fiscais e os subsídios aumentaram os investimentos em grandes fazendas e auxiliaram na substituição da mão-de-obra pelo capital, o que fez com que os agricultores de pequena escala ficassem em desvantagem (BANCO MUNDIAL, 1993). No documento, afirma-se também que os programas de Reforma Agrária são extraordinariamente difíceis de administrar e esses programas se vitimaram dessas dificuldades. Complementa que os gastos maciços feitos em 1991 não foram mantidos por causa dos abusos e escândalos relatados e propõe que a Reforma Agrária não seja feita pelo governo, mas por meio do mercado.

O governo FHC, em seu primeiro mandato (1994-1997), adotou uma política agrária convergente com as diretrizes recomendadas pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, BM – Banco Mundial e FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em segmento à conjuntura política mais ampla e de acordo com essa política, houve vê-se uma tentativa clara de acalmar os movimentos sociais do campo, especialmente o MST e os movimentos sindicais como a CONTAG.

Porém, diante da incapacidade de derrotar a força do MST, o governo modificou sua estratégia no segundo mandato (1998-2001), atuando com duas frentes principais: a primeira foi intensificar a repressão, por meio da criminalização das ações dos movimentos e da perseguição às suas lideranças. A segunda frente de atuação foi a alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a exterminar as fontes de alimentação do movimento (ALENTEJANO, 2000).

Nessa nova estratégia, o governo extinguiu o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA e elegeu o Banco da Terra como instrumento fundamental de obtenção de terras, propondo a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior responsabilidade inicialmente para o âmbito municipal e depois para o estadual, em um país marcado historicamente pelo poder das oligarquias locais, propondo, enfim, a descentralização da Reforma Agrária (ALENTEJANO, 2000).

Alteraram-se assim as regras de financiamento dos assentados, com a alegação de eles esses são iguais aos trabalhadores familiares. O que, na verdade, se objetivava demonstrar, com essa atitude, era a inviabilidade da Reforma Agrária como alternativa de redefinição dos termos e condições em que se encontra organizado o espaço rural brasileiro (ALENTEJANO, 2000).

Nesse sentido, durante o governo FHC, para frear os trabalhadores rurais sem terra, o governo iniciou uma atuação de repressão político-militar com o apoio de estrategistas civis, militares e do Banco Mundial. O governo adotou medidas extremas como a proibição de assentamentos de indivíduos ocupantes de terra, impedindo a vistoria de terras ocupadas e abrindo processos contra as lideranças.

Assim, nesse processo geral de Reforma Agrária orientada pelo mercado, a iniciativa de venda ou não da terra ociosa passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores de terra, sem a mediação do Estado e sem restrição por não cumprirem a função social da terra.

Contraditoriamente, a opção verificada pelo documento elaborado pelo Banco Mundial mostra claramente a preferência de pequenas e médias propriedades familiares, alegando que elas criam maior número de empregos do que as grandes propriedades corporativas. O governo faria “vistas grossas” às orientações e, como explicado, tomou medidas que, no fundo, não favoreciam a realização de uma verdadeira Reforma Agrária. Essas orientações tornaram-se posteriormente umas das justificativas do PRONAF.

O PRONAF foi criado em 1995 com o nome de PLANAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e institucionalizado em 1996 com o nome definitivo de PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Representava uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil e colocava a agricultura familiar na primeira metade da década de 1990 como o principal tema em debate a respeito da agricultura brasileira, o que historicamente era hegemonizado pela agricultura patronal.

Na apresentação do PRONAF, Fernando Henrique Cardoso disse que a agricultura familiar era o mais viável em termos econômicos produtivos, pois era responsável pela maior parte da oferta de vários produtos do consumo corrente e socialmente desejada também porque ocupava a grande maioria da mão-de-obra rural e, portanto, atacava os problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade.

O PRONAF, seguindo as diretrizes do relatório gerado em parceria FAO/INCRA em 1994, inicialmente encontrou dois segmentos de agricultores: os patronais e os familiares. Identificou-se, no segmento da agricultura familiar, a seguinte subdivisão: consolidada, em transição e a periférica. No relatório, identificavam-se como beneficiários os agricultores que trabalham em regime de economia familiar, explorando a terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário e parceiro. Após algumas controvérsias, mudou-se a definição de beneficiários que antes era restrita a quem não tivesse nenhum empregado permanente para posteriormente a quem tivesse até dois empregados permanentes.

Para alcançar seus objetivos, o PRONAF propunha articular-se com outros programas como o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA. Um diferencial do PRONAF foi a proposição de introduzir novas formas de relação entre o Estado/Políticas Públicas/Sociedade civil, por meio dos princípios de atuação por demanda, descentralização, agilidade e parceria.

A ideia era dividir as responsabilidades entre as esferas de governo federal, estadual e municipal, estimulando as iniciativas locais e exigindo co-responsabilidade e contrapartidas, tanto dos governos municipais quanto das entidades privadas. Para viabilizar esta estratégia, montou-se uma estrutura para o gerenciamento e acompanhamento do programa por meio da criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR's (VILELA, 1997).

Marcadamente vemos também, no governo FHC, a emergência de conflitos no campo e crescente/intensa mobilização dos movimentos sociais no campo, que acontece inaugurando um marco na questão da luta pela terra no Brasil. A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma região de Minas Gerais com grande número

de conflitos por terra. De 2000 a 2006 a região estudada, junto a região Norte de Minas Gerais concentraram mais de 50% das ocupações do período (CLEPS JR, 2008). Nesse sentido, houve um agravamento da realidade agrária na região, induzido pela modernização conservadora no cerrado mineiro, traduzindo em conflitos na área rural.

O PRONAF apareceu inicialmente como um esforço na direção da mudança do caráter das políticas para o campo, em um momento de crise do padrão de financiamento mantido pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. O contexto internacional influenciou consideravelmente políticas como o PRONAF, principalmente no que diz respeito aos aspectos econômicos e produtivos (VILELA, 1997).

Podemos avaliar que, por mais que os organismos multilaterais estejam indicando essa mudança na lógica de atuação do governo brasileiro no que compete ao desenvolvimento rural, a globalização demanda, por outro lado, que a lógica patronal vigente, desde os anos 1960, permaneça. Afinal, a forma indicada pelos organismos FAO/Banco Mundial de se fazer as mudanças desconsidera o poder da agroindústria e os grupos de interesse que, muitas vezes, se identificam com as esferas de decisão do país.

As propostas dos organismos citados acima estão em consonância com os preceitos neoliberais do Estado mínimo, da preponderância das regras do mercado, da prevalência da iniciativa privada, da desregulamentação das atividades comerciais. “Sobra para a intervenção estatal, apenas, a defesa do bem público, a correção das falhas do mercado e a proteção ambiental” (VILELA, 1997, p.7).

Veiga (1998a) mostra que cerca de três quartos dos estabelecimentos agrícolas não-patronais do Nordeste, somados a cerca de metade de seus

coegêneres nas outras regiões, constituem uma massa de agricultores tão fragilizados que seria ilusório esperar que fossem atendidos pelo PRONAF e complementa que só se poderá atingir essa massa de desvalidos se o programa estiver acoplado ou precedido do binômio essencial da estratégia de erradicação da pobreza rural: redistribuição fundiária e educação (VEIGA, 1998a).

Castells (1999) destaca que, por um lado, a globalização difunde padrões comuns; do outro, orienta reações locais oriundas de novas práticas dos movimentos sociais, podendo ser um embrião de mudanças socioculturais, desafiando assim, a nova (des)ordem mundial imposta (CASTELLS, 1999). Numa economia globalizada, os agricultores são afetados tanto pelas inovações que ocorrem em nossas fronteiras como alhures (ALVES, 2001).

Segundo Veiga (1994), o tipo de estrutura fundiária bimodal (agricultura familiar e patronal) não favorece a passagem intensiva de crescimento econômico devido aos efeitos regressivos na distribuição de renda. Isso foi mostrado a todos nós por experiência histórica pelos países de primeiro mundo, que a agricultura familiar é o caminho e este é o objetivo que parecia dar sentido à reforma agrária brasileira (VEIGA, 1994).

Como previsto por José Graziano da Silva:

[...] a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que isso não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 80, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista (GRAZIANO DA SILVA, 1994, p.42).

Veiga (1991) enfatiza que, no grande impulso do capitalismo, a agricultura familiar se firmou em todos os países de primeiro mundo e não existem explicações suficientes para demonstrar qualquer tipo de superioridade congênita das formas

patronal ou familiar, pois as duas se equivalem em termos de eficiência técnica no processo de produção. Portanto, não existe nenhuma superioridade intrínseca a uma forma específica de produção que pudesse estar ligada à especificidade do processo de trabalho na agricultura. A maior ou menor influência de uma ou de outra forma está ligada à característica de intervenção do Estado nos mercados agrícolas (VEIGA, 1991).

Por conseguinte, de acordo com Mazzeto Silva (2003), o campesinato como sujeito social só foi reconhecido no Brasil na década de 1990 sob o novo nome de agricultura familiar (que enfatiza o caráter de sua organização econômica). Nesse reconhecimento, gerou-se na esfera de políticas públicas, a partir de 1995, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, política de reforma agrária (como já dito) e a criação do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses foram resultados de intensas ações e manifestações dos movimentos sociais além de ser também orientações de órgãos externos (MAZZETO SILVA, 2003). O referido autor complementa que:

a proliferação de trabalhos e políticas voltados para a agricultura familiar e para a reforma agrária não fez do campesinato o sujeito central de um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. A força acumulada pela agricultura patronal (hoje, melhor identificada na noção de agribusiness ou agronegócio) no período da modernização conservadora não foi afetada, e ao contrário vem crescendo[...]. A criação do MDA não causou a extinção do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, gerando duas estruturas paralelas e, de certa forma, contraditórias: uma voltada para o agribusiness e outra voltada para a agricultura familiar e reforma agrária. (MAZZETO SILVA, 2003, p.339).

Percebe-se que, no governo de FHC, estabeleceu-se a divisão entre a “política para a agricultura”, entendida como a produção modernizada e que tem como prioridade a exportação, “agribusiness”, agroexportação e encontra-se subordinada ao Ministério da Agricultura (hoje MAPA), e a política de “desenvolvimento rural”, subordinada ao MDA.

Nos países centrais, a agricultura exerceu função estratégica com oferta abundante, que gerou declínio dos preços e permitiu diminuir o orçamento no consumo de alimentos para que os consumidores integrassem novos produtos e impulsionassem o crescimento. No entendimento da teoria da regulação, não cabe à agricultura transformar-se em um setor de alta lucratividade, mas auxiliar o processo geral de modelagem de um novo modelo de consumo e de acumulação (ABRAMOVAY, 1992).

No Seminário Internacional “Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico”, realizado em Brasília em 1998, Veiga defendeu a ideia de que uma mudança nos padrões de desenvolvimento da sociedade brasileira para níveis de maior igualdade e distribuição de riqueza necessitaria de mudanças nos padrões de desenvolvimento agrícola adotado. Fez uma ligação entre pobreza rural, desenvolvimento e crescimento econômico, sustentando a tese de que a Reforma Agrária e a agricultura familiar se apresentam como políticas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento rural. Nesse sentido o autor afirma:

Temos estudos que mostram que a pobreza rural está absolutamente relacionada com a agricultura, com o padrão de crescimento agrícola. Isto significa que se quiser discutir a fundo pobreza rural tem que discutir a característica da nossa agricultura. E a mais marcante é o contraste entre o perfil da agricultura brasileira e o perfil da agricultura de um país considerado desenvolvido [...] qualquer discussão sobre o fenômeno da pobreza rural brasileira passa necessariamente pela consideração das próprias características do setor agropecuário. E uma das mais marcantes é seu contraste com a estrutura ocupacional desse setor em todos os países que atingiram altos índices de desenvolvimento humano. Em todos esses países a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil ela é predominantemente de caráter patronal (VEIGA, 1998b, p.2-3).

No Brasil, a lógica vocacional sempre foi de país agrário exportador e após 1970, com a modernização conservadora, pautou-se ainda mais na monocultura e no latifúndio. Nesse sentido, não se consegue gerar oferta abundante ao mercado interno, não se permitindo diminuir parte do orçamento ao consumo, não se favorece

a acumulação. Na maioria das vezes, a saída vai ser o aumento da miséria e das desigualdades e políticas assistencialistas ou compensatórias para “pagar” a manutenção desse modelo.

Esse modelo pode ser invertido para outra lógica que gere real desenvolvimento autônomo e endógeno, recomendado pelos organismos multilaterais (por exemplo, FAO/ONU), que contraditoriamente foram também os grandes disseminadores da Revolução Verde para a solução da falta de alimentos no mundo.

Como consequência, observam-se importantes mudanças na orientação das políticas de desenvolvimento rural que, no caso brasileiro, reconhece o arrefecimento do êxodo rural brasileiro. Até os anos 1980, o esvaziamento demográfico do meio rural era visto, por muitos, como efeito irrefreável da modernização da agricultura e que era positivo ao processo de industrialização das economias nacionais.

A partir dos anos 1990, essa perspectiva mudou e os dados mostram que esse processo perdeu força, principalmente em função da crise econômica e da reestruturação produtiva, que esgota a absorção urbana em massa de uma força de trabalho pouco qualificada.

A linha do PRONAF que orientava essencialmente para essa preocupação com o pequeno produtor – sem querer aqui discutir o que é o pequeno produtor – era a linha de infraestrutura e serviços. A política constituía em dar aos produtores descapitalizados condições de conseguir, com ajuda do governo, o beneficiamento e a qualificação de seus produtos a fim de valorizá-los e assim alcançar maiores rendimentos.

Os problemas de política agrícola e de comercialização foram agravados no ciclo de implementação do programa neoliberal do governo de FHC. Em geral, esses problemas desencadearam várias outras consequências, como um empobrecimento maior da agricultura (principalmente da pequena agricultura). As pessoas que saíam do campo nos anos 1960 e 1970 melhoravam sua condição de vida porque se transformavam em operários. Já nos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, toda a população que foi expulsa do campo não teria perspectiva, pois geralmente os que tinham acima de 40 anos eram analfabetos e só sabiam trabalhar na agricultura (MAURO, 2003).

A perspectiva que se abriria a partir da eleição do governo Lula (2002), para repensar o conceito de desenvolvimento e inventar novos modelos, capazes de resgatar e reconstruir ruralidades sustentáveis com base na biodiversidade foi frustrada devido a uma série de fatores: um arco de alianças que descaracteriza o perfil do governo supostamente esquerdista, descartando perspectivas transformadoras e abrindo mão de qualquer utopia; visão desenvolvimentista-produtivista, que gera um encantamento quase ingênuo pelo agronegócio exportador; falta de verba para a Reforma Agrária e de políticas efetivas para a agricultura familiar que pudessem torná-la sujeito estruturante de um novo modelo; desarticulação entre os programas sociais como o Fome Zero e a Reforma Agrária; a falta de critérios técnicos e de mecanismos democráticos na escolha dos cargos-chave e, por fim, a adoção precária e superficial do enfoque territorial, que contou, inclusive, com a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, na estrutura do MDA (MAZZETO SILVA, 2003).

A discussão do desenvolvimento rural no Brasil considera que uma população excedente foi expulsa da agricultura por motivos como concentração fundiária, em

decorrência disso ocorreu concentração populacional nas zonas urbanas dos grandes centros e opção pelos complexos agroindustriais. A discussão sobre desenvolvimento rural encara o retorno da população que não consegue mais sobreviver nos grandes centros urbanos.

Para modificar o padrão de crescimento agrícola para um padrão mais incluyente e justo socialmente, é necessário que o Estado brasileiro seja o ator fundamental nesse processo, sendo capaz de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento, porque não se pode abstrair do crescimento econômico, para criar as condições reais de melhorar o padrão de vida da população pobre. Portanto, é fato que as recomendações dos órgãos multilaterais de deixar o Estado com funções mínimas e controle por conta do mercado não parecem ser o mais viável para se alcançar o desenvolvimento econômico juntamente com o humano.

Assim, discordamos da visão que defende que a Reforma Agrária seja uma política apenas de cunho social e consideramos que ao se promover a reestruturação fundiária e, por conseguinte a distribuição de terras, a Reforma Agrária produz efeitos agregados, sustentando o próprio crescimento econômico, o que confirma o papel importante do rural para o desenvolvimento.

Afinal, se compararmos os custos do Estado durante a modernização conservadora da agricultura, supõe-se que esses custos são resultantes do modelo implementado na década de 1970. Assim, não consideramos que haja separação entre o agrário e o agrícola, essa separação em que se tenta colocar o agrícola como econômico e o agrário como social e para justificar e defender a modernização agrícola para estabelecer correlações de força sociais e políticas no nosso processo histórico e social.

Entendendo que o Brasil viveu e ainda vive uma agricultura dual, notamos as facilidades para a aquisição de terras e a eliminação dos mecanismos que impedem a democratização do crédito rural. É importante também dar acesso aos pequenos produtores à tecnologia que aumenta o excedente por hectares (ALVES, 2001).

Sem esse tipo de direcionamento, é impossível garantir o acesso a patamares de renda mais elevados; combater a discriminação de preços de produtos e de insumos que tanto prejudica os mais desfavorecidos e favorecer o associativismo, cooperativismo e a pluriatividade (ALVES, 2001).

Veiga (1991) nos mostra que os efeitos econômicos reais das Reformas Agrárias já “realizadas se concentram em dois tipos de impactos: os produtivos e os distributivos. O aumento da produção agrícola - e, principalmente da produção de alimentos - tem sido uma constante” (VEIGA, 1991, p.36). Concordamos com Veiga e completamos que o efeito distributivo de renda dessa política não pode ser negado; o acesso à terra já garante um mínimo de segurança alimentar, de produção para o autoconsumo, além da própria moradia e garantia de trabalho.

O caminho seguido para a resolução dos problemas do campo pelos governantes foi doloroso aos trabalhadores rurais resultando nos vários problemas citados ao longo do capítulo, como êxodo rural. No próximo capítulo, apresentamos como os setores da sociedade destituídos do processo de modernização agrícola se organizaram e buscaram apoio para crescer no jogo político de forças e reivindicar seus direitos.

2. OS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO: o papel político dos movimentos sociais e as leituras geográficas sobre o processo de territorialização

No Cerrado Mineiro, a agricultura moderna consolidou-se por meio dos programas oficiais já discutidos, no primeiro capítulo, que valorizaram as terras e prepararam a região para receber a modernização, imprimindo mudanças na dinâmica da paisagem e buscando, algumas vezes, por meio de políticas, reocupar áreas que, por vezes, já estavam ocupadas para atender interesses mais individuais e ideológicos que referentes à sociedade em geral.

Assim, nesse segundo capítulo, objetivamos estudar os movimentos sociais e as organizações de luta pela terra no Brasil e em Minas Gerais, buscando registrar alguns elementos essenciais para a sua interpretação teórica, e para o embate político, analisamos como esses processos resultaram de políticas excludentes da modernização agrícola.

2.1. Leituras Geográficas sobre a territorialização dos movimentos sociais no campo

Inicialmente, as reflexões estão direcionadas para as questões ligadas aos movimentos e organizações ligadas à luta pela terra, pois assim, temos mais alguns elementos do cenário estudado nesse capítulo. Para tal, apresentamos uma discussão histórica e teórica referente aos movimentos e às organizações de luta pela terra no contexto brasileiro e na Geografia Agrária. Após essa análise, trazemos os movimentos mais atuantes da região e finalizando este capítulo, apresentamos algumas informações coletadas nos trabalhos de campo e nas entrevistas.

As análises relacionadas aos movimentos sociais nas ciências sociais foi, por algumas décadas, atributo prioritário da Sociologia. Apenas no período mais recente,

esses estudos abarcam mais áreas das ciências sociais e dentre elas, a Geografia. Os estudos clássicos da Geografia relacionados à temática são referenciados por Orlando Valverde e Manuel Corrêa de Andrade que estudaram a questão agrária e os movimentos camponeses nas décadas de 1950 e 1960.

Pedon (2009) descreve a importância da conjuntura política dos anos 1970, agitada principalmente devido ao processo de abertura política e destaca também a importância das mudanças decorrentes e suas consequências para a ciência geográfica:

É no contexto das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do final da década de 1970 que ocorre a **inserção de idéias relativas à valorização das ações políticas mais amplas no campo da pesquisa geográfica**. Tal inserção foi baseada na incorporação do marxismo e na adoção de sua orientação metodológica, o materialismo histórico e dialético. A parca teorização e a supervalorização das pesquisas pautadas em procedimentos tradicionais passaram a sofrer severas críticas nesse momento. O descontentamento com a pouca reflexão em relação à própria prática científica, assim como ao engajamento ideológico e social do geógrafo passou a estar na pauta de debates. (PEDON, 2009, p.14, grifo nosso).

Nesse sentido, o autor faz uma explanação a respeito do advento da Geografia Crítica e do processo de renovação da Geografia brasileira principalmente após o III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza em 1978, que acarretou mudanças na forma de se fazer Geografia. As correntes teóricas antes predominantes na Geografia – Geografia Tradicional e a Geografia Teórica – serviam inconscientemente aos agentes hegemônicos do poder, pois tratavam os temas estudados de forma complementar e concordante às análises instituídas.

Assim, rompeu-se com os estudos que viam o homem em segundo plano, como um elemento da paisagem, para encará-lo posteriormente como agente. Nesse sentido, Pedon (2009) acrescenta que a mudança de referencial teórico foi essencial, pois “o marxismo detém com maior profundidade o estudo dos elementos constitutivos da sociedade capitalista, visualizando uma profunda transformação

social a partir das contradições intrínsecas a esta sociedade” (PEDON, 2009, p.17). Muitos foram os movimentos sociais que despertaram a temática no Brasil e também na Geografia: movimento da carestia, pelo transporte público, contra os loteamentos clandestinos, por creches e acesso ao sistema de saneamento, por eletrificação, lutas pela casa própria, pela redemocratização, entre outros.

Esses movimentos lutavam por demandas que eram historicamente negadas e tiveram arraigados em sua essência a absorção da matriz discursiva da Igreja Católica por meio da prática libertadora da Teologia da Libertação⁷, que associada às classes populares criaram as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s que representavam espaços de socialização política no qual as questões de cunho popular eram discutidas (CASTRO, 2005).

Seria comum que as mudanças que ocorriam na ciência geográfica referentes à aproximação da teoria marxista e do materialismo histórico e dialético enquanto método, “fizessem com que os geógrafos que trabalhassem com o tema da questão agrária se articulassem com os movimentos de luta pela Reforma Agrária” (ALENTEJANO, 2007, p.9).

Essa mudança de concepção “reflete o amadurecimento da teoria geográfica, expurgando excessos resultantes da disseminação de uma postura militante, vista como oposta à necessária cientificidade”. Para os que se reorientavam, a atuação militante e engajada numa causa representava um inevitável comprometimento da visão do pesquisador, consequentemente enfraquecendo a reflexão teórica acerca da problemática em questão (ALENTEJANO, 2007, p.10).

⁷ A Teologia da Libertação foi discutida em 1968 e formalizada em 1979 no México. A teoria incorpora em sua raiz doutrinária elementos do marxismo, conjugando-o com as práticas metafísicas teológicas da igreja para responder de forma crítica e participativa aos problemas da realidade político-sociais vivenciadas pelas pastorais em suas comunidades, condenando o capitalismo como sistema pela geração crescente de miséria e concentração de riqueza.

Na construção do conceito de movimento social, os sociólogos preocuparam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos (FERNANDES, 2005).

São diversas as pesquisas sobre movimentos sociais no campo e na cidade. Contudo, os referenciais teóricos são em grande parte de outras áreas do conhecimento, sobretudo da Sociologia. Na ciência geográfica, Bernardo Mançano Fernandes (2005) iniciou uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.

Diante da preocupação da Sociologia com as formas de organização, os geógrafos iniciaram reflexões a respeito do tema e desenvolveram os conceitos de **“movimento socioespacial”** e, posteriormente, **“movimento socioterritorial”**. Nesse sentido, analisamos essas reflexões desenvolvidas no interior da ciência geográfica a fim de buscar o seu entendimento.

As reflexões iniciais, com relação ao conceito de movimento socioterritorial, datam da segunda metade da década de 1990 e resultam inicialmente na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica”. Essas ideias prosseguem sendo amadurecidas com o geógrafo francês Jean Yves Martin resultando em diversas publicações (FERNANDES, 2005).

Entre os diversos trabalhos que surgiram na Geografia relacionados aos movimentos sociais no campo e na cidade estão as reflexões de Fernandes (1999, 2000 e 2005). Jean Yves Martin e Bernardo Mançano Fernandes, ao longo de sua

trajetória, têm acentuado a preocupação em contribuir com leituras geográficas dos movimentos sociais (CASTRO, 2005).

Fernandes (2000), por meio da análise do MST, traz elementos e reflexões que são referências para se pesquisar outros movimentos sociais. O autor compreende que não é possível fazer uma leitura geográfica dos movimentos sociais utilizando somente categorias de outras áreas do conhecimento. Afirma que os movimentos sociais podem ser categorias de diferentes áreas do conhecimento, desde que os cientistas construam os respectivos referenciais teóricos. Esse é o nosso desafio na Geografia. Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas; são formas de organização social (FERNANDES, 2005).

Para Fernandes (1999, p.21), "a noção de movimento social é compreendida como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares, ou ainda os setores populares". O autor complementa a ideia afirmando que a partir do momento em que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Assim, avançar no debate conceitual sobre movimento social implica reconhecer, como tal, a luta das diferentes classes sociais, por meio das ações de seus atores, visando à conquista das demandas populares históricas de um lado e, de outro, a manutenção e a ampliação dos privilégios que a classe hegemônica vem mantendo ao longo de seu domínio. De acordo com Gohn (1997, p.251), isso acontece, "em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país criando um campo político de força social na sociedade civil".

Desde meados dos anos de 1990, Fernandes (1999, 2000, 2005) vem avançando na construção de categorias⁸ que contribuam para leituras geográficas dos movimentos sociais. São leituras que vêm enriquecendo as análises dos movimentos sociais para além das estruturas e origens (históricas) desses fenômenos, colocando no centro do debate e no interior das ciências sociais a necessidade de ampliar as análises.

Fernandes (2000) atenta para a necessidade de os geógrafos estudarem os movimentos sociais por meio de dois processos geográficos: o de espacialização e o de territorialização. O autor entende por **espacialização** a difusão das pautas de lutas do movimento, por meio da aparição para a sociedade, por atos públicos e ações sociopolíticas dos atores que compõem e carregam as bandeiras dos movimentos aos mais diversos espaços, contribuindo para que as experiências de luta sejam apreendidas e implementadas em outros espaços, considerando as peculiaridades dos lugares e atores (FERNANDES, 2005a). Já por territorialização, este autor entende ser uma apropriação, no decorrer da luta, de um importante campo de força (implícito no espaço) carregado por uma dimensão espacial geradora de poder, que ao se expressar na e para a sociedade, se constitui território (GARCÍA, 2004).

Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização como “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. Conforme o autor, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais

⁸ Deixamos claro que dentro da própria geografia os conceitos de “movimento socioespacial” e “movimento socioterritorial” ainda estão sendo trabalhados e como todo conceito ao se firmar, passa por várias críticas construtivas e divergências. Portanto ainda não é consenso na ciência geográfica. Reconhecemos aqui o esforço dos geógrafos para trazer contribuições conceituais.

material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. (PEDON, 2009, p.79).

A construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território (HAESBAERT, 2004).

Para Haesbaert (2004, p.96) “cada grupo social, classe ou instituição pode ‘territorializar-se’ através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os ‘seus’ espaços”. Ainda neste sentido o autor destaca que “enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo” (2004, p.96).

Fernandes (2005) argumenta que os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais, ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento (FERNANDES, 2005, p.473).

Com o objetivo de analisar essa reflexão, Fernandes (1999) analisa as ações do MST, observando suas práticas desde a construção de sua forma tendo como lugar de materialização algumas frações do território. O autor discute os significados de conceitos como “ocupação”, “trabalho de base”, “acampamento”, “negociação política”, “organicidade”, “especialização” e “territorialização”. Considera esses elementos essenciais para compreendermos os processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação,

considerando o território e ou o espaço como condição para a formação do movimento social, partindo do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo.

Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de “movimentos socioespaciais”. Nesse sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço (LEFEBVRE, 1991).

Apreendemos que todo movimento de luta pela terra é um movimento socioterritorial, pois luta por se firmar em territórios constituindo um processo de reterritorialização. No item seguinte, apresentamos reflexões realizadas durante a pesquisa sobre a ação dos movimentos sociais na luta pela terra.

2.2. Os movimentos sociais de luta pela terra: protagonistas na luta política pela Reforma Agrária no Brasil

Uma questão importante na construção deste trabalho é a adoção do conceito mais pertinente para nos referir teoricamente aos movimentos sociais e às organizações envolvidas no processo de luta pela terra. Nas leituras efetuadas, são várias as formas existentes para referenciar os movimentos que lutam por terra, principalmente, nos trabalhos mais recentes. Dentre as denominações encontradas nos estudos exemplificamos: Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária; Movimentos de luta pela terra; Movimento social de luta pela terra; Movimento Camponês; Movimentos Socioterritoriais; Movimento Socioespacial;

Novos Movimentos Sociais (NMS); Movimentos Sociais Rurais; Movimentos sociais no campo e MOSLUTRA⁹.

O conceito de movimentos sociais envolvidos com a terra ampliou-se e dentro dele encontram-se movimentos que necessariamente não estão lutando por uma causa social de abrangência para grande parte da sociedade. Nesse sentido, promovem o embate do jogo de forças políticas, mas não almejam nenhuma transformação social como os movimentos de luta pela terra.

A União Democrática Ruralista - UDR, por exemplo, foi criada em 1985, no estado de São Paulo, e ampliada em seguida para os estados de Goiás, Minas Gerais, Maranhão e Pará. Para alguns, a entidade pode ser considerada como um movimento social, apesar do próprio preconceito que essa entidade desenvolveu ao nome “movimento social”. No cenário nacional, a UDR foi a principal oponente aos movimentos sociais de luta pela terra. A UDR se organizou para enfrentar as ocupações dos sem-terra devido ao grande embate travado com os movimentos sociais. O resultado da dimensão do problema agrário com o interesse dos grandes proprietários de terra do cenário político fez com que o governo e as organizações ligadas aos direitos sociais ficassem mais atentas aos conflitos no campo.

Os movimentos sociais foram ganhando muitos integrantes e apoiadores, realizando várias manifestações públicas, passeatas, marchas e, por isso, foram notados pela mídia. Essa se tornou a principal maneira de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra. Dessa forma, fazendo-se notar na mídia e pela influência dos integrantes da UDR no cenário nacional, às vezes, os

⁹ Essa construção é de autoria de Edvaldo Carlos de Lima, em sua dissertação de Mestrado apresentada em 2006. No entendimento do autor, MOSLUTRA abrange os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, todos os grupos sociais que se manifestam com ações reativas contra os efeitos da sociedade do capital, que se dizem contra a opressão, pauperização e a miséria dos trabalhadores rurais sem-terra, características particulares dos movimentos que organizam os trabalhadores em acampamentos com ação política de luta pela terra e pela Reforma Agrária (LIMA, 2006).

movimentos sociais foram focalizados na mídia como movimento de invasores, de desocupados, de criminosos e outros.

Gohn (1985) destaca os principais movimentos sociais existentes, e nesse sentido, Pedon (2009, p.43) organiza a exposição da autora e classifica os seguintes tipos de movimentos sociais existentes:

- **Movimentos sociais de categorias específicas:** movimento feminista, negro, de homossexuais, em defesa do índio, de estudantes e professores;

- **Movimentos sociais a partir de lutas gerais:** movimento ecológico, lutas pela democracia, lutas de defesa dos consumidores, movimento dos desempregados;

- **Movimentos sociais urbanos:** divididos em populares e burgueses. Os populares são subdivididos em movimentos reivindicatórios de bens e serviços e movimentos sociais populares urbanos de caráter marcadamente políticos; os burgueses são subdivididos em ações reivindicativas de bens e equipamentos urbanos e defensores de privilégios e anti-igualitários;

- **Movimentos sociais ligados à produção:** envolvem movimento operário, de produtores, sindical operário e sindical patronal;

- **Movimentos sociais político-partidários:** partidos institucionalizados, grupos e facções políticas não institucionalizadas;

- **Movimentos sociais religiosos:** movimentos messiânicos, religiosos ligados a tradições culturais e folclóricas, de igrejas católicas;

- **Movimentos sociais do campo:** os movimentos sociais do campo estão subdivididos em movimentos sociais do campo de proprietários e movimentos sociais do campo de trabalhadores rurais.

Assim, ao contrário do que representa a UDR, um movimento formado para defender os interesses dos proprietários, nosso objetivo nesta pesquisa é focar os movimentos sociais que não são desenvolvidos pelos proprietários e sim pelos que reivindicam alguma transformação social, que defendam os interesses da maioria oprimida e destituída pela lógica do sistema capitalista de produção.

Nesta pesquisa, além dos movimentos sociais de luta pela terra propriamente ditos mais atuantes da região: MST, MLST e MTL (CARVALHO et al., 2009) estudamos também as organizações sindicais e as organizações surgidas a partir da Igreja Católica, em especial da CPT como a APR, que é uma organização com estrutura análoga a de uma ONG. Nesse sentido, decidimos pelo uso do termo “movimentos e organizações de luta pela terra¹⁰” para abranger todos os pesquisados e na tentativa de não utilizar conceitos de forma errônea.

O conceito de “movimento social” a que fazemos referência, neste trabalho, refere-se a um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, que se assenta nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder, manifestado no território (PEDON, 2009, p.86).

São inúmeros os estudos sobre os movimentos e organizações de luta pela terra no Brasil, desde os clássicos, que se referem aos Movimentos Messiânicos até os escritos sobre as Ligas Camponesas e sobre o movimento sindical rural, dentre os quais devem se incluir autobiografias, biografias e depoimentos de líderes desses movimentos (WANDERLEY, 1999).

¹⁰ O termo “movimentos e organizações de luta pela terra¹⁰” será utilizado no trabalho quando estivermos nos referindo a todos os pesquisados: Movimentos sociais propriamente ditos (MLST, MTL e MLST), movimento sindical (FETAEMG) e organizações sociais ligadas à Igreja que aqui consideramos como a CPT/APR.

Os estudos referentes aos movimentos sociais no Brasil mostram inicialmente uma forte conotação urbana. Em sua maioria, estão ligados à ação dos novos movimentos sociais urbanos, oriundos, no Brasil, da práxis política de novos atores sociais. Tais movimentos pretendem satisfazer velhas demandas historicamente negadas pela classe dominante e são advindos de experiências populares e da esquerda refletindo frequentemente as lutas de grupos específicos para o acesso a condições socialmente aceitáveis de vida na cidade.

No entanto, desde o final dos anos 1960, acentuava-se em algumas regiões do país a expulsão em massa dos trabalhadores agrícolas, antes residentes nas propriedades e a consequente constituição de um enorme contingente de assalariados que dependiam exclusivamente do trabalho na agricultura.

Um fator que contribuiu para a emergência dos movimentos sociais foi o intenso movimento migratório da população rural na direção das cidades. Calcula-se que entre 1960 e 1980, 28,4 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, das quais, 15,6 milhões nos anos 1970 (MARTINE, 1989).

Com o fim do regime militar em 1985, os ganhos para a sociedade foram enormes e nesse processo de redemocratização, após vinte anos de regime militar, as organizações e movimentos que se desenvolviam embrionariamente antes de 1964, voltaram a tomar fôlego, embora no período pré-1964 já havia registros de luta por terra no Paraná, em Trombas e Formoso, no estado de Goiás, Canudos na Bahia e Contestado, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Paraná.

Em 1985, no Rio Grande do Sul, aconteceu em Sarandi uma grande mobilização para assentar 1.500 famílias. O processo de desapropriação da Fazenda Anoni durou 14 anos e é um marco inicial das grandes conquistas de terra realizadas por trabalhadores organizados.

De forma geral, a população rural que foi para as cidades, com os níveis precários de qualificação e dificilmente conseguiam inserir-se na vida urbana. Os problemas do campo foram assim transferidos para as cidades e explodiram sob a forma da miséria, da violência anômica¹¹ e das dificuldades crescentes para administrar e resolver os problemas dos grandes centros urbanos do país. Mas, apesar dessa "exportação de pobres" para as cidades, o meio rural permanece um "locus", onde se gera e se reproduz parcela importante dos problemas sociais (WANDERLEY, 1999).

Gohn (1997) ao estudar os movimentos sociais pontua que

- esta forma de organização social nasce a partir de situações de carência;
- seus participantes possuem um conjunto de idéias, metas e valores a atingir; possuem um número reduzido de pessoas (lideranças e assessorias) que formulam as demandas pelas quais são aglutinadas mais e mais participantes que no conjunto as transformam em reivindicações, formulações de estratégias de pressão e luta;
- utilização ampla de práticas coletivas (assembléias, reuniões e atos públicos) apoiados ou não por meio de difusão massiva;
- encaminham reivindicações e negociam com intermediários e locutores (GOHN, 1997, p.56).

Grzybowski (1987) explica que por amplos processos de socialização política em movimento, nos quais se vivencia uma espécie de pedagogia político-educativa, os trabalhadores almejam a cidadania, impondo-se como classe e cidadãos nas relações com a sociedade, com o poder econômico e com o Estado.

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. [...] Na origem dos movimentos, portanto é necessário ver a “variedade de formas assumidas pelas contradições do capital”. Mas as estruturas precisam ser fecundadas pela vontade para gerarem movimentos. A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias aos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento. (GRZYBOWSKI, 1987, p.17-18, grifos nossos).

¹¹ Violência Anômica é entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social, que dá lugar à delinquência, à marginalidade ou aos muitos ilegalismos coibíveis pelo poder de Estado (SODRÉ, 2006).

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1987).

Scherer-Warren (1993) em seus estudos sobre os movimentos sociais acrescenta à ideia de Grzybowski (1987) outras duas categorias: o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades. A autora esclarece que quando essas categorias não estão presentes ou o movimento social conquistou as reivindicações que nortearam o processo de luta, existe a tendência de se encerrar a luta e o próprio movimento social.

Medeiros (1989) propõe uma periodização histórica baseada em marcos temporais que delimitam o primeiro período de 1945 a 1964, momento que começa a vir à tona os conflitos no campo. Enfatiza que, nesse período, a sociedade viveu seu primeiro ensaio democrático, marcado por restrições em relação à organização partidária, por sindicalismo vinculado ao Estado, por sucessivas crises políticas e pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização e de direitos sociais.

O segundo período compreende o pós 1964 até o final dos anos 1970. Nesse período, as lutas no campo, que haviam experimentado um processo inicial de articulação no primeiro período, se atomizaram e se isolaram, porém elas não desapareceram.

A modernização da agricultura se respaldou amplamente pela política agrícola do Estado. A opção pela manutenção de uma estrutura de propriedade concentrada no campo destruiu as esperanças em uma Reforma Agrária. O estímulo oficial à ocupação da fronteira pelo grande capital intensificou mais ainda os conflitos e as lutas de resistência (MEDEIROS, 1989). Segundo a autora,

Do ponto de vista organizativo o período foi marcado, em que pese a repressão, pela constituição de um sindicalismo rural centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Embora pouco eficaz no sentido de impedir despejos e garantir os direitos já conquistados, esse sindicalismo, no entanto, consolidou-se como porta voz das bandeiras históricas dos trabalhadores rurais. Ao lado dele, também setores da igreja tornaram-se canais de expressão dos anseios desse grupo social, denunciando a miséria e a opressão de que eram vítimas e também buscando colaborar na sua organização. (MEDEIROS, 1989, p.15).

O terceiro período iniciou-se a partir do final dos anos 1970, quando surgiram os primeiros sinais do esgotamento do regime militar até o advento da Nova República. O “Milagre Econômico” acabava e assim diversos setores da sociedade empreendiam formas de luta que tornavam mais visíveis as contradições que se acumularam nos anos mais obscuros. As greves reapareceram e muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical e estrutura sindical (MEDEIROS, 1989).

As lutas se intensificaram no terceiro período e trouxeram à cena política a luta pela terra e também a luta dos pequenos produtores modernizados e integrados por melhores preços para seus produtos. “Surgiram propostas distintas para o campo, que se expressavam quer na constituição das oposições sindicais, críticas em relação à linha da CONTAG, quer na formação do Movimento dos Sem Terra” (MEDEIROS, 1989, p.16).

O quarto período marcou o início da Nova República em 1985 até fins da década de 1980 e foi norteadado pelas lutas dos trabalhadores rurais, pela mudança na estrutura fundiária e por um novo sindicalismo. As organizações de trabalhadores

rurais reivindicavam a construção de uma central sindical. O debate foi rico para as entidades sindicais, trazendo a elas novos temas e novos questionamentos e em torno dessa questão gerou-se duas centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores - CUT e Central Geral dos Trabalhadores - CGT. (MEDEIROS, 1989).

Portanto, realizamos as discussões teóricas acerca dos movimentos sociais para entender o seu processo de desenvolvimento dos mesmos no país e a conjuntura política. Analisamos o posicionamento de estudiosos que se empenham em trabalhar teoricamente os conceitos para entendê-los em sua totalidade.

2.3. O papel da organização sindical e da Igreja Católica na organização dos movimentos sociais e processo de luta pela terra

Em meados de 1950 surgiram os sindicatos e as associações civis que foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores que existiram no país. Os sindicatos eram as organizações dos trabalhadores assalariados e as associações civis eram destinadas aos que de alguma forma tinham acesso a terra como posseiros, arrendatários e meeiros (MEDEIROS, 1989).

Medeiros (1989, p.24) coloca que “as primeiras ligas camponesas surgidas no Triângulo Mineiro datam de 1950 e foram contra o aumento das taxas de arrendamento”. O conflito foi isolado e deu-se em Canápolis no Frigorífico Anglo.

Em 1954, surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil – ULTAB principalmente, pelo esforço do Partido Comunista Brasileiro – PCB de concretizar seu projeto de transformação social. Concomitantemente à criação da ULTAB, houve aumento também da demanda pela Reforma Agrária que era entendida no documento retirado na II Conferência Nacional dos Lavradores em 1954 como:

[...] medida de ajuste social, a reforma agrária era visualizada através da distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas e lavradores sem terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade plena a posseiros, ocupantes e colonos de terra; de medida de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração de trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie etc.; da garantia aos indígenas das terras por ele ocupadas. (MEDEIROS, 1989, p.32).

As divergências entre as Ligas Camponesas e a ULTAB/PCB aumentavam no início da década de 1960. As duas frentes de luta queriam a Reforma Agrária radical. A diferença era a forma de conduzir: as ligas camponesas usavam apenas canais legais para conduzir a luta e a ULTAB, junto com o PCB, davam ênfase à luta por canais legais, porém utilizavam outras formas de ação para pressionar as instâncias (MEDEIROS, 1989).

Medeiros (1989) acrescenta que as Ligas Camponesas entraram em crise interna em 1961, após parte da liga incorporar estratégias de guerrilha apreendidas com a experiência cubana. A partir daí, a concorrência pela liderança da luta dos trabalhadores se acirrou entre a Igreja e o PCB. “A Igreja torna-se mais sensível aos problemas sociais e preocupa também com as forças comunistas que ganham força no campo” (MEDEIROS, 1989, p.76).

A Igreja começou a atuar na sindicalização rural mais fortemente em 1960 no Rio Grande do Norte, expandindo-se rapidamente para Pernambuco, Paraíba, Piauí e Alagoas. “Ela começa a estimular a sindicalização por meio do Movimento de Educação de Base - MEB, dos Círculos Operários e também das Frentes Agrárias” (MEDEIROS, 1989, p.77). A orientação comum era dada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que orientava para a expansão de uma espécie de sindicalismo cristão e tinha como principal objetivo o combate ao comunismo.

Medeiros (1989) destaca que, em 1962, com a regulamentação da sindicalização rural, houve uma corrida para a regularização dos sindicatos. Em 1963, realizou-se a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais e, naquele momento, discutiu-se a necessidade de criação de uma confederação sindical, pois já havia vinte e seis federações, sendo dez com orientação do PCB, oito com orientação da Ação Popular, seis ligadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas consideradas como independentes.

Em 1964, a CONTAG foi reconhecida e assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos e da unidade do movimento, também a encampação das resoluções tiradas no Congresso de Belo Horizonte. A prática da CONTAG era baseada em um referencial nacional-desenvolvimentista adotado pelos STR's antes do Golpe Militar de 1964 (RICCI, 1990).

Pela reforma agrária seria possível, portanto: a) eliminar relações sociais pretéritas do campo e reproduzir apenas duas classes, a de proprietários rurais e assalariados e; b) financiar a industrialização do país, ao se estimular a produção de alimentos que barateassem o custo da cesta básica de consumo do operariado. Agregava-se a estes dois objetivos fundamentais, o aumento do fornecimento de matéria prima para a indústria, estimulando a industrialização do país. Este projeto será defendido praticamente na íntegra pela direção da CONTAG, não assimilando as transformações econômicas sofridas pela agricultura, principalmente na década de 70. (RICCI, 1990, p. 77-78).

O apoio das federações nos principais estados do país era forte. Eles tinham o apoio dos partidos políticos de esquerda e da ala progressista da Igreja Católica. Nessa época, a fundação de vários sindicatos foi feita com base na Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963, conhecida como “Estatuto do Trabalhador Rural”, que regulamentou a sindicalização reconhecendo o trabalhador rural como categoria e implantando a legislação trabalhista do campo (FETAEMG, 2010).

De meados de 1963 ao final de 1968, período compreendido pela existência da Delegacia da CONTAG em Minas Gerais, foram fundados 27 STR's. No período

de vigência da primeira diretoria efetiva da FETAEMG (1969/1971) foram criados 56 sindicatos. Nos anos de 1974 a 1975, foram criados vários sindicatos, 40 e 41, respectivamente. Também, nesse período, foram reconhecidos muitos sindicatos, com fins assistencialistas (FETAEMG, 2010).

Instituição	Sigla / Significado	Nível de Atuação
CONTAG	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Nacional
FETRAF	FETRAF - Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar	Estadual
FETAEMG	FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	
STR's	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	Local e Regional

Quadro 1 - Estrutura do Movimento Sindical Rural

Org: Carvalho, N. D., 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

No quadro 1 apresentamos a estrutura do movimento sindical rural que possui atuação em escalas nacional, estadual, regional e local. O estudo dessa estrutura será importante para compreendermos o processo de organização e luta no interior do Estado de Minas Gerais, comandado pela FETAEMG e Sindicatos Rurais locais, questões exploradas no capítulo final.

Entendemos, portanto que a organização sindical dos trabalhadores rurais em Minas Gerais ocorreu devido à existência de condições históricas, estruturais e conjunturais. O Estado detinha, cada vez mais, os mecanismos de controle político do movimento sindical. O sindicalismo rural da região, outrora muito ligado ao assistencialismo e atrelado à elite agropecuária admite com o passar dos anos uma

postura de democratização do acesso à terra como também um caráter de ampliação dos direitos do trabalhador.

A Igreja Católica teve papel fundamental no processo de encaminhamento das demandas populares no campo. A ação da igreja, por meio da APR, manteve-se essencialmente representada na pessoa de Frei Rodrigo de Castro Amedée Peret, que atuou continuamente junto aos destituídos.

Frei Rodrigo atua há 28 anos com direitos humanos e por vários anos esteve na coordenação da APR. Atualmente (2011), ele é coordenador da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES e membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Suas ações foram fundamentais para qualificar o processo de Reforma Agrária na região, contrapondo a ideologia negativa que a elite ruralista tentava passar pela mídia para descaracterizar a luta pela terra a todo o momento. Frei Rodrigo ganhou tanta expressão na luta pela terra da região que uma milícia armada contratada por ruralistas da região tentou matá-lo em 1998, no município de Santa Vitória.

No próximo capítulo, expomos as primeiras lutas por terra ocorridas na região na década de oitenta do século XX e as conquistas do processo de territorialização dos principais movimentos e organizações sociais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: histórico, territorialização e conquistas

Neste capítulo, apresentamos os resultados das análises das entrevistas realizadas com as lideranças dos movimentos e organizações sociais envolvidas na luta pela terra. Relatamos as primeiras conquistas de terra da região: Projeto de Assentamento – PA de Iturama e PA Santo Inácio Ranchinho.

Exploramos os movimentos sociais propriamente ditos que mais atuaram na região na década de 1990 e anos 2000: MTL, MLST e MST. Analisamos como foi se configurando a territorialização desses movimentos na região.

3.1. Antecedentes e histórico da luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: o papel da Igreja Católica e da CPT/APR nas lutas sociais e conquistas de terras

Podemos considerar como os principais atores envolvidos, no início das lutas da região, nas décadas de 1970 e 1980, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's e a Comissão Pastoral da Terra – CPT/APR. Nesse período, ainda não havia movimentos sociais de luta pela terra propriamente ditos atuando na região. Buscamos entender o papel da APR na luta pela terra da região. Antes da existência dos movimentos sociais propriamente ditos (MST, MLST e MTL) na região, a APR (outrora denominada CPT) fazia a luta pela terra na região, pois não havia outra organização que efetuassem as ações. Hoje, conseguimos notar que o quadro de agentes da APR que iniciaram os apoios às lutas da região, na década de 1980,

como João Batista, Marilda, Agnaldo, Barroso, Teresinha - compõem os movimentos sociais propriamente ditos da região.

Na região pesquisada, a APR¹², por muitos anos foi representada por forte atuação de Frei Rodrigo e esteve presente ativamente desde as primeiras ocupações de terras, porém essa **entidade/organização** não se considera organização ou movimento de luta pela terra e sim **entidade de base da Igreja Católica**.

Em entrevista com liderança e atual coordenador executivo da APR, ele afirmou que:

Atuaram aqui na região alguns movimentos principais: algumas pessoas falam que os STR's, a FETAEMG e a CONTAG não são movimentos, mas para outras é considerado movimento sim. movimento sindical porque fazem luta na região. Campina Verde, por exemplo, tem 12 assentamentos que são do movimento sindical. Iturama, Limeira e Santa Vitória têm assentamentos do movimento sindical. Então temos o movimento sindical, MST, MTL e MLST, enfim, esses quatro representam os principais movimentos (Líder da APR, 2010).

Por muito tempo, a região esteve sob a direção de duas lideranças – João Batista da Fonseca¹³ e Luiz Carlos Galante (Barroso), com o importante apoio de Marilda Fonseca, companheira de João Batista e advogada dos “sem-terra”. O grupo, por vários anos, esteve à frente da luta pela terra na região, fosse como membros da APR, ou já inserido nos movimentos sociais.

Sobre a CPT, a liderança da APR afirma:

A CPT está em 27 estados e cada estado tem os seus respectivos setores. A APR hoje representa uma célula da CPT na região que detém autonomia total. Quando a CPT emite um posicionamento nós assumimos juntamente como Pastoral Social da Igreja Católica, embora não trabalhem só com

¹² A APR não tem sentido de existência e nem se considera movimento e/ou organizações de luta pela terra, porém serão consideradas assim, na pesquisa, por estar envolvida de forma primária ou secundária na luta pela terra.

¹³ João Batista da Fonseca é médico veterinário com mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UFU. Iniciou sua militância na Reforma Agrária em 1986 na CPT. Sua vida profissional e política sempre foram dedicadas à causa dos trabalhadores rurais. Participou ativamente da conquista de mais de 50 assentamentos na região do Triângulo Mineiro. Foi militante e dirigente do PT até 2004 e é hoje (2011) presidente do PSOL de Minas Gerais, membro da Coordenação Nacional do MTL.

católicos, trabalhamos com pessoas porque acreditamos que a fome e a miséria não escolhem religião. Somos considerados ONG do ponto de vista jurídico (Líder da APR, 2010).

Sobre a criação da CPT, afirma ainda:

A CPT foi fundada em 1975 e já em 1978 criou-se a célula do Triângulo Mineiro. No Triângulo Mineiro, ficou como CPT até 1988. Em 1988, houve um briga por metodologia, aí a CPT tornou-se APR que era independente e não tinha vínculos com a CPT. Em 1999/2000, a CPT, na pessoa de Antônio Thomaz, reuniu-se com a APR e fizeram um acordo em que a APR voltaria a ter vínculos e funcionar como célula da CPT (Líder da APR, 2010).

Assim, de acordo com a liderança, a mesorregião do TM/AP é a que possui maior número de assentamentos no estado de Minas Gerais, totalizando 84. O município de Uberlândia é o que tem mais assentamentos, totalizando 15, sendo que, em todos esses assentamentos, houve uma co-participação da APR.

Nesse contexto de reforma agrária e de mudanças dentro da própria APR, ela vai alterando sua atuação e retirando o foco da instituição da reforma agrária. Com a fortificação dos movimentos sociais de luta pela terra na região, a APR continua apoiando a reforma agrária na região, mas deixa à frente das lutas, os movimentos de luta por terra propriamente ditos.

A liderança entrevistada afirma que a APR não tem atualmente projetos e nem assistência técnica com os assentados e acampados. Também afirma que, até 2002, não havia recursos para os assentados e nem assistência técnica em mais de 90% dos assentamentos da região. Apenas, após 2002, é que os recursos aumentaram significativamente e a EMATER passou a rever sua política.

Entendemos, portanto, que o papel da APR foi de fundamental importância para a região estudada. A APR desperta a justiça social no campo, defendendo os expropriados, quando necessário, para que não ocorram injustiças e violência no campo.

3.2. A conquista do PAs Iturama e Santo Inácio Ranchinho: marcos na luta pela terra

Neste item, são apresentadas as primeiras ocupações realizadas pelas organizações sociais de luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Detalhamos o cenário regional da década de 1970 e os fatores importantes no quadro histórico da luta pela terra na região com a apresentação das primeiras e/ou principais lutas por terra na região: a luta pela conquista do Projeto de Assentamento – PA de Iturama e PA Santo Inácio Ranchinho, que representam a consolidação dos primeiros assentamentos da região.

A primeira história de luta de grande proporção e com resultado de assentamento de famílias na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ocorreu no início da década de 1980 na Fazenda Barreiro, município de Iturama. Um dos entrevistados da pesquisa, liderança da APR, (coordenador executivo da APR) vivenciou esse processo e contou com riqueza de detalhes como ocorreu.

Em 1983 começou a época dos despejos, dos acordos, para tirar as famílias de agregados da Fazenda Barreiro. Os dois avôs de José Oliveira eram agregados da fazenda Barreiro e o fazendeiro começava a fazer acordos com os agregados. O avô paterno de José fez acordo e mudou para fazenda vizinha que era onde o José Oliveira morava.

O avô materno também morava na fazenda Barreiro e disse que não faria acordo porque o fazendeiro Dimas Soares que havia dito ao Mané Sucuri (avô materno do José) que ele não precisaria mudar da fazenda porque ele separaria um pedaço de terra para ele. O enteado do Dimas, chamado de Izahú Rodrigues de Lima, queria diferentemente da vontade do fazendeiro Dimas, tirar todos os agregados da fazenda e havia 12 famílias nesta mesma situação do Mané Sucuri, que o fazendeiro falou que ia dar um pedaço de terra só que o Izahú queria que todos saíssem sem exceção.

Um dos líderes dessas 12 famílias, as quais o fazendeiro havia prometido terra, era Juraci José Alves e em 1984 Izahú mandou matar o Juraci, o que agravou o conflito. “Quando Izahú mandou matar o Juraci, o Sindicato de Iturama que já estava entrando na briga para não deixar o pessoal fazer acordo ou no mínimo acompanhando os acordos denunciou e entrou com uma ação judicial de usucapião”.

Com as denúncias, o INCRA foi contatado para desapropriar a Fazenda Barreiro e um ano depois o filho de Juraci matou o fazendeiro. Em 1986 o “INCRA desapropriou a fazenda e as famílias fizeram um acampamento em frente ao Sindicato de Iturama que agregou as famílias”. A Polícia Federal

entrou na fazenda com essas famílias porque ela já estava desapropriada (Líder da APR, 2010).

Paralela à luta da Fazenda Barreiro, em Iturama, houve também a ocupação da Fazenda Bartira. As famílias de sem-terras foram despejadas da Fazenda Bartira e foram transferidas para um acampamento em frente do STR de Iturama. Após alguns meses, essas famílias se uniram às da Fazenda Barreiro que vinham lutando também para serem assentadas (GOMES, 2004).

Após muita luta, estava criado em 1986 na Fazenda Barreiro o primeiro assentamento da região que era o PA Iturama com 131 famílias assentadas. Nessa luta o maior colaborador foi o STR de Iturama e a CPT. Após esta luta as ocupações se tornaram mais frequentes e a luta pela terra tomou corpo na região. Os sem-terra mais atuantes da ocupação da Fazenda Barreiro ajudaram as próximas ocupações da região com o apoio da CPT e dos respectivos STR's dos municípios. (Líder da APR, 2010).

Com a amplitude da luta na Fazenda Barreiro, em Iturama, outros STR's se envolveram nas lutas ocorridas na região. O STR de Araxá foi um dos primeiros a buscar aprendizados com a experiência de Iturama e a iniciar as ocupações. Assim, ao ampliar e socializar a luta para outros sindicatos, inseriu-se a luta pela terra na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (CARDOSO, 2009).

Em 1986, houve uma luta pela terra na região em uma área da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, no município de Santa Vitória. Em 1988, os trabalhadores conseguiram a desapropriação da Fazenda Cruz e Macaúbas (GOMES, 2004).

Em 1989, os trabalhadores rurais da Destilaria Alexandre Balbo, em Iturama, realizaram uma greve reivindicando melhores condições de trabalho e comunicaram em uma carta pública as condições a que estavam submetidos. “No mesmo ano, um frigorífico foi fechado e houve demissão de mais de 500 trabalhadores. Nesse cenário, os trabalhadores rurais saem do espaço privado e entram no público, construindo uma outra história” (GUIMARÃES, 2002, p.39). Esse movimento de luta

representou uma das maiores experiências de luta da região. Essa experiência contou com o apoio de algumas lideranças envolvidas na luta do PA Iturama, como a CPT, CUT e PT.

Em 14 de maio de 1989, iniciaram-se as reuniões dos trabalhadores que objetivavam sair da condição de subordinação e precariedade em que estavam vivendo no campo. A principal estratégia de luta passou a ser a ocupação de terra. Nesse momento, ainda não existiam movimentos sociais propriamente ditos envolvidos pela luta na região. Foi nesse período que o Movimento dos Sem Terra – MST estruturou-se em Minas Gerais. Em entrevista a líder-dirigente estadual do MST relata que:

Não posso precisar, mas acho que o movimento chegou a Minas Gerais, mais ou menos ao mesmo tempo que surgiu no Brasil, então foi em 1985/1986 que aconteceram as primeiras articulações e foram na região do Vale do Mucuri, Governador Valadares. Quando foi expandir para outras regiões do Estado, vieram algumas lideranças para o Triângulo Mineiro em 1988/1989) e foi rapidamente para a região de Iturama com um histórico de repressão, enfrentou pistoleiros e essas lideranças vieram trabalhar como boia-fria para fazer trabalho de base nos grandes latifúndios e houve uma repressão muito forte nessa primeira vinda do MST à região. (Líder do MST, 2010).

Os trabalhadores se organizaram, levantaram os nomes das famílias sem terra, realizaram diversas reuniões e refletiram sobre o significado de ocupar terras no Município de Iturama, território político em que a UDR se afirmava. Constituiu-se um Fórum em que participavam o Partido dos Trabalhadores – PT de Iturama, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o MST¹⁴, a CUT e a CPT. Após essa articulação inicial buscou-se mais apoio financeiro e político para ampliar a luta (GUIMARÃES, 2002).

Em 23 de janeiro de 1990, o grupo que já era expressivo ocupou a Fazenda Colorado e foi despejado pela Polícia Militar e pela UDR. “Recém criada, a UDR já

¹⁴ O MST foi convidado em 1989 pela CPT, na época representada por Frei Rodrigo, a agregar força política na articulação do Fórum e auxiliar no avanço da luta pela terra na região.

demonstrava seu poder de pressão e de articulação local e nacional, inclusive pela imprensa, desqualificando e criminalizando o movimento, e não permitindo sequer a realização de vistorias em fazendas da região pelo INCRA” (GOMES, 2004, p.118).

O despejo realizado pela polícia de Limeira d’ Oeste e pela UDR dos trabalhadores da Fazenda Colorado, impediu que eles se deslocassem para efetivar a ocupação. Por isso, eles se dirigiram ao Distrito de Vila União e, após um mês, transferiram-se para um acampamento na BR-497, próximo a Iturama.

Posteriormente, ocorreu uma nova ocupação na Fazenda Varginha, em Vila União, pois as negociações não avançavam. Houve despejo violento com agressões físicas e psicológicas. Essa atitude da polícia não desmotivou os sem terra, eles retornaram à BR-497 e reiniciaram a mobilização pela Reforma Agrária (GOMES, 2004).

Em dezembro de 1990, foi declarada como passível de desapropriação a Fazenda Santo Inácio Ranchinho no município de Campo Florido. Iniciou-se um longo processo judicial, as famílias ficaram acampadas até maio de 1993 na BR-497. O longo período de acampamento (3 anos e 4 meses) foi marcado por sentimentos de resistência e esperança. Diante dos atrasos judiciais, os sem-terra ocuparam a Fazenda Santo Inácio Ranchinho, o que acarretou na criação do PA Nova Santo Inácio Ranchinho pelo INCRA, em maio de 1994, possuindo 115 famílias (GOMES, 2004).

No quadro 2, reunimos as principais informações sobre a trajetória de cinco anos de luta pela terra dos trabalhadores do PA Santo Inácio Ranchinho.

Mês/ Ano	Acontecimentos
Maio de 1989	Grupo de trabalhadores rurais e expropriados do campo de Iturama iniciam sua organização.
Outubro de 1989	O grupo consegue apoio da CPT, CUT, PT e lideranças do PA Iturama (já conquistado).
Janeiro de 1990	Ocupação da Fazenda Colorado em Limeira do Oeste com despejo imediato executado pela UDR e Polícia Militar.
Setembro de 1990	Ocupação da Fazenda Varginha em Vila União com despejo violento.
Dezembro de 1990	Indicada como passível de desapropriação a Fazenda Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido.
Maio de 1993	Fim do Período de 3 anos e 4 meses de acampamento na BR-497.
Maio de 1994	Criação do PA Santo Inácio Ranchinho pelo INCRA assentando 115 famílias.

Quadro 2 – Trajetória da luta pela terra do PA Santo Inácio Ranchinho
 Org. CARVALHO, N.D., 2010.
 Fonte: GOMES, R.M., 2004.

Nas lutas dos sem terra, foram defensores a APR¹⁵, MST, CUT, CONTAG, FETAEMG e desenvolveram, nesse tempo juntos, uma identidade coletiva como também divergências (GOMES, 2004). A CUT defendia essas famílias e enviou dois sindicalistas do DNTR/CUT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais para articular as ações dos trabalhadores. O MST e CUT articulavam a luta de forma mais embativa, com mais pressão direta e a CONTAG queria a luta conduzida em diálogo com o Estado, de forma burocrática. Nesse processo de luta política pela condução do processo de luta pela terra, o MST saiu da luta na região e só retornou em 1997.

3.3. A Organização Sindical: a FETAEMG

Os sindicatos têm representado, ao longo da história, um elo mediador entre os trabalhadores e o Estado. Existiam algumas atuações anteriores ao golpe militar de 1964, mas o golpe acabou por adiar a emergência dos conflitos rurais na região.

¹⁵ A CPT foi fundada em 1975. Em 1978, criou-se um escritório regional da CPT no Triângulo Mineiro. Esse escritório regional da CPT no Triângulo rompe com a CPT Estadual em 1988 e passa a ser denominado de APR. A APR teria ligações com a CPT nacional e tornou-se uma célula da CPT em 2000, permanecendo até os dias atuais.

O caráter dos sindicatos era, até então, assistencialista, atrelado ao Estado e sem autonomia.

A modernização conservadora do Cerrado Mineiro privilegiou a grande propriedade, a economia agrária exportadora e atendeu principalmente os interesses do capital. Nesse sentido, os prejuízos para os pequenos produtores e para as famílias que trabalhavam nas grandes fazendas foram aumentando, intensificando os conflitos no meio rural.

Medeiros (1989) afirma que, após o Golpe de Estado de 1964, o processo de reconstituição do sindicalismo que se verificou em diversas regiões, nas entidades vinculadas teve um papel importante. As Igrejas indicaram muitos interventores e juntas governamentais e tentaram reorganizar os sindicatos.

Entre os anos de 1962 a 1967, existiam mais de 20 STR's em Minas Gerais. De meados de 1965 ao final de 1968, período compreendido pela existência da Delegacia da Contag em Minas Gerais, foram fundados 27 STR's. No período de vigência da primeira diretoria efetiva da Fetaemg, 1969/1971, foram fundados 56 sindicatos. Nos anos de 1974 a 1975, foram fundados o maior número de sindicatos, 40 e 41, respectivamente (FETAEMG, 2010).

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG iniciou suas atividades em 1968 com uma equipe constituída por cinco advogados, que se baseou no Estatuto do Trabalhador Rural (questões trabalhistas) e no Estatuto da Terra (questões agrárias, inclusive parcerias) para prestar assistência jurídica. Essa assistência, embora mais centralizada em questões individuais, era inédita para os trabalhadores rurais. Porém, somente na década de 1980, a entidade “começava a concorrer com a ação mais efetiva de outras organizações no direcionamento das lutas dos trabalhadores rurais do estado, como a CPT, a CUT e o MST” (GOMES, 2004, p.108).

Medeiros (1989) acrescenta que onde havia conflito por terra, quando o sindicato agia, era no sentido de tentar garantir a manutenção dos trabalhadores na área, quer impetrando medidas legais cabíveis como ações de manutenção ou reintegração de posse ou mesmo demandando a desapropriação nos termos do Estatuto da Terra. Assim, “Mesmo as entidades vinculadas à Igreja não puderam deixar de acompanhar palavras de ordem que permeavam os conflitos e tiveram que se envolver na defesa dos direitos” (MEDEIROS, 1989, p.81).

Até 2002, todos os STR's que realizaram lutas regionais e locais, faziam parte da FETAEMG, que era o único Movimento Sindical. Todos os sindicatos da região eram ligados a FETAEMG: Iturama, Santa Vitória, Araxá e Araguari, porém havia sindicatos como o de Araxá que fazia parte da FETAEMG, mas não se posicionavam como membros.

A partir de 2002/2003, o STR Araxá desvinculou-se da FETAEMG e filiou-se à Federação da Agricultura Familiar – FETRAF que é outra federação. Os importantes STR's de Iturama e Santa Vitória continuaram filiados a FETAEMG, e, portanto só os ligados à luta do STR de Araxá compuseram os quadros da FETRAF¹⁶.

A FETAEMG possui 12 polos ou diretorias regionais em Minas Gerais. O polo da região estudada fica localizado na cidade de Uberaba e é dirigido por José Divino. Outros polos do estado são situados no Noroeste; Norte de Minas, Vale do Mucuri, Alto e Baixo Jequitinhonha e Grande Belo Horizonte entre outros. A liderança da APR afirma “que o maior movimento social do Brasil hoje é a CONTAG

16 A FETRAF-MG é um racha da FETAEMG e não está reconhecida nacionalmente. Em 09/02/2008 o Tribunal Regional do Trabalho publicou decisão declarando a FETAEMG legítima representante da categoria profissional dos trabalhadores rurais, empregados, assalariados e agricultores familiares do Estado de Minas Gerais. Conforme sentença, a FETAEMG detém a legitimidade exclusiva para a representação da categoria dos agricultores familiares, devendo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-MG abster-se de exercer tal atribuição (FETAEMG, 2010).

– ela que tem maior base no campo de assentamentos e acampamento” (Líder da APR, 2010).

Os gráficos (1 e 2) auxiliam na delimitação dos movimentos e organizações sociais mais atuantes em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, representados pelo número de ocupações realizadas no período 1998-2010.

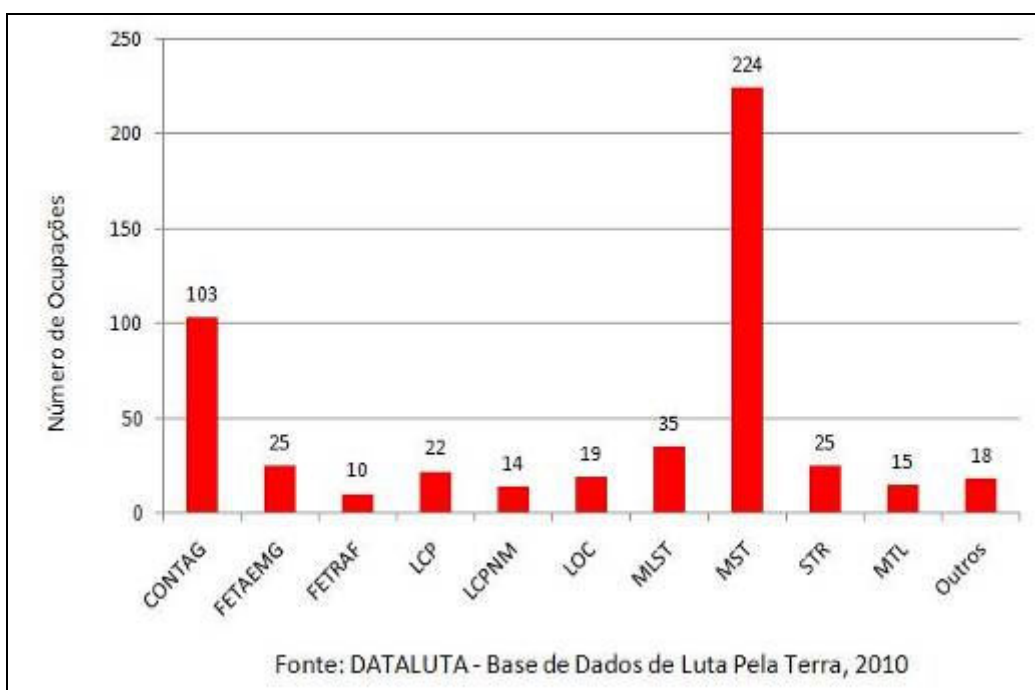


Gráfico 1: Número de Ocupações por Movimentos Socioterritoriais em Minas Gerais (Acumulado 1998-2010)

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2010.

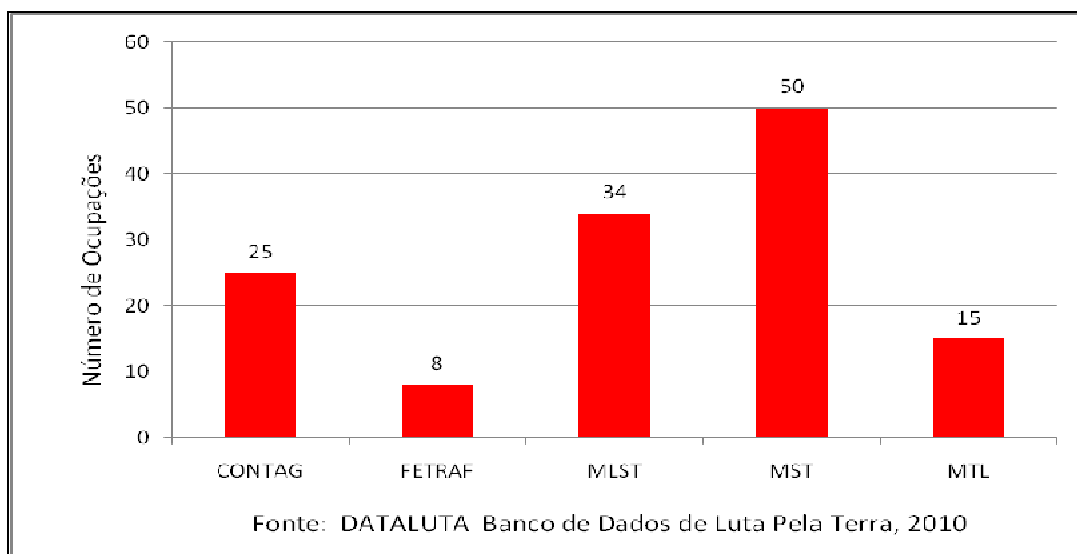


Gráfico 2: Número de Ocupações por Movimentos Socioterritoriais no Triângulo Mineiro (Acumulado 1998-2010)

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2010.

Observam-se, nos gráficos do período mais recente, os movimentos propriamente ditos de luta pela terra e as organizações sindicais com maiores números de ocupações. É notável que as ações aconteciam outrora pela ação dos atores locais representados principalmente pela CPT e pelo STR de Iturama. Em uma das entrevistas da pesquisa foi retratado esse momento histórico.

*Até a Santo Inácio Ranchinho não existia nenhum movimento, o MST tinha passado por aqui na região Iturama em 89/90 com duas ocupações: Faz. Varginha e Colorado, mas foi embora. Em 1993, com ocupação da Santo Inácio Ranchinho pelo sindicato que virou assentamento que surgiu o MLT que virou MLST e depois MTL. O que pode confundir é o seguinte: **Todo mundo trabalhava na CPT: João, Marilda, Marcelo Rezende, Agnaldo, Barroso, Cida, Terezinha que é a APR hoje.** Depois que assentou na Santo Inácio Ranchinho começaram a criar os movimentos. Depois da Santo Inácio Ranchinho, criou o MLT (Líder da APR, 2010, grifo nosso).*

Os dois exemplos de luta pela terra relatados anteriormente resultaram nos dois primeiros assentamentos da região: PA Iturama e PA Nova Santo Inácio Ranchinho desencadearam a amplitude e o progresso da luta pela terra na região.

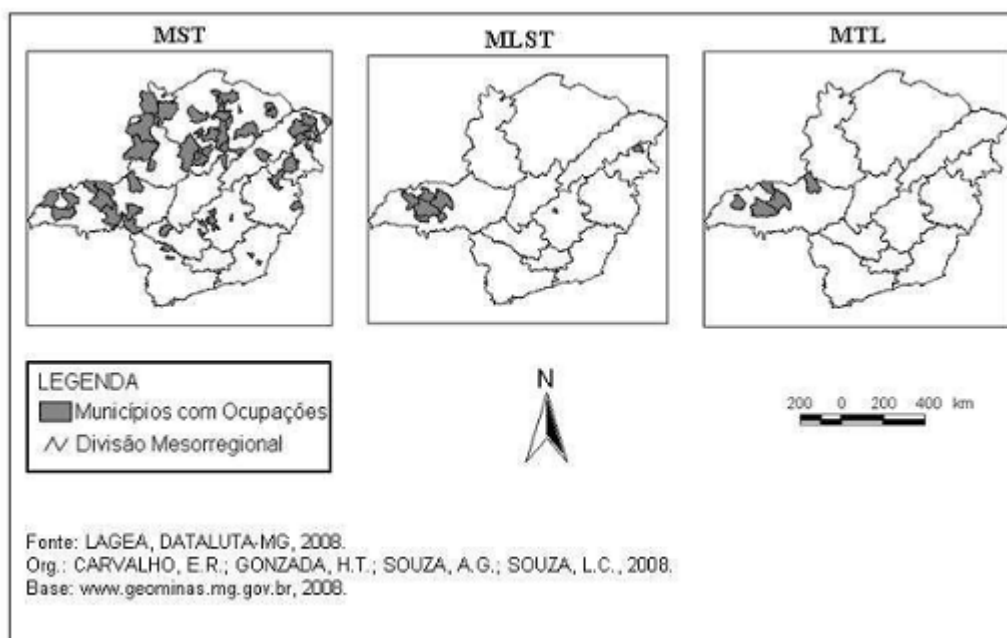
A partir desse contexto, é possível perceber a importância da atuação dos movimentos de luta pela terra, na região, e sua relevância para a conquista e acesso à terra. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma região historicamente dominada pelo agronegócio em grandes propriedades rurais, e reside nesse contexto, justamente, um campo propício aos conflitos agrários (CARDOSO, 2009, p.42).

Assim, as diversas lideranças realizaram avanços na luta pela terra e centradas na CPT começaram a se organizar em movimentos sociais e, nesse sentido, analisamos a seguir a trajetória de territorialização dos movimentos sociais.

3.4. Os movimentos sociais e a difícil trajetória da territorialização

Refletimos, neste item, sobre a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra mais atuantes na região: Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL; Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

No mapa 5, vemos a espacialização municipal dos movimentos sociais propriamente ditos, mais atuantes em Minas Gerais (2000-2006): MST, MLST e MTL.



Mapa 5: Espacialização municipal do MST, MLST e MTL em Minas Gerais (2000-2006)
Fonte: CARVALHO, E.R.; CLEPS JÚNIOR, J.; SOUZA, L. C., 2009.

3.4.1. O Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL

O primeiro movimento social em que vamos nos discutir nesse capítulo é o MTL. Por meio de entrevista com o coordenador do MTL e na tentativa de historicizar a compreensão acerca dos movimentos de luta pela terra na região, ele afirma que o surgimento dos movimentos sociais deu-se nas décadas de 1970 e 1980, principalmente devido ao êxodo rural, ao avanço do agronegócio e, conseqüentemente ocorreu, o inchaço demográfico dos grandes centros urbanos.

A luta pela terra era centrada na CPT, pois ainda não existiam movimentos sociais de luta pela terra na região. O líder do MTL explica que ele participou de três movimentos antes do MTL: CPT, MLT e MLST. A última união era com o MLST, porém, após o “racha” na ocupação da Fazenda Tangará em 2000/2001 uma parte do movimento passou a denominar-se MLST de Luta com a proposta de um movimento nacional e não regionalista¹⁷.

Este grupo denominado de MLST de Luta une-se com o MLS- Movimento de Luta Socialista – MLS atuante em Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro e com o Movimento dos Trabalhadores – MT atuante em Alagoas, Pernambuco e Sergipe e funda o MTL em um Congresso na cidade de Goiânia no ano de 2002. Dim Cabral juntamente com João Batista, Deodato, Marilda (antes participantes do MLST e após o racha do MLST de Luta) abandonaram essa sigla e fundaram o MTL em 2002.

¹⁷ A Fazenda Tangará é considerada, para a maioria das lideranças entrevistadas, o terceiro conflito de grande proporção da região do Triângulo Mineiro. Na ocupação dessa fazenda se deflagrou um racha que dividiu o MLST em “MLST” e “MLST de Luta”, sendo que o MLST de Luta é representado pelo grupo antigo da CPT Dim Cabral, Marilda, João Batista, Deodato. Posteriormente, modificaram o nome do movimento social de MLST de Luta para MTL.

Eu, João Batista¹⁸, Deodato e Marilda saímos do MLST e do PT porque entendíamos que este governo não iria fazer a reforma agrária e por isso precisávamos fazer um movimento de esquerda, de massa, com a proposta de fazer a reforma agrária de fato (Líder do MTL, 2010).

Um dos grandes problemas que o MTL enfrentou quando iniciou as ocupações na região foi a repressão da política conservadora da região: prefeitos, deputados, Ministério Público, juízes e a burguesia agrária, originando grandes embates em torno dos Movimentos Sociais – MS da região.

O Governo Lula propagandeava que faria a Reforma Agrária, porém praticamente implementou tudo que FHC havia iniciado, haja visto que a RA não existiu no país, existiu uma demanda dos Movimentos Sociais para se constituir uma Reforma Agrária com política pública decente, entretanto os dois governos criaram políticas públicas pontuais (Líder do MTL, 2010).

No quadro 3, podemos observar um esquema explicativo do processo de formação do MTL no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O grupo de pessoas que liderava inicialmente a CPT foi se modificando, buscando aliados e sofrendo as transformações descritas no quadro 3 até chegar na configuração atual que resulta da união de três movimentos.

Ano	Acontecimento
1990	Com a intensificação da luta pela terra na região, um grupo formado por lideranças de Campo Florido, Santa Vitória e CPT/APR articula-se para criar um movimento social.
1995	O grupo funda o primeiro movimento social rural da região: MDST – Movimento Democrático dos Sem-Terra
1995	O MDST altera o nome para MLT – Movimento de Luta pela Terra
1997	O MLT une-se ao recém criado MLST e o grupo todo passa a denominar-se MLST
2000	O MLST na ocupação da Fazenda Tangará racha em MLST (nacional) e MLST de Luta (grupo regional).
2002	O MLST de Luta altera o nome do movimento para MTL que é formado pela união do: • MLST de Luta (regional) • MLS - Movimento de Luta Socialista (GO,SP,RJ) • MT – Movimento dos Trabalhadores (AL, PE, SE)

Quadro 3 – Esquema explicativo do processo de formação do MTL no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Org.: CARVALHO, N.D., 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

¹⁸ João Batista, juntamente com sua companheira e advogada, Marilda Ribeiro, atuaram na CPT desde a década de 1980. Quando deixaram de atuar na CPT, iniciaram as articulações do grupo para prestar assistência aos trabalhadores rurais. Posteriormente, participaram da direção do MLST e, em 2010, representam juntamente com Dim Cabral a coordenação nacional do MTL e no caso de João Batista, a presidência do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade no estado de Minas Gerais.

A denominada Reforma Agrária de Mercado - RAM é considerada ainda pelo MTL uma das grandes aberrações do governo FHC. A liderança entrevistada afirma que, na região, foram desapropriadas “as terras de pior qualidade, que estão em processo de desertificação muito grande, praticamente não agricultável e quando os proprietários das fazendas não têm mais condição de recuperá-las”, elas são negociadas por grandes valores econômicos com o governo, e os trabalhadores ficam com essas terras, caracterizando um sacrifício e um problema muito grande para o avanço da RA – Reforma Agrária (MTL, 2005).

Outra questão apontada pelo MTL, foi a implementação e consolidação da política do agronegócio:

Atualmente o Triângulo Mineiro é totalmente coberto por usinas e plantações de cana de açúcar. Os pequenos proprietários de 30 alqueires ou mais estão comprometendo suas terras por sete anos na implantação dessas usinas onde se importa a mão de obra do Nordeste: Alagoas, Sergipe, Maranhão pois não há na região trabalhadores preparados para trabalhar no cultivo da cana (...) algumas máquinas fazem o trabalho de 100 trabalhadores, há então um processo de atraso muito grande para a região onde essas divisas criadas pelo agronegócio sucroalcooleiro não permanecem na região, sendo dos grandes empresários de Alagoas, Pernambuco e São Paulo (Líder do MTL, 2010).

A expansão do agronegócio, a Revolução Verde e a concentração de terras deixaram vários trabalhadores desempregados e uma das lutas do MTL é a “dificuldade de produção de alimentos de qualidade e a outra é a questão social: a luta contra situações de favelização na cidade e no campo, a oportunidade das pessoas viverem em condição digna” (MTL, 2005).

Nesse sentido, o MTL, desde sua fundação, tem o posicionamento de que somente a luta pela terra não vai agregar força contra o sistema. Então, seus integrantes utilizam estratégias como organizar os assentados junto aos trabalhadores da cidade e trabalhar com a RA numa discussão campo-cidade. A liderança do MTL afirma que:

Hoje há várias comunidades no Rio de Janeiro e São Paulo, nas favelas coordenadas pelo MTL onde tem consolidando-se cooperativas de comercialização e distribuição da produção oriunda dos assentamentos (Líder do MTL, 2010).

No Boletim Nacional do MTL (2005), podemos avaliar os principais posicionamentos políticos do movimento:

Ferramenta para a organização dos excluídos: O MTL é um movimento social e político socialista, independente, voltado prioritariamente para organizar os excluídos do sistema capitalista. Além de propor a luta por terra, trabalho e liberdade, o MTL visa à construção de alternativas de sustentação econômica organizadas e geridas pelos próprios trabalhadores do campo e da cidade, como forma de resistir à barbárie e, ao mesmo tempo, plantar as sementes de uma nova sociedade justa e fraterna.

Nas cidades estas experiências podem ocorrer a partir de cooperativas de catadores de lixo reciclável, de empresas geridas por trabalhadores para prestar serviços, de coletivos de consumidores de produtos agrícolas direto do produtor. No campo, através de agroindústrias abastecidas pelos pequenos produtores dos assentamentos rurais ou por Empresas Rurais Comunitárias (MTL, 2005).

No Boletim Nacional, o MTL também assume diversos posicionamentos que iremos destacar abaixo em trechos:

- O MTL saúda a legalização do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) como uma ferramenta importante para a disputa política em nosso país, a partir da falência do PT e de outros partidos que se dizem de esquerda e que se adaptaram ao sistema para administrar o capitalismo.
- O MTL defende uma Reforma Agrária que desapropriar os latifúndios produtivos e improdutivos, com apoio financeiro (crédito) e técnicos permanentes do governo, a construção de estradas, escolas, hospitais e o fornecimento de energia elétrica.
- Além disso, é preciso dotar o INCRA de verba suficiente para a execução da Reforma Agrária, com mais equipamentos e valorização de seus servidores.
- Nos assentamentos, o MTL propõe a organização de Empresas Rurais Comunitárias, formadas com parte dos lotes de cada assentamento, para uso coletivo da produção, articuladas a agroindústrias administradas pelo movimento (MTL, 2005).

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o MTL conquistou mais de 31 assentamentos, assentando aproximadamente 3600 famílias na região.

Considerando o aspecto quantitativo, o avanço é considerado grande porque democratizou o acesso do homem à terra na região (Líder do MTL, 2010)

Todavia, realizando uma análise mais qualitativa, observa-se que a assistência técnica e as políticas públicas não são suficientes segundo o MTL. Nesse sentido, surgem denúncias de venda dos lotes que o MTL acredita ser uma resposta real à inoperância do INCRA, por não criar políticas públicas para assegurar a permanência dessas pessoas no campo.

Os avanços, em números, da luta do MTL somam 31 assentamentos em Minas Gerais, 02 no Rio de Janeiro, 03 no Acre, 05 em Pernambuco, 10 em Goiás e 02 no Pará entre 2002 e 2010.

No quadro 4, expomos os números de assentamentos conquistados pelo MTL (2002 – 2010) após se firmar como um movimento social distinto do MLST. Essas conquistas de assentamento são feitas já com a estrutura atual que o movimento configura.

Estado	Número de Assentamentos MTL
Minas Gerais	31
Rio de Janeiro	02
Acre	03
Pernambuco	05
Goiás	10
Pará	02
TOTAL	53

Quadro 4 – Número de Assentamentos conquistados pelo MTL (2002-2010)
Org.: CARVALHO, N.D., 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

O MTL nasceu em 2002 na região estudada já com uma proposta de movimento nacional. Hoje (2010) ele já possui coordenadores no Acre (coordenação

do o sindicato fundado pelo Chico Mendes em Xapuri); no Rio de Janeiro (coordenação do Sindsprev/RJ - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro e o MTL Comunitário em algumas comunidades nos morros); em Pernambuco; no Rio Grande do Sul; no Pará; no Amapá; em Roraima e em Goiás.

Quando questionamos a atuação para o avanço da luta pela terra e da RA na região, a liderança entrevistada do MTL posicionou-se:

*É verídico que todos os MS, hoje, estão indefensos devido às políticas assistencialistas - como o bolsa família do governo Lula - à não assistência técnica e à dificuldade que os trabalhadores têm para produzirem. O MTL hoje tem uma discussão sobre o avanço da RA na questão da viabilidade econômica e social dos assentamentos, uma proposta de um novo modelo de assentamento que é o **título coletivo da terra** para todos os assentados, não o título individual do assentado, porque uma das grandes dificuldades também é a venda de lotes que têm na região: o trabalhador fica acampado durante seis anos, assentado durante dois anos, depois vende sua parcela porque não tem condição de produzir e sobreviver nessa terra (Líder do MTL, 2010).*

O MTL tem a proposta de organizar cooperativas dos trabalhadores assentados da RA. Como modelo, há a COERCO - Cooperativa de Empreendimento Rural Comunitário - São Domingos, da qual o entrevistado é o diretor presidente e aplica o novo modelo de produção. A COERCO não conta com nenhum recurso do Governo Federal e tem um Convênio de Segurança Alimentar com a Cáritas Brasileira. Produz alimento para o consumo e para a comercialização de todos os cooperados.

O COERCO localiza-se no PA São Domingos no município de Tupaciguara, a 42 km de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Nesse assentamento do MTL, o INCRA fez a titulação da terra coletiva e o foco da Cooperativa é a produção diversificada e em grande escala. A mensagem passada no símbolo representativo da cooperativa é: “Produção Coletiva com independência Política e Econômica”.

Neste sentido, o PA São Domingos tem tido relativo êxito, tornado-se uma referência em modelo de assentamento cooperativo. Em 2010, os assentados produziram 3.600 sacas de arroz, deixando para custeio/ fomento das famílias 450 sacas. São produzidos também produzidos feijão, milho e outros gêneros alimentícios. O MTL acredita na produção comercial e na diversificação de culturas, diferentemente dos assentamentos da região onde há a grande produção de leite pela maior praticidade, impedindo a diversificação da atividade porque o trabalhador integraliza a maior parte do tempo na produção de leite (Líder do MTL, 2010).

No PA São Domingos, produz-se também maracujá, melancia, arroz, feijão, milho, banana e hortaliças que são comercializadas diariamente em Tupaciguara, nos sacolões e, nas segundas e quintas feiras, são comercializados também na Central de Abastecimento – CEASA, em Uberlândia. Sobre esses avanços produtivos a liderança comenta que:

Esses dados são considerados avanços muito grandes para um projeto que está em fase de implantação desde 2007. Na RA, tem-se a ideia inicial que a luta é coletiva na conquista da terra, porém o MTL coloca que a sobrevivência também tem que ser coletiva porque se não houver a luta de forma coletiva, cai-se no fracasso da RA tradicional que é o assentamento nos lotes individuais (Líder do MTL, 2010).

Na concepção das lideranças do MTL, quando os assentados apresentam um projeto coletivo, esse projeto é visto de maneira diferenciada pelos órgãos de apoio à Reforma Agrária que afirmam que este é um dos diferenciais do movimento.

O MTL coordenou e firmou parceria com o Sindsprev/RJ que tem mais de 400.000 filiados ao sindicato e, em sua assembléia geral, o sindicato declarou apoio econômico, político e moral à constituição da COERCO.

Antes da criação do Assentamento São Domingos, o MTL já havia conquistado vários assentamentos baseados na produção individual e por essa experiência assegura que não há viabilidade porque faz-se a distribuição da terra, do

trabalho, dos recursos e, assim, a produção se perde. Quando o assentamento é coletivo, as perdas são minimizadas pelas implantações mais solidificadas do que no modelo de produção individual.

O MTL não conta com o apoio de nenhuma organização na região do Triângulo Mineiro, pois considera que todas são conservadoras, haja visto que estão atreladas à política que governa a região. “Com relação a partidos, temos o apoio do PSOL. A APR e a CPT apoiam todos os MS, tendo um contato mais orgânico que fisiológico” (Líder do MTL, 2010).

O MTL expôs que a luta do movimento é mais difícil com relação aos trabalhadores já assentados e mais fácil com os acampados, porque quando se fragmenta o assentamento, fragmenta-se também a discussão política do assentamento, “e uma questão que é fundamental hoje é a política de assistência técnica do governo que não tem parceria com nenhuma entidade de MS para fazer a assistência técnica” (Líder do MTL, 2010).

A atuação do MTL com os já assentados nos PA individuais do movimento se dá de forma solidária. Todos os assentamentos têm representantes da coordenação do movimento e discutem os problemas conjuntamente, apesar das grandes dificuldades. Muitas vezes, o movimento fica responsável por sistematizar as reivindicações, organizar as caravanas, as discussões e unificar a pauta de reivindicações.

Dentre as dificuldades nos assentamentos, o MTL afirma que o grande atraso para os assentamentos é a questão ambiental, porque existem assentamentos que estão com problemas há seis anos na questão da liberação ambiental. “O MTL luta para que seja preservado o cerrado nos assentamentos, porém é inadmissível

permanecer seis anos assentado e impossibilitado de trabalhar devido a inviabilidade ambiental” (Líder do MTL, 2010).

A relação do MTL com as centralidades INCRA, MDA e ITER-MG é uma relação “espinhosa” porque os MS vêm reivindicando maior aparelhamento do INCRA e o não sucateamento do órgão, tanto no sentido de recursos humanos quanto do ponto de vista operacional.

Quando questionados sobre a diversidade de MS na região, o MTL pondera que o problema é que quando há diversidade, esfacela-se um projeto coletivo. “Em MG temos 14 MS e isso não ajuda para o avanço da RA. Essa diversidade não tem sido positiva para a região e acaba servindo para ajudar a política conservadora da região e os grandes latifundiários” (Líder do MTL, 2010).

A liderança acrescenta que “em oito anos de governo Lula capitanearam os MS de cesta básica, bolsa família, emprego das lideranças dos movimentos no seu governo; todos os MS que existem hoje no Triângulo Mineiro são atrelados ao Governo Lula e ao PT” (Líder do MTL, 2010). Esse líder acrescenta:

Se os MS tivessem uma proposta de suas demandas coletivas que somasse as discussões junto às superintendências fortaleceria a luta, porém, muitas vezes, um MS que possui 30 pessoas acampadas faz uma negociação que prejudica um MS que tem 3000 pessoas acampadas e isso quebra um protocolo de luta dos MS. Essa diversidade dificulta muito o avanço da RA que tem de ser reestudada para deixar de ser massa de manobra (Líder do MTL, 2010).

O primeiro contato do Movimento com os desprovidos de terra ocorre nos assentamentos antigos, nas periferias das cidades e locais nos quais as pessoas não têm acesso a emprego, saúde, alimentação, etc. Os movimentos convidam os sujeitos que constituirão o processo de luta nas periferias das cidades. O MTL defende um novo modelo de RA em que sejam constituídos:

Assentamentos na forma de cooperativas e que todos os assentados têm que ser no mínimo um trabalhador rural, um empreendedor. O MTL considera que a RA é um projeto social e econômico, no qual há a necessidade de participar com um censo de empreendedor, de construir um empreendimento de sobrevivência daquela luta e não para conquistar apenas um pedaço de terra (Líder do MTL, 2010).

Uma luta importante do MTL é para que o governo reveja o modelo de RA tradicional, o índice de produtividade da terra e a questão ambiental porque a RA deve ser executada com preservação ambiental, de acordo com os princípios da sustentabilidade.

A principal forma de luta do MTL é a ocupação. O principal diferencial desse MS é o sistema cooperativo, sustentável e de integração campo-cidade, buscando um projeto socialista, de esquerda.

3.4.2. O Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST

O MLST foi fundado em agosto de 1997, quando ocorreu uma junção de vários movimentos de luta pela terra isolados. Um dos movimentos que fazia luta isolada e se uniu à luta do MLST foi o grupo da APR que se denominava-se MLT (criado em 1997). Ao unir-se ao MLST, posteriormente no “racha” da Tangará, em 2000, denominaram-se MLST de Luta e, agora, em 2010 denominam-se MTL.

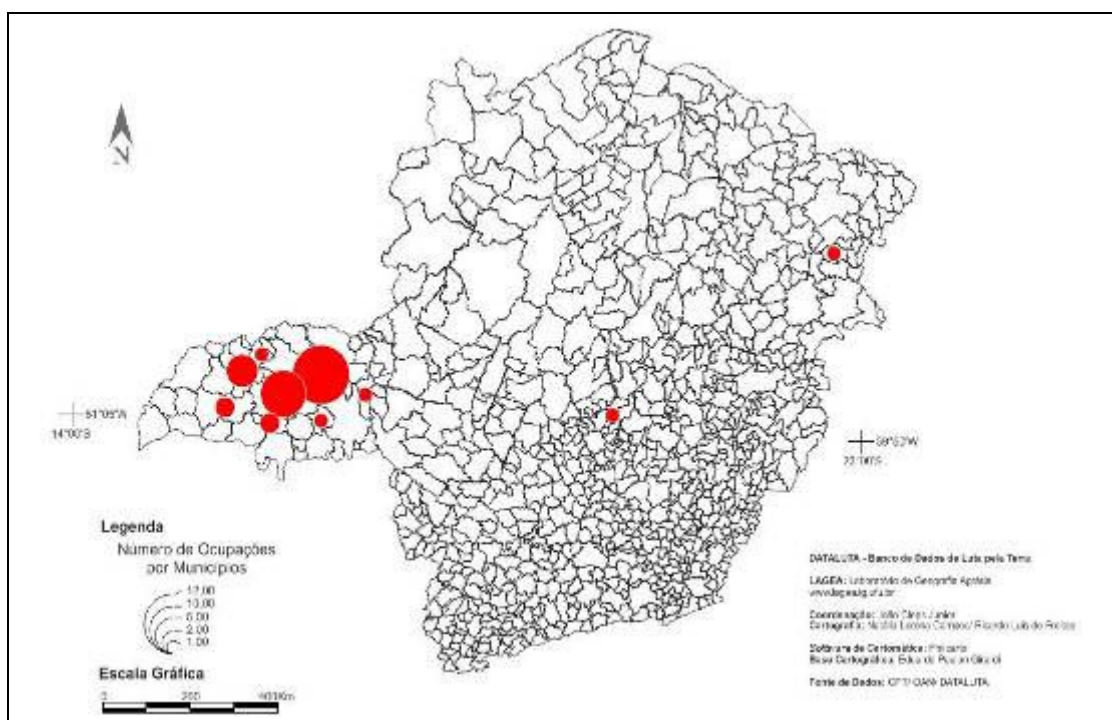
O MLST surgiu em 8 estados da Federação: Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraíba e Minas Gerais. O movimento apareceu dentre outros tantos movimentos criados em 1997, porém, se diferencia, pois já nasceu com aspiração nacional, colocando-se em posição de enfrentamento com o governo federal (MITIDIERO JR., 2002, p.87).

A Fazenda Tangará era uma propriedade da CIF- Companhia de Integração Florestal. A área foi ocupada em 1999, quando o grupo da CPT/APR era vinculado

ao MLST Nacional. Sobre a Fazenda Tangará, o atual coordenador do MTL, João Batista Fonseca, observa que:

A ocupação da Tangará é uma inovação do movimento, no que diz respeito ao padrão de propriedades ocupadas, pois até então predominou a ocupação de áreas de pecuária, de pessoas físicas. Trata-se de uma fazenda de exploração de eucalipto (CIF), que desde a década de 70 e por mais de 20 anos se beneficiou de incentivo fiscal e vultosos recursos públicos do extinto Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais). Essa disputa assumiu uma extraordinária dimensão envolvendo o governo federal, estadual e municipal, entidades de classe, Igreja, empresários, movimentos sociais, partidos políticos, Polícia Militar, Ministérios Públicos e Poder Judiciário (FONSECA, 2001, p.121).

Na mapa 4, notamos o número de ocupações realizadas pelo MLST em Minas Gerais de 1998 a 2009. Observando o mapa do estado, nota-se o elevado número de ocupações do MLST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



Mapa 4: Número de Ocupações realizadas pelo MLST em Minas Gerais (1998-2009)
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. LAGEA, 2010.

Em entrevista concedida pela direção nacional do MLST, ele avalia que:

Em 2000, na ocupação da Fazenda Tangará, surgiu um primeiro racha aqui no TM do MLST e que deu origem ao atual MTL, na nossa avaliação o racha se deu pela diferença. [...] Foi naquele momento uma queda muito grande, o MLST vinha de um processo de crescimento, depois deu uma

estagnada e quando cheguei a Uberlândia em 2003, o MLST estava reduzido ao núcleo de 30 e poucas famílias acampadas numa área do MST na FERUBE – onde hoje é o Assentamento Florestan Fernandes. De lá para cá, conseguimos imprimir um trabalho político bastante acelerado - essa área o MST cedeu espaço pras famílias do MLST que foram despejadas da Fazenda Capim Branco e ali permaneceram até 2004 quando foi feita uma ocupação no município de Prata que hoje é o assentamento Paulo Faria (Líder do MLST, 2010).

Portanto, após o “racha” da Tangará em 2000, o MLST passou por uma crise, reestruturou-se e reiniciou as ocupações em 2004. “Hoje o MLST já está consolidado porque conseguiu criar novas lideranças, ampliar sua atuação, ampliar sua base, fazer uma boa discussão na sociedade e isso fez o MLST sobressair do racha” (Líder do MLST, 2010).

Desde 1997, quando o MLST foi fundado, foram assentadas 2.300 famílias¹⁹. Considerando apenas o número de famílias assentadas após o “racha” em 2000 da Tangará, o MLST de 2004 a 2010 conseguiu que o INCRA assentasse 1020 famílias.

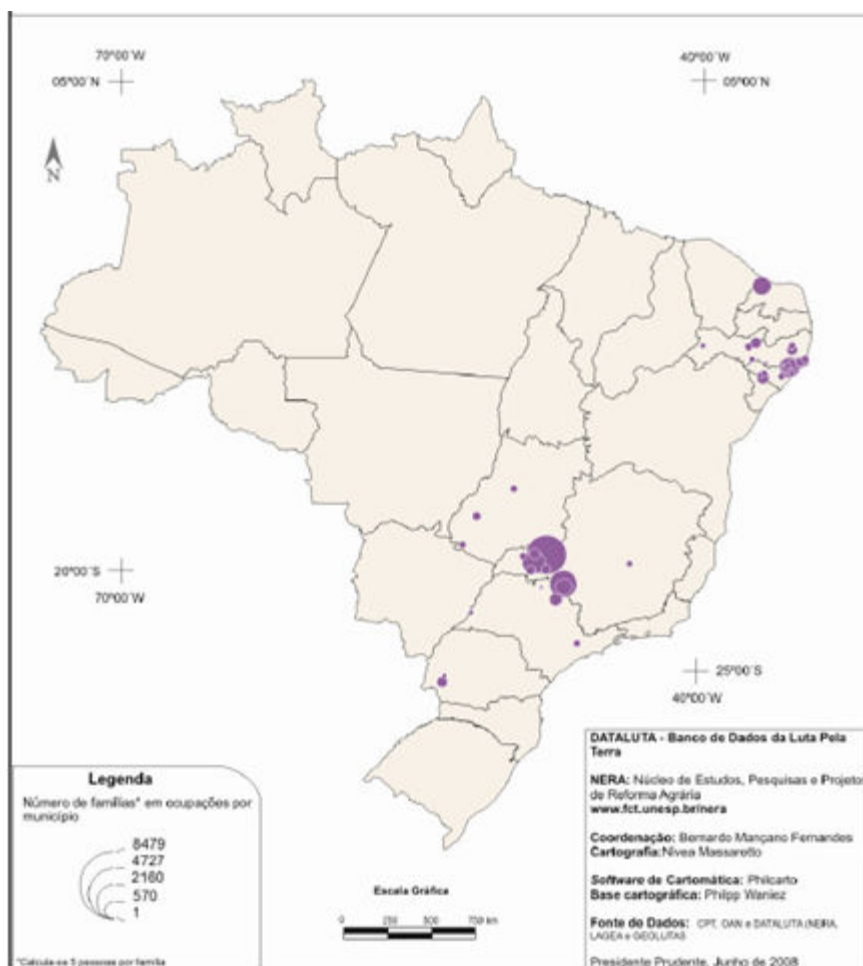
Com o ocorrido na Tangará, em 2000, houve uma grande desarticulação e muitos grupos ficaram sem acompanhamento tanto do MLST, que entrou em crise após o “racha”, como do MTL. O MLST afirma que:

[...] muitos grupos de assentados e acampados ficaram sozinhos, sem acompanhamento tanto do MTL (ou MLST de Luta), como do MLST. Então hoje nosso trabalho é rearticular esses grupos em torno da proposta do MLST. Então a gente vem trabalhando nesse sentido, o nosso grande desafio hoje é organizar os assentados em torno da produção e comercialização (Líder do MLST, 2010).

O MLST atua hoje (2010) em 10 estados do país e é organizado em coordenação local; coordenação regional, coordenação estadual e coordenação nacional. Está estruturado também em setores de formação, educação e comunicação.

¹⁹ Considerando 2.300 famílias os Assentamentos Tangará, Rio das Pedras, Bela Vista entre outros.

Observamos no mapa 5, a espacialização do MLST no país. Vemos o número de famílias em ocupações, com destaque aos números da região centro-sul e nordeste do país.



Mapa 5: Espacialização do MLST – Número de famílias em ocupações
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. NERA, 2008

De acordo com a entrevista, a liderança do MLST afirmou que está trabalhando atualmente a questão da organização da produção com o intuito de mostrar para a sociedade que a Reforma Agrária é a saída para a produção de alimentos, para a geração de emprego e renda - o emprego mais barato que tem no campo é o assentamento de famílias. Hoje (2011), cada família gera quatro empregos diretos (Líder do MLST, 2010).

O MLST, desde sua fundação, atua no que se refere à produção, com as agroindústrias, pois avalia que, devido ao modelo de produção atual, os movimentos têm que criar alternativas viáveis para a produção.

A principal liderança do MLST, Bruno Maranhão, no início de sua trajetória política foi ligado ao PCB e posteriormente, no início da década de 1980, participou da formação do PT.

Em entrevista na véspera da eleição do primeiro turno de 2010, em 23 de setembro de 2010, Bruno Maranhão afirma ao “Portal Terra” que estava confiante na eleição de Dilma Rousseff (PT) e que:

O MLST vai criar polos de desenvolvimento no interior do País, para introduzir um equilíbrio (entre) campo e cidade. Vamos ter terra dividida, criando empresas comunitárias para os próprios trabalhadores serem empresários ao mesmo tempo. Vamos formar campos de desenvolvimento, continuar com acampamentos em terras improdutivas que, por lei, deve-se desapropriar. Mesmo antes de desapropriar vamos lá para plantar e produzir, com capacitação e tudo (Líder do MLST, 2010).

Quando perguntamos ao membro da direção nacional do MLST sobre os créditos para os assentados durante o governo Lula, ele afirmou que:

Em termos de quantidade de dinheiro, o montante de recursos aumentou muito, de forma significativa tanto habitação, Pronaf, Apoio inicial, fomento a forma dos recursos que a gente considera ineficiente para a aplicação. Tem que melhorar. Um dos programas que a gente acha melhor é a compra antecipada da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento; a pessoa produz e tem garantia de venda. Não adianta existirem 20.000 reais de investimento no lote e a pessoa não ter garantia; portanto, a venda do produto é a grande dificuldade. Se 2% do assentados ficarem inadimplentes com o banco, os recursos são barrados (Líder do MLST, 2010).

Quando Bruno Maranhão foi questionado em entrevista ao Portal Terra sobre a RA no governo Lula, ele respondeu que:

Poderia ter avançado mais. Nossa proposta é essa: antes tínhamos uma proposta de Reforma Agrária para o século XX, agora precisamos de um projeto novo, para o século XXI. A gente vai mostrar agora qual a responsabilidade do governo, qual a responsabilidade do partido (PT), dos partidos da frente (aliados) e dos movimentos sociais. Passamos anos estudando e elaborando esse projeto, com encontros estaduais e em todas as regiões. (Líder do MLST, 2010)

Outro trecho a destacar é sobre a relação do MLST com o PT na atualidade:

Estivemos nas reuniões de elaboração do programa, pois sou do partido. Participamos também de reuniões com lideranças de movimentos sociais. Sempre tive um relacionamento bom com ela. Mas o meu relacionamento de mais tempo é com Lula, que conheço há 30 anos, fundamos o PT juntos, há uma relação de confiança e respeito. Acho que é isso. Falei demais, não foi? (Líder do MLST, 2010).

Os trechos destacados mostram a aproximação e o posicionamento do MLST por meio de entrevista concedida pela maior liderança do MLST e também membro do PT, Bruno Maranhão.

Os posicionamentos políticos dos movimentos sociais de luta pela terra são importantes para a leitura do quadro político atual da Reforma Agrária. Os resultados obtidos com a pesquisa em relação ao posicionamento político dos movimentos mostram que o MST e o MLST apóiam o Governo Lula nesses últimos 8 anos (2002-2010) e, também, a nova presidenta Dilma Rousseff do PT, sendo que apenas o MTL apóia o PSOL.

A proposta política de Reforma Agrária do MLST para o país acredita que o sentido da luta é corrigir a distorção social de mais de 500 anos; acabar com a concentração de terra e sua mercantilização. A luta também é por um campo para “produzir, trabalhar e viver; um campo que tenha produção e gente e que mude a vida das pessoas como já podemos averiguar que as famílias assentadas estão em uma realidade melhor do que estavam nas favelas” (Líder do MLST, 2010).

O líder do MLST entrevistado afirma que o movimento já conquistou 40 assentamentos na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e dentre eles, 14 assentamentos estão no município de Uberlândia. Esses números mostram a expressividade do movimento na região.

Dentre os movimentos socioterritoriais mais atuantes, o MTL ocupa a 3ª colocação no *ranking* com 13 ocupações, envolvendo 1475 famílias perdendo apenas para o MST e o MLST. As ocupações foram realizadas nos municípios de Coromandel, Gurinhatã, Prata, Tupaciguara e Uberlândia. (CARVALHO et al., 2009).

O MLST acredita que a viabilidade para os assentamentos está na produção diversificada em agroindústrias e esse é o projeto atual que o movimento tem buscado desenvolver na região, por exemplo, com a produção de leite, associada a hortaliças, frutas.

As organizações e instituições colaboradoras do MLST no processo de luta na região são: Sindicato dos trabalhadores rurais de Uberlândia, Sindicato dos comerciários de Uberlândia, Associação de moradores irregulares de Uberlândia dos bairros Prosperidade e Joana D'Arc, APR, CPT, CÁRITAS Brasileira, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares – RENAP e PT como já citado.

Mitidiero Jr. constatou em sua pesquisa que, na região, o MLST recebia também “apoio sistemático do Sindicato dos Servidores da Saúde de Minas Gerais e do Sindicato dos Correios” (MITIDIERO JR., 2002, p.116).

Questionamos ao MLST quais eram as principais pautas e projetos políticos do movimento e eles consideraram que a agroecologia, soberania alimentar e territorial e citaram um Projeto com “Polos de Agroindústria” para o qual se faz necessário levar a indústria para o campo” (Líder do MLST, 2010). Esse entrevistado acrescenta que

A fundação do MLST já nasceu dizendo o seguinte: o grande inimigo do trabalhador rural sem terra é o agronegócio e não mais o latifúndio porque esse já tinha sido destruído e o grande inimigo seria o agronegócio e para nós combatermos o agronegócio temos que criar nossas estruturas de agroindústria para agregar valor, empoderar o nosso povo economicamente para combater a grande estrutura do agronegócio. Isso é uma coisa que nós trabalhamos e alguns acham que nós só queremos transformar nossos assentamentos em agronegócio (Líder do MLST, 2010).

Ideologicamente o movimento afirma que desde sua fundação, ele nasceu dizendo que o grande inimigo do trabalhador rural sem terra era o agronegócio e não o latifúndio porque esse já estava destruído. Para combater o agronegócio, o movimento criou criaram suas próprias estruturas de agroindústria para agregar valor e empoderar o povo economicamente.

3.4.3. O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

No momento em que o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura, pela instalada crise e degradação social, nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que teve sua gestação de 1979 a 1984 e foi criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 em Cascavel, no estado do Paraná.

O MST se caracteriza por ser um movimento de luta social e organização política dos trabalhadores sem terra. Seu eixo central de atuação é a luta pela terra visando à Reforma Agrária e por condições efetivas de trabalho nos assentamentos que dela já são frutos.

O MST se desenvolveu inicialmente no Rio Grande do Sul, sendo que os assentamentos do movimento que obtiveram mais sucesso estão lá. Outros movimentos que atuam no Sul como o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores têm uma atuação e uma estruturação muito próxima do MST, por isso, esses movimentos realizam ações conjuntas de protesto (MITIDIERO JR., 2002).

O movimento iniciou sua atuação em Minas Gerais concomitante a sua atuação na região Sul do país. As primeiras articulações em Minas Gerais datam de 1984 e são no Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na região de Governador Valadares.

Posteriormente, quando vieram as primeiras lideranças do MST para o Triângulo Mineiro em 1989, elas se dirigiram para Iturama, convidadas pelo grupo ligado à ocupação da Fazenda Barreiro que constituiria posteriormente o PA Iturama e também pelas lideranças da CPT.

Naquele momento, ocorreram divergências políticas com a CPT, repressão de polícia e de pistoleiros e por esse quadro negativo, o MST abandonou a região, pois o movimento não conseguia engajar suas ideias com as do grupo da região. Gomes acrescenta:

O difícil processo de consolidação do MST em MG, o que pode ser observado pelos dados de assentamentos do estado, mostram que é aqui que o movimento tem a menor porcentagem de áreas por ele coordenadas. Em algumas regiões, a territorialização do movimento está hoje bem avançada. No TM e AP, no entanto, a formação do movimento encontra uma série de barreiras para a sua consolidação – desde a ofensiva das tradicionais e conhecidas classes ruralistas e conservadoras, que por vezes encontram eco em vários setores da população, até conflitos e contradições internos ao próprio movimento geral de organização dos trabalhadores rurais da região, que frequentemente geram tensões relacionadas a práticas, ideologias ou metodologias diferenciadas assumidas pelos diversos atores em questão. (GOMES, 2004, p.130).

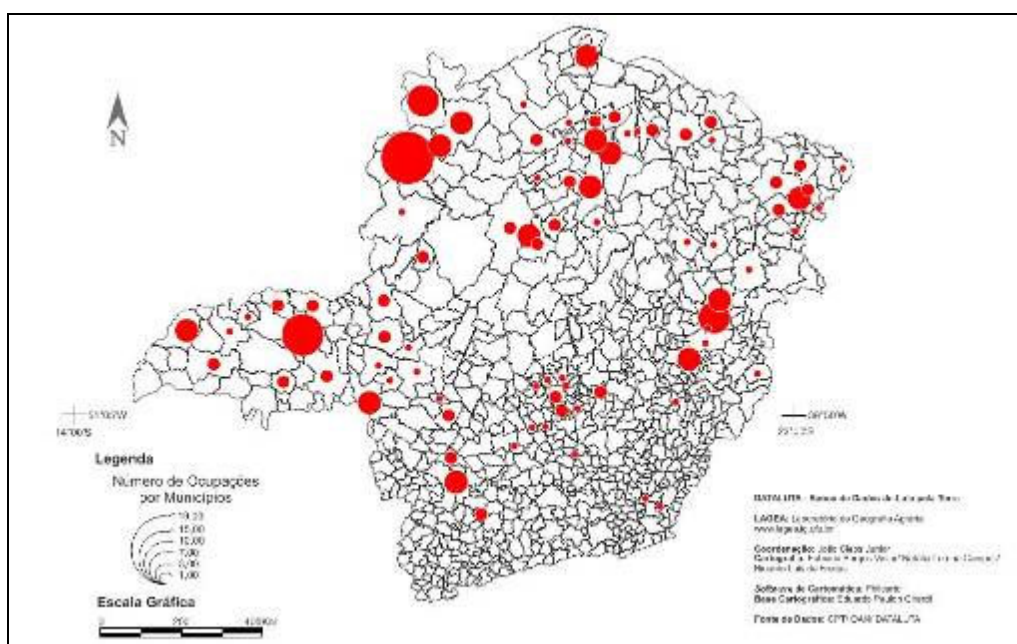
Apenas em 1997, o MST retornou à região e criou uma sede regional do movimento em Uberlândia. Uma das primeiras articulações no retorno do MST à região foi no município de Santa Vitória. O MST fez a ocupação da Fazenda Jubranqui e novamente viveu um quadro de luta e repressão da UDR com milícias armadas e da Polícia. A entrevistada do MST pertence à direção estadual do MST e afirma

O MST retorna em 1997 começando o trabalho de base das lideranças que eram em grande maioria vindas do Sul. As lideranças ficavam alojadas em

Uberlândia então iniciou um trabalho de ocupação e de massificação em Uberlândia e assim foram surgindo as primeiras ocupações em Uberlândia. Isso foi em 1997, quando o MST estava no auge e teve a Marcha para Brasília com mais de 100.000 pessoas; o momento era bom para massificar e ele retornou para a região depois daquele momento frustrado na década de 80, que teve repressão, teve problemas com a Igreja, representada pela CPT, com sindicatos e o desacordo e a falta de apoio político com aqueles que deveriam somar com o movimento não fecharam com as mesmas idéias do MS e depois eles mesmos foram atrás do MS e trouxeram novamente pra região em 1997. Aquele momento da Marcha foi bom não só para o MS retornar à região para massificar o MS em todo o Brasil. Esse foi um dos melhores momentos do MST (Líder do MST, 2010).

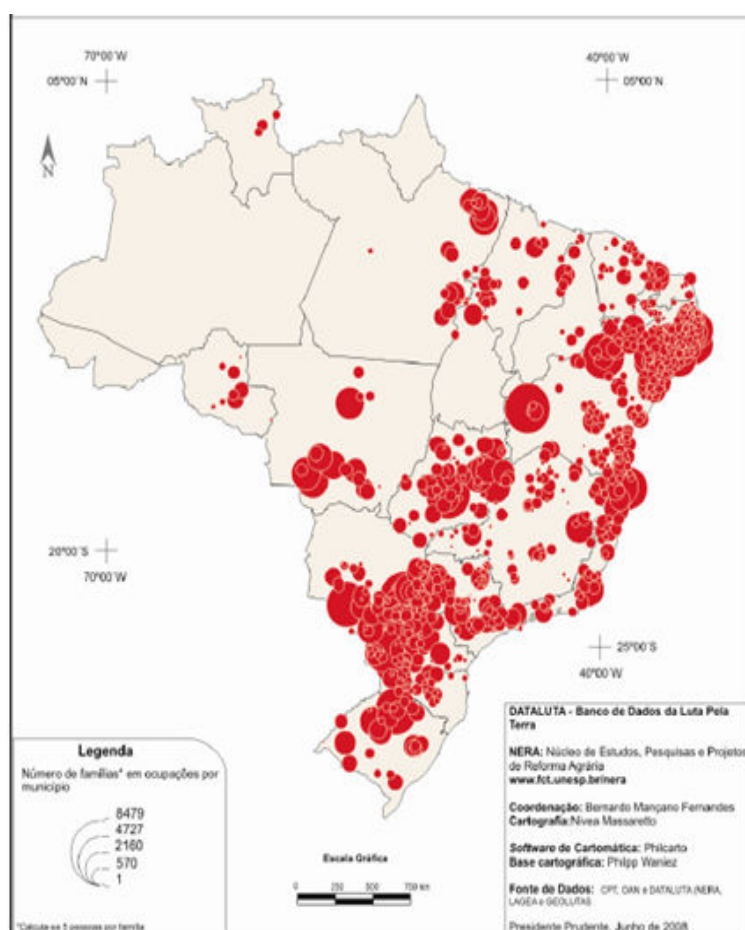
Atualmente (2010), o MST já está consolidado na região e seu diferencial é o investimento na formação de consciência de classe. O MST já conquistou 13 assentamentos apenas no Triângulo Mineiro.

O MST tem chamado a atenção dos segmentos da sociedade por apresentar determinadas características que o distinguem dos demais movimentos sociais de trabalhadores do campo. É uma trajetória breve se considerarmos o processo histórico mais amplo, mas, longa, se compararmos com a maioria dos outros movimentos sociais do Brasil. No mapa 6, podemos ver o número de ocupações realizadas pelo MST em Minas Gerais de 1998 a 2009.



Mapa 6: Número de Ocupações Realizadas pelo MST em Minas Gerais (1998-2009)
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. LAGEA, 2010.

O Movimento registra em sua história áreas conquistadas de latifúndios improdutivos que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas. Considerando o crescimento do MST, concordamos que a sua espacialização “toma um caráter nacional na década de noventa e os assentamentos conquistados passam a ter uma especial preocupação por parte do movimento nas questões de organização e comercialização da produção, principalmente no Sul do país” (MITIDIERO JR., 2002, p.131). No mapa 7, podemos observar a espacialização do MST, com base no número de famílias em ocupações de 2000 a 2007.



Mapa 7: Espacialização do MST - Número de famílias em ocupações (2000-2007).

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. NERA, 2010.

O MST é o movimento social que marca a luta pela terra brasileira. Os movimentos posteriores surgiram ou de dissidências do MST ou a partir do exemplo dado pelo MST na organização da luta pela terra, praticando suas ações de combate ao latifúndio e à miséria no país (MITIDIERO JR., 2002).

Podemos dizer que a herança que o MST tem deixado para seus descendentes será bem maior do que as terras devolutas que ele conseguiu tirar das mãos dos latifundiários. O MST está presente hoje em todos os estados e suas bandeiras levantadas são a luta contra os transgênicos, os impactos ambientais gerados pelo agronegócio, a demarcação das terras indígenas, os Desertos Verdes entre outras lutas.

“Os objetivos do movimento são de grande magnitude: modificação radical da estrutura da propriedade privada da terra, assim como a subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo” (LIMA, 2006, p.76).

O MST organiza-se a partir de uma estrutura composta por várias instâncias: coordenação de área, coordenação regional, estadual e nacional; direção regional, estadual e nacional, e os Setores que estão sendo chamados de Frentes. A organicidade do movimento era da seguinte forma: *1 – Relações Internacionais, 2 – Secretaria Nacional, 3 – Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 – Frente de Massa, 5 – Educação, 6 – Formação, 7 – Comunicação, 8 – Finanças, 9 – Projetos.*

Estes nove setores ou frentes foram reduzidos para quatro: Frente de Massa (ou trabalho de base), Frente de Educação, Frente de Formação e Frente de Produção.

O MST tem um Setor de Educação (ou Frente de Educação) de destaque na estrutura do movimento. A Frente de Educação iniciou seus trabalhos em 1987 e

enfrentou vários desafios nesses vinte e três anos para institucionalizar e conseguir mais atenção dos governantes para a Educação do Campo.

A proposta de educação do MST segue dois eixos principais: Luta pelo direito à educação e Construção de uma nova pedagogia. O destaque do Setor de Educação do MST é grande e conta com parcerias como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF para que seja oferecida uma educação pública de boa qualidade às crianças, jovens e adultos da zona rural.

Os integrantes se humanizam e se tornam cada vez mais sujeitos sociais no próprio movimento da luta que diretamente desencadeiam. Vários estudiosos da Sociologia, da Geografia e da Pedagogia têm atentado seus estudos para esse movimento social, procurando entendê-lo, principalmente, pela sua dimensão hoje no país.

Uma das lutas específicas do MST pela educação resultou nas Escolas Itinerantes dos Acampamentos, que no Rio Grande do Sul estão aprovadas desde novembro de 1996, com um tipo de estrutura e proposta pedagógica criadas especialmente para acolher as crianças e os adolescentes do povo Sem Terra em movimento. Foi preciso uma luta de 17 anos para consegui-las e agora constitucionalmente já existem em vários estados. A escola que se ajusta em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam.

Com relação aos apoiadores e parceiros que o movimento possui na região, Maísa afirma a autonomia do movimento ao dizer que as decisões são tomadas por quem dirige o MST, que são os próprios trabalhadores e por essa razão:

há limites nessas parcerias, nesses apoios e há decisões do movimento que acabam provocando divergências políticas com os parceiros. O MST vai sempre garantir sua autonomia, característica própria do movimento...

O MST tem princípios, valores, organicidade, metas de dirigir que não servem para qualquer um. Essas divergências sempre aconteceram, acontecem hoje e vão acontecer aqui na nossa região (Líder do MST, 2010).

Sobre as parcerias ela também considera que:

*Hoje o MST mesmo afastou porque às vezes um parceiro fala que vai distribuir tanto para tantos movimentos, uma mixaria pra tantos MS e depois querem influenciar na condução do movimento e para ser parceiro tem que entender que o MS preza pela autonomia na sua organização. **É isso é um problema do MS aqui na região, mas em outras regiões de MG e em outros estados do país é diferente porque os parceiros conseguem compreender isso e essa é uma dificuldade aqui da região porque os parceiros querem contribuir, mas estar na frente também, aparecer como Instituição, entidade e conduzir o MS e por essa característica de autonomia do MS, não dá pra ter essas parcerias ali muito presentes** (Líder do MST, 2010, grifo nosso).*

No que se refere à relação do MST com as centralidades INCRA, MDA e ITER-MG na região, o movimento afirma que busca deixar claro para as centralidades que elas foram criadas para dialogar com os movimentos e resolver problemas ligados à RA. O movimento observa que há má vontade dos órgãos e que a luta só funciona por meio de pressão, às vezes, há necessidade de colocá-los contra a parede para fazer mudança²⁰ dentro das próprias instituições.

Com relação à Reforma Agrária que tem sido feita no Brasil, o movimento apresenta várias críticas:

*as próprias instituições que surgiram para conduzir, para legitimar essa luta, contribuem para desmoralizar a RA. Um exemplo é o INCRA, ao mesmo tempo em que ele legitima as famílias e posteriormente acontecem os problemas, há falta de estrutura no assentamento e as pessoas começam a repassar os lotes, o INCRA vai lá e ele mesmo legitima isso. O MST foi um dos primeiros movimentos na região a denunciar o INCRA como legitimador de venda de lotes. **Há uma crítica muito grande nisso que chamam de RA e as próprias instituições que são criadas para contribuir querem desmoralizar a RA e passar para a sociedade a ideia de que não compensa fazer RA, que não vale a pena, mas nós sabemos que a nossa luta é válida e que a gente quer pelo menos desconcentrar** (Líder do MST, 2010, grifo nosso).*

²⁰ A exemplo o MST, afirma que já teve que retirar superintendentes do INCRA, pois eram pessoas que o movimento avaliava que não estavam contribuindo para o avanço das conquistas necessárias.

O discurso ideológico presente no MST é um discurso revolucionário que se baseia em grande poder de determinação na constituição da natureza política e social.

O principal movimento social de luta pela terra brasileiro, o MST foi convidado a vir para a região, pela CPT em 1989, porém não conseguiu se firmar na região, pois houve divergências ideológicas com a CPT e também repressão policial. Diante desse fato, notamos como a questão agrária na região se mostrou diferenciada em seu processo de constituição histórica.

Notamos que, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, há uma diversidade de movimentos atuando na luta pela terra. As lutas por terra na região da década de 1980 mostram uma forte atuação da APR e da organização sindical rural, representada pela FETAEMG. Já, em 1990 e anos 2000, vemos a atuação da APR e FETAEMG dividida com os movimentos sociais propriamente ditos MST, MLST E MTL.

Vemos no quadro 5 o *ranking* dos movimentos e organizações sociais mais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba de 2000-2006.

RANKING	SIGLA	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	NUMERO	FAMÍLIAS
1°	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	42	3892
2°	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	26	5343
3°	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	13	1475
4°	FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	10	494
5°	FETRAF	Federação da Agricultura Familiar	8	260
6°	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	7	1223
7°	STR's	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Não ligados a CONTAG)	4	260
8°	MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra de Luta	3	560
9°	MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra	3	322
10°	MPRA	Movimento pela Reforma Agrária	3	216

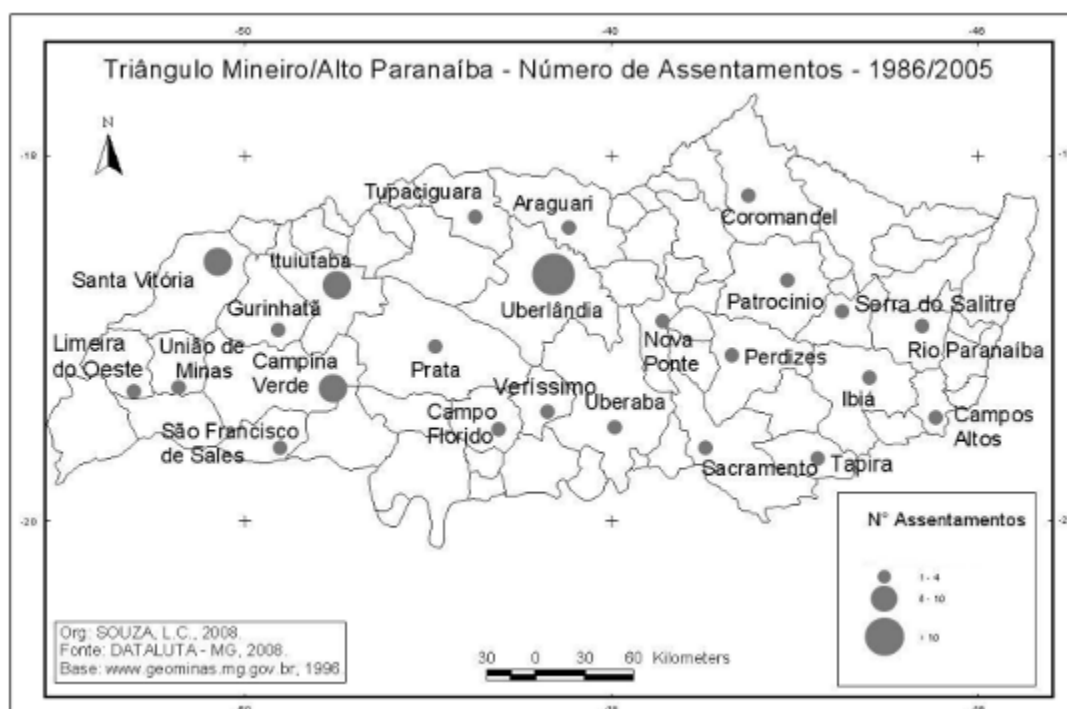
Quadro 5: *Ranking* dos movimentos e organizações sociais mais atuantes no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2000-2006).

Fonte: Fonte: CARVALHO, E.R.; CLEPS JÚNIOR, J. ; SOUZA, L. C., 2009.

Registra-se um grande avanço nos movimentos e organizações sociais em defesa da reforma agrária e, paralelamente, a ampliação dos órgãos públicos encarregados de realizar a política fundiária.

Setores organizados da sociedade civil ligados à reforma agrária também vêm impulsionando o processo de luta e conquistas sociais em torno da defesa do direito à terra. A ausência de uma clara definição e condução de uma política agrária pelos órgãos governamentais tem contribuído para a implementação dos assentamentos rurais. Nesse sentido, os movimentos sociais promovem insistentes ações políticas (GOMES, 2004).

O DATALUTA registra um total de 68 assentamentos rurais no Triângulo Mineiro de 1986 a 2006 (DATALUTA MG, 2006, p.57). Esse expressivo número de assentamentos foram conquistados pelos diversos movimentos da região. No mapa 10, vemos o número de assentamentos concretizados no período de 1986 a 2005.



Mapa 8: Espacialização Municipal dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (1986 a 2005).

Fonte: CARVALHO, E.R. ; CLEPS JÚNIOR, J. ; SOUZA, L. C., 2009.

A região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba se difere pela grande diversidade de movimentos se comparada ao restante do estado de Minas Gerais e também comparada ao cenário nacional.

Verifica-se uma carência de estudos e avaliações sobre a problemática na região, visto que os projetos de assentamentos implementados datam de período recente, constituindo uma região altamente conflituosa, com índices crescentes de marginalização dos trabalhadores rurais e concentração fundiária e de renda (GOMES, 2004).

O aumento da mobilização e organização dos trabalhadores rurais é fator marcante que, ao mesmo tempo em que retrata uma realidade regional, introduz novos elementos na luta pela terra, promovendo outros contornos na dinâmica da realidade agrária e agrícola da região (GOMES, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização conservadora aliada à Revolução Verde constituiu na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba uma infraestrutura para a produção agrícola altamente tecnificada. Em decorrência desse processo, expropriou-se o homem do campo, aumentou a concentração fundiária e acelerou o processo de formação e atuação dos movimentos e organizações sociais de luta pela terra.

O processo de luta na região passou a ser conflituoso devido à forte organização da elite ruralista composta nos anos 1980 por grandes proprietários de terras, principalmente por meio da UDR. No período recente, essa prática de combate aos movimentos de luta pela reforma agrária tem sido empreendida pelo agronegócio, que tem se utilizado a mídia para convencer a opinião pública de que os altos índices de produtividade alcançados pela produção agropecuária são fundamentais para o país ampliar as exportações e abastecer o mercado interno em termos sustentáveis.

Notamos que, de maneira geral, a população excluída do campo e marginalizada nas cidades tem buscado, por meio dos movimentos sociais, mudarem suas condições de vida, com base na luta pela terra. O sentido da Reforma Agrária foi se alterando relativamente. A grande massa participante dos movimentos sociais era os expulsos ou excluídos do campo principalmente devido à modernização agrícola. cremos que atualmente o sentido da Reforma Agrária é dar condições dignas de vida aos expropriados para trabalhar no campo

Por seu turno, a Reforma Agrária proposta pelos governantes atuou no sentido de compensar as mazelas sociais geradas pela Modernização Conservadora no agrário brasileiro. Isso foi o grande causador da expropriação do trabalhador rural

da terra, pois, mesmo os que não eram donos da terra foram expulsos e ficaram sem os meios de produção para subsistência.

Assim, nesse processo geral de Reforma Agrária orientada pelo mercado, a iniciativa de venda ou não da terra ociosa passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores de terra, sem a mediação do Estado e sem restrição por não cumprirem a função social da terra.

Vimos, ao longo desse estudo, que as organizações e movimentos sociais aumentaram significativamente sua atuação e, por esse motivo, buscamos entender as lógicas intrínsecas à luta pela terra na região do TM/AP.

Antes da ação dos movimentos sociais propriamente ditos, a luta já acontecia principalmente com o trabalho da CPT/APR. A base para a estruturação e territorialização dos movimentos sociais propriamente ditos, foi fundada em 1980, pela APR, principalmente pela ação de Frei Rodrigo, junto a outras lideranças que hoje estão nos movimentos sociais da região.

Atualmente (2011), a APR não tem projetos e nem presta assistência técnica para os assentados e acampados, porém a entidade é respeitada e procurada por todos os movimentos sociais propriamente ditos da região, pois quando há divergências ou problemas, ela procura orientar, otimizar e esclarecer as autoridades, das necessidades dos assentados de forma geral.

Os movimentos têm avançado politicamente na compreensão da Reforma Agrária como processo de “ação-reflexo”. Em linhas gerais, tem-se em todos os movimentos sociais as mesmas reivindicações a discutir e avançar, porém devido às diversidades ideológicas, não socializam suas pautas para lutarem juntos pela causa maior da Reforma Agrária.

Nos últimos anos, têm ocorrido algumas mudanças que apontam para os avanços nas lutas e organização dos movimentos da região, apesar do contexto de refluxo das lutas no campo brasileiro. Tem sido recentemente articulado entre os movimentos de luta pela terra o espaço do Fórum de Luta pela Reforma Agrária no TM/AP, com o objetivo de unificar a pauta dos movimentos sociais. Na pauta de discussão dos movimentos, estão presentes questões sobre o crédito agrícola, problemas ambientais (licenciamentos) e forma de divisão de lotes.

As lideranças e componentes dos movimentos acreditam que o fórum deve aproximar esses movimentos e, por conseguinte, propiciar melhor entendimento da situação dos assentados, livre do jogo de interesses e descaso por parte dos órgãos ligados à política fundiária e de Reforma Agrária.

A relação dos movimentos sociais com as centralidades do INCRA, MDA e ITER-MG é complexa porque os movimentos sociais afirmam que está havendo descaso com os assentados. Por outro lado, realizando uma análise mais qualitativa, observa-se que a assistência técnica e as políticas públicas de Reforma Agrária não são suficientes. Nesse sentido, surgem denúncias que podem ser uma resposta real à inoperância do INCRA, por não assegurar a permanência dessas pessoas no campo.

Em contraponto aos problemas registrados, cada vez mais, os movimentos se organizam e se manifestam nesse processo para exigirem os direitos dos seus integrantes e, nesse sentido, consideramos que toda luta da sociedade que transforma o ser que está em condição de vida ruim, para uma condição de vida melhor é válida e importante. A luta pela terra é uma maneira digna de as pessoas mais destituídas e que tiveram menos oportunidades, melhorarem suas vidas.

Sabemos que como em todas as áreas governamentais do país, há problemas também nas políticas de Reforma Agrária brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis. Brasília, CNPq, 1986.

ALENTEJANO, P. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON; RUA; RIBEIRO. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 05-17.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 9-39, jul./set., 2001.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais**, 1993 (Relatório nº 11738-BR).

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. Brasília. Decreto nº 91766 de 10/10/1985, p.29-37.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí – RS: Fidene, 1985.

CARDOSO, L. F. **Assentamentos Rurais**: desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG). 111f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

CARVALHO, E.R; CLEPS JÚNIOR, J.; SOUZA, L. C.. **Impactos regionais dos assentamentos rurais**: Banco de dados da luta pela terra – DATALUTA. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, p.1-22.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, C. A.. Movimento de Cursinhos Populares: um movimento Territorial? **Observatório Latino-americano de políticas educacionais (OLPED/LPP)**, 2005. p.1-16.

CLEPS JR., J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1998.

_____. et al. **Territorialidades da Reforma Agrária em Minas Gerais**: uma contribuição para a compreensão das lutas no campo no período de 2000-2006.

Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP. São Paulo, 2008, p.884-911.

COLSERA, L. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o acordo agrícola. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, p.3-9, jul-ago-set, 1998.

DATALUTA– **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Convenio UNESP/MST/PROEX. Relatório 2006. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT – UNESP Presidente Prudente.

_____. **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Convênio UNESP/MST/PPcor. Relatório 2007. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/FCT – UNESP, Presidente Prudente.

DATALUTA-MG – **Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais**. Relatório 2010. LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária/UFU, Uberlândia.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e a agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, não paginado, 2000.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, n.16, p. 273- 283, jan-abr 2005.

_____. A modernidade no campo e a luta dos trabalhadores sem terra. **Revista da Cultura Vozes**, Petrópolis, n.1, v. 90: Ed. Vozes, p. 93-111, 1999.

_____. **MST: formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999a. 285p.

_____. Territorialização da luta pela terra. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 518-530.

FETAEMG, **Justiça do trabalho reconhece legitimidade da FETAEMG**. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/legitimidade.php>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

FONSECA, J. B. **Reforma agrária e sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. 215f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho; trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p.45-67.

GOHN, M. G. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, R. M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Reforma agrária já. In: LEAL (Org.). **Reforma agrária na nova república**: contradições e alternativas. São Paulo: CORTEZ/EDUC, 1985a. p. 59-76.

_____. Mas qual reforma Agrária? **Revista ABRA**, Campinas, v. 5, n. 3, p. 13-28, abr./jul. 1987.

_____. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP 1996.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987.

GUANZIROLI, C. H.; FIGUEIRA, C. S. **Cerrados**: uma contra reforma agrária capitalista. Rio de Janeiro: IBASE, 1986.

GUIMARAES, L. C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção**: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001). 2002. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 222.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. Trad. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEONE, E. T. **Pobreza e trabalho no Brasil**: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80. 1994. 235f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1994.

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP)**: dissidências e dinâmica territorial. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação a reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 06 mar. 2003.

_____. **Democracia e participação no Brasil**: os dilemas dos trabalhadores rurais. São Paulo: Cahiers, 1987.

MAURO, G. **O significado da reforma agrária para os movimentos sociais**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, n.2, 2003, São Paulo, p.34-46.

MAZZETO SILVA, C. E. **Políticas Públicas e desenvolvimento rural**: em busca de novos caminhos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, n.2, 2003, São Paulo, p.165-178.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p.

MENDONÇA, M.; THOMAZ JUNIOR, A. **Reestruturação produtiva do capital, modernização da agricultura em áreas de cerrado e os impactos sobre o trabalho**. In: Encontro Nacional da ANPEGE, n.5, 2003, p. 36-49.

MICHELOTO, A R. Movimentos sociais de trabalhadores do campo no Triângulo Mineiro. **História e Perspectivas**, Revista do curso de história. Uberlândia, v.2, n.2, p.61-83, jan./jun. 1990.

MITIDIERO JR., M. A. **O Movimento de libertação dos sem terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOLLO, M. de L. R. **Planejamento Econômico e Intervenção Governamental**: rediscussão à luz do processo de globalização. Brasília: UnB, mimeo, 1996.

MTL. **Movimento terra trabalho e liberdade**, Boletim Nacional de novembro de 2005.

NOMURA, M. **Reforma agrária e desenvolvimento local: o assentamento Nova Santo Inácio e Ranchinho no município de Campo Florido (MG).** 2001. 113f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo LULA.** Anais da reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORTEGA, A. C.; SHIKI, S.; SILVA, J. G. da. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado mineiro.** Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual a pesquisa geográfica.** 2009. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.

PESSÔA, V. L. S. **A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG.** 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1988.

PLEKHANOV, Guiorgui V., **O papel do indivíduo na história.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

RICCI, R. **A CONTAG no governo de transição: um ator a procura de um texto.** São Paulo: CEDEC, n.15, 1990.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília. **Cadernos de Difusão Tecnológica.** Brasília, v. 3, n. 2, p.297-342, maio/ago. 1986.

SANTOS, M. A. et al. **O cerrado brasileiro: notas para estudo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Texto para discussão 387, 2010, p.1-15.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, A. M; FREITAS, N.E.; PINHEIRO, M.S. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses.** 5. ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2005.

SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina: Edipucrs, 2006.

THOMAZ JR., A. **O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil**. Presidente Prudente, 2002.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, J.P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. Diretrizes para uma nova política agrária. In: NEAD. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. 01 ed. Brasília: MDA, 1998a, p.37-49.

_____. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. Brasília. In: **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**, MDA, NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília, 1998b, p. 173-200.

VILELA, S. L. O. **Qual política para o campo brasileiro?** (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?). In: XXXV Congresso da SOBER, n.35 Natal – RN, 1997, sem paginação.

WANDERLEY, M. N. B.. Reencontro com o nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. **Revista de Estudos de Sociologia Online**. Pernambuco, v.5, n.9, 1999. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/eso/revista9/artigo3.html>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

APÊNDICE - Roteiros de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Movimento/Entidade: APR Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Cargo/ Função: Membro da APR

Data: 28/06/2010

1. Pediria que iniciasse contando sua trajetória pessoal e profissional com relação a questão agrária na região?
2. Quais principais problemas que o MDA enfrentou na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba durante sua gestão como Delegado Federal do MDA?
3. Existem parcerias (redes sociais) entre entidades/ movimentos/ instituições/ organizações e MDA ?
4. O que o MDA faz para o avanço da luta pela terra na região e como ele faz ?
6. Quais são os alcances ou conquistas feitas pelo MDA referentes a questão agrária na região do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba?
7. Qual a atuação do MDA com relação aos assentados da Reforma Agrária?
8. O que você considera da Reforma Agrária que tem sido feita na região e no Brasil?
9. Tem-se na região muitos movimentos/organizações envolvidos na luta pela terra. Essa diversidade de movimentos é uma especificidade da região que você considera negativa ou positiva?
10. Existem políticas públicas específicas para os assentados da região separadamente dos agricultores familiares ou todas as políticas são conjuntas?

11. O que o MDA faz referente a assistência técnica para os assentados? Sabe-se que a EMATER recebe verbas municipais, estaduais e federais porém os movimentos indicam que há ineficiência.
12. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o MDA tem para os assentados?
13. Os assentados da região enfrentam grandes problemas com o IEF referente as licenças ambientais. Você considera que esses problemas poderiam ser evitados se a elaboração do PA fosse conjunta com o INCRA?
14. Diante dos problemas que os assentamentos sofrem hoje, qual seria na sua opinião a melhor forma de organização para a viabilidade econômica e social dos assentamentos da região?
15. Constata-se ganhos de representatividade perante aos órgãos competentes devido a quantidade de movimentos existentes na região?
16. Você considera que essa diversidade de movimentos facilita a concretização de mais ações e o avanço da luta pela terra ou essa diversidade dificulta o processo de luta pela terra e as reuniões?
17. Em Abril de 2010 houve a primeira ação conjunta de movimentos na região para fazer reivindicações referentes aos problemas ambientais vividos pelos assentados.
18. O que você considera desta mobilização que uniu MPRA, MTL, MST e MLST ?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Movimento/Entidade: APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Cargo/Função: Coordenador Executivo da APR

Data: 28/05/2010

1. Pediria que iniciasse contando sua trajetória pessoal e profissional com relação à questão agrária na região?
2. O que é a APR? Ela pode ser considerada uma organização/entidade importante na luta pela Reforma Agrária na região?
3. Qual a ligação da APR Uberlândia com a CPT? (faça um resgate histórico, resgatando as rupturas)
4. Quais principais problemas que o APR enfrenta na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com relação a Reforma Agrária e outras questões ?
5. Existem parcerias (redes sociais) entre entidades/ movimentos/ instituições/ organizações e APR ?
6. O que o APR faz para o avanço da luta pela terra na região e quais as suas principais estratégias de ação (como ela faz)?
7. Quais são os alcances ou conquistas feitas pelo APR referentes a questão agrária na região do Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba?
8. Com relação aos projetos da APR para com os assentados e acampados, em que escala e como é feito o trabalho da APR com estes?
9. O que você considera como Reforma Agrária e se o que tem sido feito na região e no Brasil pode ser considerado como RA?
10. Na região do TM temos registros de muitos movimentos sociais /organizações envolvidas na luta pela terra. Essa diversidade de movimentos é uma especificidade

da região? Você considera negativa ou positiva essa diversidade e quantidade de movimentos?

11. Sabe-se que a EMATER recebe recursos municipais, estaduais e federais para prestar assistência técnica, porém os movimentos e os produtores indicam que há ineficiência do órgão. Como avalia esse problema?

12. Que tipo de apoio a APR fornece aos assentados? Ela presta assistência técnica aos assentados?

13. Constata-se ganhos de representatividade perante aos órgãos competentes devido a quantidade de movimentos existentes na região?

14. Você considera que essa diversidade de movimentos facilita a concretização de mais ações e o avanço da luta pela terra ou essa diversidade dificulta o processo de luta pela terra e as reuniões com as centralidades (MDA, INCRA, IEF)?

15. Os assentados da região enfrentam grandes problemas com o IEF referente as licenças ambientais. Você considera que esses problemas poderiam ser evitados se a elaboração do PA fosse conjunta com o INCRA?

16. Em Abril de 2010 houve uma ação conjunta de movimentos na região para fazer reivindicações referentes aos problemas ambientais vividos pelos assentados. O que você considera desta mobilização que uniu MPRA, MTL, MST e MLST?

17. Durante sua vivência com a questão agrária e a luta pela terra na região, você lembra de alguma outra mobilização em que os movimentos sociais se uniram para fazer pressão aos governantes? Você lembra qual era a reivindicação dos movimentos?

18. Diante dos problemas que os assentamentos sofrem hoje, qual seria na sua opinião a melhor forma de organização interna de um assentamento para a sua viabilidade econômica e social?

19. Quais as perspectivas que você observa com relação ao futuro da Reforma Agrária e aos projetos de assentamento rural implantados na região?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

Movimento/Entidade: MST – Movimento dos Sem Terra

Cargo/Função: Direção Estadual

Dia: 07/05/2010

1. O seu contato com a luta pela terra ou o movimento ocorreu em Minas Gerais ou em outro Estado? Em qual município e estado?
2. Qual o histórico do movimento no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?
 - 2.1 Quais foram as uniões e rachas do MS?
3. Quais principais problemas que o movimento enfrentou quando iniciou as ocupações na região?
4. Existiram uniões deste movimento com outros movimentos em algum momento?
5. O que o movimento que você representa faz hoje para o avanço da luta pela terra na região e como ele faz?
6. Por que o movimento luta, ou seja, qual o sentido que você vê na luta pela terra?
7. Quais são as estratégias da luta pela terra feita pelo movimento?
8. Quais são os alcances ou conquistas da luta pela terra no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba?
9. Quais são os envolvidos na luta pela terra?
10. Quantos assentamentos o movimento conseguiu na região?
11. Quantas famílias ou indivíduos o movimento assentou desde início de sua atuação na região?

12. Quais organizações/instituições (a exemplo: sindicatos, partidos, entidades, associações, etc...) são colaboradoras do movimento no processo de luta pela terra?
13. Qual a participação do movimento com relação a luta dos já assentados pela Reforma Agrária no que diz respeito **a luta na terra**?
14. Qual a relação do movimento com as centralidades: INCRA, MDA e ITER-MG?
15. O que os MS consideram da Reforma Agrária que tem sido feita no Brasil?
16. Tem-se na região muitos movimentos/organizações envolvidos na luta pela terra. Essa diversidade de movimentos é uma especificidade da região que você considera negativa ou positiva?
17. Você considera que essa diversidade de movimentos facilita a concretização de mais ações e o avanço da luta pela terra ou essa diversidade dificulta o processo de luta pela terra e as reuniões com as centralidades (INCRA, ITER-MG, MDA)?
18. Como o movimento de luta pela terra está estruturado (diretorias, setores, etc.)?
19. Onde ocorre o primeiro contato com os desprovidos de terra? Onde os movimentos encontram os sujeitos que constituirão o processo de luta?
20. Existe algum critério para participar do movimento?
21. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o MS defende?
22. Quais as formas de luta? (Ocupações, passeatas, palestras, oficinas, manifestações públicas, mobilização, etc...)
23. Qual o diferencial deste MS? O que você considera que tem nele e não tem nos outros MS?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 4

Movimento/Entidade: MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade

Cargo: Coordenação Estadual - MG

Dia: 06/05/2010

1. O seu contato com a luta pela terra ou o movimento ocorreu em Minas Gerais ou em outro Estado? Em qual município e estado?

Região de Uberlândia, em Minas Gerais

2. Qual o histórico do movimento no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?

2.1. E hoje tem alguma união, vocês articularam em algum momento com algum movimento?

3. Quais principais problemas que o movimento enfrentou quando iniciou as ocupações na região?

4. Existiram uniões deste movimento com outros movimentos em algum momento?

5. O que o movimento que você representa faz hoje para o avanço da luta pela terra na região e como ele faz?

6. Por que o movimento luta, ou seja, qual o sentido que você vê na luta pela terra?

7. Quais são as estratégias da luta pela terra feita pelo movimento?

8. Quais são os alcances ou conquistas da luta pela terra no Triangulo Mineiro / Alto Paranaíba?

9. Quais são os envolvidos na luta pela terra?

10. Quantos assentamentos o movimento conseguiu na região?

11. Esse movimento nasceu aqui na região?

12. Todos os primeiros assentamentos foram em Minas, e a partir de quando se dá a nacionalização do movimento?

13. Vocês enviam lideranças da região para passar as idéias do movimento para os outros Estados? Como se dá esse processo de nacionalização do MTL?

13.1 Gostaria que falasse um pouco sobre o Assentamento São Domingos? Tem outra experiência de assentamento do MTL que você poderia citar?

13.2. Quantas famílias ou indivíduos o movimento assentou desde início de sua atuação na região?

14. Quais organizações/instituições (a exemplo: sindicatos, partidos, entidades, associações, etc...) são colaboradoras do movimento no processo de luta pela terra?

15. Qual a participação do movimento com relação a luta dos já assentados pela Reforma Agrária no que diz respeito **a luta na terra**?

16. Qual a relação do movimento com as centralidades: INCRA, MDA e ITER-MG?

17. O que consideram da Reforma Agrária que tem sido feita no Brasil?

18. Tem-se na região muitos movimentos/organizações envolvidos na luta pela terra. Essa diversidade de movimentos é uma especificidade da região que você considera negativa ou positiva?

19. Você considera que essa diversidade de movimentos facilita a concretização de mais ações e o avanço da luta pela terra ou essa diversidade dificulta o processo de luta pela terra e as reuniões com as centralidades (INCRA, ITER-MG, MDA)?

20. Como o movimento/organização de luta pela terra está estruturado (diretorias, setores, etc.)?

21. Onde ocorre o primeiro contato com os desprovidos de terra?

22. Onde os movimentos encontram/convidam os sujeitos que constituirão o processo de luta?

23. Existe algum critério para participar do movimento?

24. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o MS defende?

25. Quais as formas de luta? (Ocupações, passeatas, palestras, oficinas, manifestações públicas, etc...)

26. Qual o diferencial deste MS? O que você considera que tem nele e não tem nos outros MS?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 5

Movimento/Entidade: MLST
Cargo: Direção Nacional
Dia: 28/05/2010

1. O seu contato com a luta pela terra ou o movimento ocorreu em Minas Gerais ou em outro Estado? Em qual município e estado?
2. Qual o histórico do movimento no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?
3. Quais principais problemas que o movimento enfrentou quando iniciou as ocupações na região?
4. Existiram uniões deste movimento com outros movimentos em algum momento? Quais os movimentos que participaram?
5. O que o movimento que você representa faz hoje para o avanço da luta pela terra na região e como ele faz ?
 - 5.1 Existem alguns produtos que vcs consideram mais viável economicamente para essas agroindústrias?
6. Por que o movimento luta, ou seja, qual o sentido que você vê na luta pela terra?
7. Quais são as estratégias da luta pela terra feita pelo movimento?
8. Quais são os alcances ou conquistas da luta pela terra no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba?
9. Quais são os envolvidos na luta pela terra?
10. Quantos assentamentos o movimento conseguiu na região?

11. Quantas famílias ou indivíduos o movimento assentou desde início de sua atuação na região?

12. Quais organizações/instituições (a exemplo: sindicatos, partidos, entidades, associações etc...) são colaboradoras do movimento no processo de luta pela terra?

13. Qual a participação do movimento com relação a luta dos já assentados pela Reforma Agrária no que diz respeito **a luta na terra**?

13.1. Existe algum trabalho de base no assentamento, o movimento se reúne com os futuros assentados após uma desapropriação, por exemplo, e faz propostas para aquele assentamento?

14. Qual a relação do movimento com as centralidades: INCRA, MDA e ITER-MG, IGAM?

15. O que consideram da Reforma Agrária que tem sido feita no Brasil?

15.1. Como você avalia a questão do crédito, além da ineficiência e burocracia, como vc avalia a quantidade de créditos (Plantação casa, prona), é suficiente? Como vc avalia o projeto político do governo para os assentados?

16. Tem-se na região muitos movimentos/organizações envolvidos na luta pela terra. Essa diversidade de movimentos é uma especificidade da região que você considera negativa ou positiva?

17. Você considera que essa diversidade de movimentos facilita a concretização de mais ações e o avanço da luta pela terra ou essa diversidade dificulta o processo de luta pela terra e as reuniões com as centralidades (INCRA, ITER-MG, MDA)?

18. Como o movimento/organização de luta pela terra está estruturado (diretorias, setores, etc.)?

19. Onde ocorre o primeiro contato com os desprovidos de terra?

20. Existe algum critério para participar do movimento?

21. Quais são as principais pautas e projetos políticos que o MS defende?

22. Quais as formas de luta? (Ocupações, passeatas, palestras, oficinas, manifestações públicas, etc...)

23. Qual o diferencial deste MS? O que você considera que tem nele e não tem nos outros MS?